



BRUNO FERRAZ BASSO

O Modelo de Deslocamento do Centro Dinâmico

CAMPINAS
2017



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

BRUNO FERRAZ BASSO

O Modelo de Deslocamento do Centro Dinâmico

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Professora Doutora Carolina Troncoso Baltar.

CAMPINAS
2017

BRUNO FERRAZ BASSO

O Modelo de Deslocamento do Centro Dinâmico

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação da Professora Doutora Carolina Troncoso Baltar.

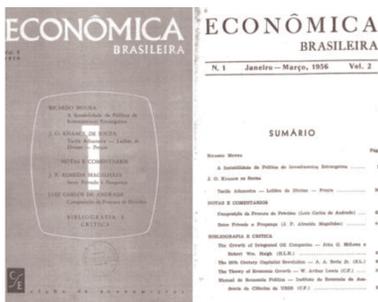
Aprovação da Banca Examinadora

Campinas, 11 de dezembro de 2017.

Prof^a. Dr^a. Carolina Troncoso Baltar

Prof. Dr. Mauricio Chalfin Coutinho

Aos meus pais,
por tudo que me ensinaram.



Revista editada por Celso Furtado contendo resenha sua em que se elogia e critica o trabalho William Lewis (1956, três anos antes da publicação de “Formação econômica do Brasil”).

Celso FURTADO. Resenha de “The theory of economic growth, de W. Arthur Lewis”, *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, p. 51-52, mar. de 1956.



Celso Furtado com Nicholas Kaldor no King's College, Cambridge (1957, dois anos antes de publicar “Formação econômica do Brasil”).

Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil*: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



Placa afixada em 1990 no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Resumo

O presente estudo formaliza e desenvolve o modelo de deslocamento do centro dinâmico, sobre o qual se estrutura a obra “Formação econômica do Brasil” de Celso Furtado.

Palavras-chave: Celso Furtado. Desenvolvimento. Economia primário-exportadora. Estruturalismo. História do Brasil. Industrialização. Modelo de dinâmica econômica. Pensamento furtadiano.

Abstract

The present study formalizes and develops the model of the shift in the dynamic center, on which is structured the work “The economic growth of Brazil” by Celso Furtado.

Keywords: Celso Furtado. Development. Primary export economy. Structuralism. History of Brazil. Industrialization. Dynamic economic model. Furtadian thinking.

Agradecimentos

Este estudo não teria sido possível sem a criação do grupo de pesquisa “Direito e Subdesenvolvimento: o desafio furtadiano” e sem a original revitalização acadêmica do desafio de superação do subdesenvolvimento feita pela tese de doutoramento do professor Gilberto Bercovici.

A ele e ao professor Alessandro Octaviani, ambos coordenadores do grupo, devo meus sinceros agradecimentos por terem desbravado essa frente de estudo e por terem generosamente dado oportunidade para que seus alunos os seguissem nesse caminho.

Com especial carinho, agradeço, acima de todos, a quem me ensinou macroeconomia e me orientou nesta pesquisa, a professora Carolina Baltar, pela persuciente visão da economia, pelas excelentes aulas sobre modelos econômicos, pela disposição em sempre me ajudar e pela leitura dedicada deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também ao professor Mauricio Coutinho, por ter aceito o convite para integrar a banca de defesa, pelas agradáveis conversas sobre Furtado que tivemos desde então, pelas coisas novas que me contou sobre o pensamento furtadiano e por ter lido com tanto cuidado a monografia.

À Alexandra e ao Clayton da biblioteca do Instituto de Economia da Unicamp, à Valéria da biblioteca da Faculdade de Economia da USP e à Aline da biblioteca do Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, devo muito pela direção e auxílio na consulta de textos fundamentais à pesquisa.

Também devo meus agradecimentos à Rosa Freire d’Aguiar Furtado, não só por ter publicado tantos escritos inéditos de Furtado, como, particularmente, pela solicitude que mostrou em me assistir na busca de escritos que ainda não vieram a público.

Índice de Símbolos

A	gasto autônomo
a	parâmetro
b	parâmetro
C	consumo
c	propensão marginal a consumir
CMe	custo médio
CMg	custo marginal
CT	custo total
D	demanda efetiva agregada
d	depreciação
E	compra estatal de café com emissão de numerário
ε	elasticidade-preço
e	esperado
Fx	taxa de câmbio
h	home, o país considerado
i	coeficiente de investimento
i	instalada (capacidade produtiva) ou internacional
I	investimento
K	capacidade produtiva efetivamente empregada
k	multiplicador do gasto autônomo da renda
l	limite de produção
l	líquido
M	importação
m	importação ou máxima (exportação) ou monopólio (preço)
m	propensão marginal a importar
N	número de pessoas, população
o	coeficiente produto-capital
O	oferta efetiva agregada
o	others, os outros países
p	pleno emprego
P/p	percentual ou preço
PIB	produto interno bruto
Q/q	quantidade
RMe	receita média
RMg	receita marginal
RT	receita total
t	tempo
X/x	exportação
Y	renda
π	inflação

Sumário

1. Prefácio	1
2. Introdução ao Tema	4
2.1. Posição na Literatura Econômica	4
2.2. Modelos	6
2.3. O Modelo de Deslocamento do Centro Dinâmico.....	11
3. Influências Teóricas	15
3.1. Introdução	15
3.2. Os Modelos de Crescimento	15
3.3. A Acumulação de Capital e a Demanda Efetiva	19
4. A Estrutura do Modelo	24
4.1. Introdução	24
4.2. Os Dois Submodelos	26
4.3. A Internalização do Fluxo Multiplicador da Renda.....	26
4.4. A Dinâmica de Crescimento Autônomo	28
5. A Teoria Econômica do Modelo	30
5.1. Introdução	30
5.2. A Economia Monetária.....	30
5.3. A Produtividade.....	33
5.4. O Centro Dinâmico	51
6. O Fluxo Multiplicador da Renda	56
6.1. Introdução	56
6.3. Formulação Inicial	56
6.4. Home e Others	59
6.5. Multiplicador Interno Unitário e Investimento Externo	60
6.6. Multiplicador Interno Unitário e Investimento Autônomo.....	63
6.7. Efeito Multiplicador e Investimento Autônomo.....	64
6.8. Formalização do Submodelo	67
6.9. Variações	68
6.10. Leituras do Sistema de Equações Fundamental.....	69
6.11. Conclusões.....	71
7. A Dinâmica de Crescimento da Economia	73
7.1. Introdução	73
7.2. Formulação Inicial	73

7.3. A Dinâmica Econômica Primário-Exportador.....	81
7.4. A Dinâmica Econômica Industrial	85
7.5. Conclusão	87
8. O Deslocamento do Centro Dinâmico.....	89
8.1. Introdução	89
8.2. A Dinâmica da Economia Europeia	91
8.3. A Dinâmica da Economia Primário-Exportadora	95
8.4. O Café.....	100
8.5. A Crise de 1929 e os Mecanismos de Defesa do Sistema Econômico.....	113
8.6. Consequências dos Mecanismos de Defesa Adotados	123
8.7. Conclusão	128
9. Conclusão	134
10. Bibliografia.....	140

1. Prefácio

Vou iniciar esta monografia de uma forma não muito usual. Reservei a este prefácio a narrativa dos fatos pessoais que me introduziram ao tema. E vou expô-la com o propósito de despertar no leitor a mesma curiosidade que tive para conduzir a presente pesquisa.

“Formação econômica do Brasil” era leitura obrigatória, como em muitos cursos de Humanidades, em uma disciplina que cursei em 2006. Quando li o livro pela primeira vez, pouco valor lhe dei. Convicto eu estava de que apenas revia o que havia aprendido no ensino médio.

Parecia-me, como estou certo que ainda parece a muitos, que o livro simplesmente contava a história do Brasil. Era a mesma que a conhecida pelos professores do secundário, a qual vai do descobrimento a Vargas, nada mais.

Havia nessa percepção uma forma peculiar de anacronismo. Lia eu Furtado como se este repetisse o que havia ele aprendido com os seus professores e não da forma como realmente aconteceu: ele havia ensinado aos nossos.

Fui relê-lo apenas em 2009, agora por vontade própria, empolgado por ter sido admitido em um grupo de matiz desenvolvimentista.

Dessa vez com cuidado, tempo para se dedicar, caneta na mão e uma nova edição para ser riscada, resolvi que tentaria descobrir o que faz do livro algo tão especial.

Sendo eu um dos leitores sem formação técnica a que Furtado se refere no prefácio, decidi que o melhor caminho seria grifar todos os termos econômicos que me chamassem a atenção. Por meio disso, buscaria, nos diferentes contextos em que o mesmo termo se repetia, extrair seu significado para a Ciência Econômica.

O primeiro conceito incompreendido apareceu para mim logo no capítulo quatro: “elemento dinâmico”. Ele não era o único e confesso que vários outros acusavam meu completo desentendimento do assunto. “Multiplicador”, “eficácia marginal”, “padrão-ouro”, “reservas”, eram apenas algumas palavras desconhecidas de que ora me recordo. Mas havia aquele outro, que estranhamente era recorrente.

Tratava-se, na verdade, não de uma, mas sim de algumas expressões, todas com o mesmo significado: “elemento dinâmico”, “impulso externo”, “impulso dinâmico”, “centro dinâmico”, “fator dinâmico”, “setor dinâmico”, etc.

Não foi até eu chegar ao capítulo trinta e dois, “O deslocamento do centro dinâmico”, que me ficou claro que o livro não trazia uma simples história da formação de nossa economia.

Havia uma teoria pela qual o autor lia nossa história econômica. E o que se denominou de deslocamento do centro dinâmico indicava que, para ele, existia nessa cronologia um ponto de inflexão. Era isso, afinal, o que ele queria demonstrar com a obra.

É óbvio para qualquer um que esse ponto de transformação histórica nada mais é do que a constituição do mercado interno e o fenômeno da industrialização. Aliás, o título da parte cinco do livro é justamente “Economia de transição para um sistema industrial”.

Mas dizer isso não responde a pergunta que Furtado nos desafia a desvendar, apenas a recoloca em outros termos. E essa pergunta é: O que é o centro dinâmico e o que causa o seu deslocamento?

Fui, então, buscar essa resposta. E apenas em um artigo publicado em 2001 pela professora Leda Paulani encontrei uma definição realmente interessante do que seria esse deslocamento do centro dinâmico:

“A partir de então [do deslocamento do centro dinâmico], o país exporta produtos primários, apenas, não demanda efetiva, protege os setores exportadores, não a ‘economia colonial’”¹.

Em 2011, eu decidi cursar Economia na Unicamp. Dentre os motivos que me fizeram escolher o curso e a Escola, um deles é que eu tinha já por propósito entender tudo o que Furtado queria dizer naquela obra.

A escolha foi acertada. Com as disciplinas de Macroeconomia do Instituto foi possível perceber que o fator dinâmico é algo próximo à demanda efetiva de Keynes.

Em verdade, ele me parece ser algo um pouco mais profundo que isso. Mas esse conceito será melhor trabalhado ao longo da pesquisa.

Pude também, finalmente, compreender o que é esse tão famoso multiplicador de Kahn. E passei a desconfiar que essa internalização do centro dinâmico de uma economia tem algo a ver com ele. Novamente, observo que isso ainda será aprofundado a diante.

De qualquer forma, ainda não está claro no meio científico como essas peças se juntam na teoria que está por trás de “Formação econômica do Brasil” e como podemos formalizá-las. Muito menos está claro como se dá o processo de deslocamento do centro dinâmico e o que isso efetivamente significa para a economia.

¹ Leda Maria PAULANI. A utopia da nação: esperança e desalento. In: Luiz Carlos BRESSER-PEREIRA; e José Marcio REGO (org.). A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos, São Paulo:

O que faz um setor ser o fator dinâmico da economia? O que lhe dá dinamismo? Por que certas economias possuem um centro dinâmico externo e outras um interno? O que leva esse centro a se deslocar? E o que significa, afinal, exportar demanda efetiva?

Para responder a essas perguntas, pretende-se formular aqui um modelo com base no livro “Formação econômica do Brasil” que explique o chamado deslocamento do centro dinâmico – aquilo que historicamente significa a transição de uma economia escravista-agroexportadora para uma economia assalariada-industrial.

Qual, afinal, é o modelo econômico por trás de “Formação econômica do Brasil”?

E, sendo que essas dúvidas que me atormentaram a graduação inteira, nada mais natural que tentar respondê-las neste trabalho de conclusão de curso, na esperança de conseguir saná-las antes que o mesmo termine.

Por isso que escolhi esse tema, mas há ainda outro motivo.

O intuito de se abordar uma obra cara para a nossa Escola de Campinas por meio de um modelo visa também tentar mostrar que modelos não são ferramentas exclusivas de economistas ortodoxos.

Modelos, sejam eles quantitativos ou factuais-históricos, são apenas formas de construir uma teoria de maneira que se possa manejar dados, que se consiga deixar as hipóteses claras, que se defina a relação considerada entre os fenômenos e que se torne operacional a verificação empírica das considerações feitas.

Assim, com esses dois propósitos em mente, espero poder dar minha contribuição para essa Escola que é tão importante para o país.

2. Introdução ao Tema

2.1. Posição na Literatura Econômica

Para recuperar a posição que este tema tem na literatura econômica, decidi ler os estudos sobre Celso Furtado empreendidos por Francisco de Oliveira.

Francisco de Oliveira é conhecido, dentre outras razões, por uma série de artigos que publicou analisando, de um ponto de vista crítico, as ideias defendidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e, principalmente, por Furtado.

O primeiro de todos é “A economia brasileira: crítica à razão dualista”². Artigo de 1972, nele Francisco de Oliveira buscou realizar uma crítica marxista ao “dual-estruturalismo” do “modelo CEPAL”, do qual Furtado é visto como repetidor nacional³.

Outros trabalhos se seguiram a esse, e todos foram reunidos em “A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado”⁴.

O livro inicia com um artigo publicado alguns anos depois do “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. Seu título deu nome à coletânea e o texto provém de uma introdução bibliográfica para uma coleção coordenada por Florestan Fernandes.

Denominada “Grandes cientistas sociais”, a coleção, como sua sinopse de contracapa enuncia, pretendia oferecer ao leitor, em cada volume dedicado a um pensador nacional ou internacional, duas coisas: uma análise do mesmo feita por um especialista em seu pensamento e uma seleção de passagens daqueles trabalhos julgados principais.

Francisco de Oliveira foi responsável por organizar, em 1983, o volume dedicado a Celso Furtado⁵ e corretamente selecionou para reproduzir neste livro o importante capítulo 32 do “Formação econômica do Brasil”, que trata precisamente do deslocamento do centro dinâmico⁶.

Mas em sua resenha bibliográfica, que possui inclusive partes dedicadas somente a essa obra, não se vê uma menção sequer ao centro dinâmico e ao seu deslocamento.

Tudo é lido, na seguinte passagem, como um processo de industrialização, o que evidentemente apenas apreende a superfície da questão:

² Francisco de OLIVEIRA. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 2 p. 4-82, 1972.

³ Francisco de OLIVEIRA. A economia brasileira, cit., p. 6 e 20.

⁴ Francisco de OLIVEIRA. A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁵ Francisco de OLIVEIRA (org.). Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983.

⁶ Francisco de OLIVEIRA (org.). Celso Furtado. cit., p. 93.

“Um engenhoso esquema keynesiano explica como, queimando o café, o governo brasileiro, sob Vargas, mantinha os níveis de renda interna, e, ao mantê-los, preparava a transição para a industrialização. Esta aparece como o resultado convergente de dois processos: a manutenção dos níveis de renda internos e a crise de divisas fortes que, impedindo a importação de bens manufaturados, funcionava praticamente como uma espécie de barreira alfandegária que protegia os nascentes (ou em ampliação) ramos industriais que substituíam as importações na oferta interna”⁷.

Em “A navegação venturosa”, a falta dessa menção acontece no texto seguinte, de 1986⁸, no posterior, de 1994⁹, e no quarto, de 1997¹⁰, embora nesse último a distância temática torne tal ausência escusável.

No artigo de 1999, até se vê a referência ao capítulo 32 nos seus parágrafos finais¹¹. Mas sua descrição como uma “resolução primorosa”, um “brilhante grand finale” a tratar de um “movimento de transformação em direção à industrialização”, evidencia um leitor que percebe a importância do deslocamento do centro dinâmico, porém ainda não sabe qual seja.

Somente em 2009, em um texto posterior a essa coletânea, Francisco de Oliveira vai incluir em seus estudos de Furtado uma análise algo mais detida desse tema¹².

São 37 anos que separam seu “Economia brasileira: crítica à razão dualista” e seu “Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado”, distância um tanto quanto criticável academicamente, tendo em vista ser esta a tese principal da obra-prima do autor tratado nesses artigos.

Análises do livro de Furtado como essa certificam, por certo, a fraca presença que o tema desta pesquisa tem na literatura econômica.

E Francisco de Oliveira, por sinal, não está sozinho. Uma leitura da edição de cinquenta anos de “Formação econômica do Brasil” demonstra isso.

No livro são reunidas em ordem cronológica resenhas de vinte e dois autores publicadas ao longo desse meio século. De Nelson Werneck Sodré, com uma resenha de 1959, passando

⁷ Francisco de OLIVEIRA (org.). Celso Furtado. cit., p. 13.

⁸ Francisco de OLIVEIRA. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In:_____. A navegação venturosa. cit., p. 39-54, 2003, p. 45-7.

⁹ Francisco de OLIVEIRA. Retrato de família. In:_____. A navegação venturosa. cit., p. 55-58, 2003, p. 55.

¹⁰ Francisco de OLIVEIRA. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. In:_____. A navegação venturosa. cit., p. 59-82, 2003, p. 76-7.

¹¹ Francisco de OLIVEIRA. Formação econômica do Brasil: gênese, importância e influências teóricas. In:_____. A navegação venturosa. cit., p. 83-102, 2003, p. 101-2.

¹² Francisco de OLIVEIRA. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In: Tarcisio Patricio de ARAÚJO; Salvador Teixeira Werneck VIANNA; Júnior MACAMBIRA (org.). 50 anos de Formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, p. 39-48, 2009.

pelo próprio Francisco de Oliveira e seu texto de 1999, até se chegar à introdução dessa edição de 2009 por Luiz Felipe de Alencastro, o livro comemorativo oferece uma incursão na compreensão dessa obra pelos seus maiores leitores.

A amostra, embora pequena, é, sem sombra de dúvida, qualitativamente significativa. E surpreende que das vinte e duas análises reunidas, sequer metade aborde a tese e a metodologia centrais da obra. Todas as demais ou as negligenciam completamente ou as tangenciam incidentalmente.

Do primeiro grupo, destaca-se Maurício Coutinho¹³, quem, penso eu, foi, dos leitores reunidos nesta coletânea, o único que verdadeiramente captou a teoria econômica subjacente à obra.

Luiz Felipe de Alencastro também está nesse grupo e constata bem que Furtado “[introduziu] modelos macroeconômicos na análise do passado”¹⁴. É, talvez por isso, bastante oportuna uma citação que ele faz.

Referindo-se ao “Formação da literatura brasileira” de Antonio Candido – publicado no mesmo ano em que o foi “Formação econômica do Brasil” –, esse historiador transcreve uma passagem de Roberto Schwarz em que este afirma o seguinte:

“Os livros que se tornam clássicos de imediato (...) às vezes pagam por isso (...). Passados quarenta anos, a ideia central de Antonio Candido mal começa a ser discutida”¹⁵.

Não se poderia afirmar o mesmo acerca de “Formação econômica do Brasil”?

2.2. Modelos

Para continuarmos a introdução desse tema, precisamos fazer agora a seguinte pergunta: Mas, afinal, o que seria um modelo?

Se, logo que vira seu título deste trabalho, a aversão a essa palavra não levou o leitor a abandoná-lo na pilha de rascunho de seu escaninho, há aqui uma oportunidade para convencê-lo assim não fazer.

¹³ Maurício COUTINHO. [Sem título]. In: Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, p. 519-44, 2009.

¹⁴ Luiz Felipe de ALENCASTRO. Introdução. In: Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23-40, 2009, p. 26.

¹⁵ Roberto SCHWARZ. Os sete fôlegos de um livro. In: _____. Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, p. 46-58, 1999, p. 46 apud Luiz Felipe de ALENCASTRO. Introdução. In: Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. cit., p. 26.

Inicialmente, quem nos explica sobre modelos é Kuhn, nas seguintes passagens:

“Scientists work from models acquired through education and through subsequent exposure to the literature often without quite knowing or needing to know what characteristics have given these models the status of community paradigms.”¹⁶

Com um modelo, não se tem necessariamente o propósito que se poderia chamar de purista. Que alguns podem usar modelos para esse designo, não nego. Mas isso depende de como o teórico se porta diante desta técnica e não da técnica em si.

Esta pesquisa não pretende, de forma alguma, isolar na obra de Furtado o econômico, do sociológico, do político, do cultural, do histórico etc. Inclusive considero que, se se avaliar todas as suas publicações, a resposta para os problemas a que ele se desafia a tratar é explicada menos pela nossa economia do que pela nossa cultura, a nossa história e as nossas classes.

É óbvio que a realidade é uma só, que envolve um desdobramento de aspectos o qual só pode ser efetivamente compreendido pelo todo. Mas nem por isso não podemos nos aprofundar em alguns de seus detalhes.

A síntese do todo quem faz já é o próprio Furtado e qualquer leitor terá muito mais proveito em apreendê-la lendo o próprio “Formação econômica do Brasil” do que qualquer modelo que se interprete desse livro. Como, aliás, o terá se assim proceder ao invés de ler qualquer outra publicação que trate do livro.

O mesmo vale para a obra Keynes e o modelo IS-LM e a obra de Ricardo e o modelo das vantagens comparativas. O erro aí não está no modelo – embora muitas vezes esteja –, mas no estudioso deste que toma a explicação de um aspecto pelo todo e, com isso, julga que o todo foi simplificado.

O modelo é apenas uma forma para se explicar algo. Sua vantagem está no fato de que, com ele, a teoria explicita claramente suas hipóteses e apresenta, com rigor, os contornos do seu raciocínio.

Além disso, na busca de uma modelagem que permita alguma forma de quantificar a teoria, a técnica da modelagem faz algo que é raro nas Humanidades. Ela fornece ao seu leitor as bases para questionar empiricamente as conclusões da pesquisa.

¹⁶ Thomas KUHN. The structure of scientific revolutions. 2. ed. [1. ed., 1962], Chicago: University of Chicago Press, 1970, p. 46.

Dir-se-ia, então, que o modelo visa a matematizar as Humanidades, a aproximar as Ciências Humanas das Exatas e Naturais. Isso também não é verdade. Como insisto, trata-se apenas de uma técnica científica, nada mais.

Vejamos uma ilustração disso.

Em 1952, pouco antes de Furtado desenvolver suas pesquisas sobre “Formação econômica do Brasil”, Claude Lévi-Strauss publicou um trabalho¹⁷ sobre a noção de estrutura e o lugar da Antropologia nas Ciências Sociais. Ele, que concluiu seu doutorado na Sorbonne no mesmo ano em que Furtado concluía o seu, fazia nesse artigo uma longa defesa do uso de modelos na Antropologia.

Existiria algum saber mais afastado das Ciências Exatas e Naturais do que a esse? Mesmo assim, lê-se naquele livro algo que pode surpreender:

“As investigações estruturais não apresentariam nenhum interesse se as estruturas não fossem traduzíveis em modelos cujas propriedades formais sejam comparáveis, independentemente dos elementos que os compõem. A tarefa do estruturalista é identificar e isolar os níveis de realidade que possuem um valor estratégico a partir da perspectiva em que ele se coloca, isto é, que podem ser representados na forma de modelos, qualquer que seja a natureza destes últimos.

(...) decorre da primeira seção deste trabalho que as investigações estruturais têm por objeto o estudo das relações sociais com o auxílio de modelos”¹⁸.

Em verdade, a palavra modelo surgiu mais ou menos nessa época.

Foi quando Einstein descobriu que a Lei da Gravitação Universal de Newton estava errada, que a ciência se deu conta de algo importante que nos fez abandonar nossa antiga concepção de leis da natureza.

Nós nunca teremos certeza se sabemos a verdade. O que fazemos é apenas construir teorias para explicar aquilo que percebemos da realidade. Se essas teorias condizem com o que conhecemos e são aplicáveis para os problemas que nos aparecem, nós as adotamos.

Mas, se descobrirmos algo novo, se algum problema se apresenta para o qual nossa teoria não tem a resposta, não é no desenvolvimento desta que avançamos, mas sim na elaboração de uma nova teoria.

¹⁷ Claude LEVI-STRAUSS. A noção de estrutura em etnologia. In: _____. Antropologia estrutural. São Paulo: Cosacnaify, p. 299-346, 2008.

¹⁸ Claude LEVI-STRAUSS. In: _____. Antropologia estrutural. cit. p. 307 e 313.

Daí porque se substituiu, nesse momento, a palavra lei por modelo. Afinal, o que fazemos não é desvendar as leis da natureza, mas sim construir modelos para compreendê-la.

A vantagem dessa honestidade científica é enorme e chega a ter grandes implicações práticas. Leis da natureza são imutáveis, são reveladas e são inquestionáveis. Modelos não.

Um modelo é construído. Você pode testá-lo empiricamente, aperfeiçoar suas partes e avançar em sua formalização. Enquanto o nosso conhecimento da realidade e os nossos problemas práticos que precisam ser resolvidos condizem com o modelo, é nele que iremos trabalhar.

Se, contudo, a realidade resiste a esse modelo, algum fato novo é descoberto ou ele se torna inconsistente para algum problema diferente, nós ou o aperfeiçoamos ou simplesmente o abandonamos e buscamos outro¹⁹.

Por todos, vê-se a explicação disso na seguinte passagem de Chauí:

“[As concepções racionalistas e empiristas] possuíam o mesmo pressuposto, embora o realizassem de maneiras diferentes. Ambas consideravam que a teoria científica era uma explicação e uma representação verdadeira da própria realidade, tal como esta é em si mesma. A ciência era uma espécie de raio X da realidade. A concepção racionalista era hipotético-dedutiva, isto é, definia o objeto e suas leis e disso deduzia propriedades, efeitos posteriores, previsões. A concepção empirista era hipotético-indutiva, isto é, apresentava suposições sobre o objeto, realizava observações e experimentos e chegava à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e previsões.

A concepção construtivista – iniciada no século passado – considera a ciência uma construção de modelos explicativos para a realidade e não uma representação da própria realidade. O cientista combina dois procedimentos – um, vindo do racionalismo, e outro, vindo do empirismo – e a eles acrescenta um terceiro, vindo da ideia de conhecimento aproximativo e corrigível²⁰.

Foi um longo caminho metodológico das leis de Newton às teorias da relatividade geral e especial e destas até o modelo padrão. O presente estudo tem muito a aproveitar dessa visão científica.

Ele não se propõe, de forma alguma, a “profanar um clássico”. Sem dúvida, a obra de Furtado é bem mais rica que um mero modelo econômico. Reduzi-la somente a isso não faz qualquer jus à sua profundidade. E nada irá substituir sua leitura direta.

¹⁹ Thomas KUHN. *The structure of scientific revolutions*.cit., p. 98-103

²⁰ Marilena CHAUI. *Convite à filosofia*.13. ed. [1. ed. 1994], São Paulo: Ática, 2009, p. 221.

Os aspectos políticos, culturais e ideológicos que se misturam com o econômico são inapreensíveis de outra forma que não a exposta no livro. E não há modelo algum que irá fazer as vezes do “Formação econômica do Brasil”.

Contudo, conscientemente ou não, creio eu que Furtado tinha sim um modelo de economia a lhe servir de linha-mestra para sua pesquisa historiográfica. Nada melhor do que uma passagem do próprio autor para confirmar essa hipótese de pesquisa.

Em “A economia brasileira”, livro de 1954 precursor de “Formação econômica do Brasil”, Furtado expõe no seu prefácio que foi levado “a adotar, em suas linhas gerais, a técnica de análise que os economistas chamam de construção de modelos”²¹.

Para reforçar essa declaração, façamos, ainda, a seguinte leitura de um livro de 1972 intitulado justamente “Análise do ‘modelo’ brasileiro”:

“Os dois ensaios reunidos no presente volume estão concebidos segundo o método que o autor vem utilizando há dois decênios: a partir de uma globalização histórica, identificam-se os elementos estruturais que permite, num corte temporal, ‘reduzir’ a realidade social a um sistema a que se podem aplicar os instrumentos da análise econômica. O corte temporal torna-se necessário, a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los estruturais. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como variáveis, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal”²².

Descobrir o modelo por trás do livro clássico de Furtado fornece um ganho singular não só para a compreensão de sua obra como também para a própria teoria econômica.

Por outro lado, creio eu também que esse seja um modelo datado. Ele pode explicar a transição de uma economia com o centro dinâmico no exterior para uma que o internaliza ao longo da primeira metade do século XX. Mas apenas isso. O sistema econômico que daí se forma, ou uma economia com essas características e em um período histórico diverso, enfrentará, por certo, outros problemas.

Isso facilita a pesquisa. Enquanto geralmente os economistas têm por desafio fazer modelos que expliquem o presente ou permitam a feitura de prospecções sobre o futuro, esta pesquisa tem por objeto algo que já está inanimado, o passado.

²¹ Celso FURTADO. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954, p. 14.

²² Celso FURTADO. *Análise do ‘modelo’ brasileiro*. 2. ed. [1. ed., 1972], Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 3 [grifo no original].

Temos aqui a rara vantagem de trabalhar com um modelo que visa explicar aquilo que já existe, inclusive enquanto na forma de dados empíricos. Afinal, ele, como não poderia deixar de ser, também é histórico.

Observo, por fim, que, em razão de se tratar o presente trabalho de uma monografia de graduação, permiti-me abusar de transcrições.

Longe de pretender aumentar, com isso, a extensão do texto, busco antes comprovar a fidedignidade de minha interpretação em relação à obra e desonerar o leitor do esforço injustificado de reler previamente o “Formação econômica do Brasil”.

2.3. O Modelo de Deslocamento do Centro Dinâmico

O modelo de deslocamento do centro dinâmico perpassa por completo o livro “Formação econômica do Brasil”²³. É uma tese metodológica que orienta todo o estudo de Furtado sobre a formação deste país e que se conclui justamente no capítulo 32, “O deslocamento do centro dinâmico”²⁴.

Até o capítulo 32, a economia brasileira é descrita pelo seu centro dinâmico primário-exportador. Basicamente, do ciclo do pau-brasil, passando pelo do açúcar, o do ouro até se chegar ao do café, a economia brasileira possui o mesmo comportamento.

Surge uma demanda por algum produto local. Essa demanda faz com que os fatores se dirijam para a sua produção e exportação. Com isso, o ganho de renda gerado pela exportação, por sua vez, permite um aumento do consumo e do investimento, ambos realizados primariamente por meio dos bens importados que as divisas geradas habilitam a economia interna a obter sem qualquer significativo aprimoramento da técnica ou da especialização produtiva.

Findo o ciclo da demanda estrangeira por esse produto nacional, a exportação se retrai, com ela a renda nacional e também todo o consumo e o investimento permitido pelas importações. Como é dito por Furtado, “ao debilitar-se o estímulo externo, todo o sistema se contrai em um processo de atrofiamento”²⁵.

²³ Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil. 34. ed. [1. ed., 1959], São Paulo: Companhia das Letras, 2007. As referências a partes específicas desta obra sempre conterão o título do capítulo. Espero, com isso, auxiliar o leitor que queria contextualizar a passagem dentro da obra toda. Além disso, o itálico foi adicionado em algumas passagens transcritas aqui para facilitar que o leitor encontre o ponto que se quer destacar da mesma.

²⁴ Celso FURTADO. O deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. 34. ed. [1. ed., 1959], São Paulo: Companhia das Letras, p. 274-85, 2007.

²⁵ Celso Furtado. Perspectivas dos próximos decênios. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 323.

A passagem de uma economia que historicamente possui essas características cíclicas para outra que possua um centro dinâmico autossuficiente não é simples. Quais são os fatores relevantes para isso, é o que pretendo explicar.

Essa passagem é o denominada deslocamento do centro dinâmico.

O deslocamento do centro dinâmico consiste em uma situação inédita na economia brasileira, manifesta em dois elementos essenciais: (i) a internalização do fluxo de renda e (ii) a constituição de um setor produtivo que aumenta constantemente sua capacidade produtiva, seja pelo progresso técnico, seja pela melhor alocação de fatores, seja ainda pelos ganhos produtivos em razão da especialização, e o faz ao mesmo tempo em que aumenta o seu mercado.

No Brasil, isso se manifestou historicamente pela preponderância das empresas voltadas para o mercado interno na formação de capital e pela natureza industrial dessas empresas.

O deslocamento do centro dinâmico é um ponto de inflexão para o sistema econômico. É um evento em que uma forma de crescimento entra em paradoxo com as estruturas pretéritas e outras surgem em seu lugar.

Muito embora seja evento reversível, ele consiste na transposição de uma fronteira estrutural que faz com que a economia passe a se comportar, a partir de então, segundo outras leis.

Marca-se, por meio dele, a superação da economia essencialmente primário-exportadora, o fim do envio para o exterior de quase toda a demanda efetiva nacional e a reversão da quase ausente incorporação do excedente produzido na estrutura interna do país.

Neste trabalho, abuso de citações para comprovar minha fidelidade ao texto. Vejamos, a seguir, as que ratificam o que foi dito aqui:

“Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital”²⁶.

“Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de dez por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado

²⁶ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 277.

interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação²⁷.

“Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda²⁸”.

“Assim como a segunda metade do século XIX se caracteriza pela transformação de uma economia escravista de grandes plantações em um sistema econômico baseado no trabalho assalariado, a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno²⁹”.

“A etapa intermediária de desenvolvimento caracteriza-se, assim, por modificações substanciais na composição das importações e por uma maior dependência do processo de ampliação da capacidade produtiva com respeito ao comércio exterior. A ampliação da capacidade para importar constitui, também nessa etapa, forte estímulo ao desenvolvimento da economia. Sem embargo, pelo fato de que a procura externa já não é o principal fator determinante do nível da renda, o crescimento pode continuar mesmo com estagnação da capacidade para importar³⁰”.

“O desenvolvimento da economia brasileira a partir da Primeira Guerra Mundial enquadra-se perfeitamente nesse tipo intermediário. Se se considera o período em seu conjunto, chega-se à conclusão de que o principal fator determinante do nível da procura – e portanto do desenvolvimento – foram as inversões ligadas ao mercado interno³¹”.

“O período compreendido entre 1920 e 1957 está assinalado por uma redução substancial da importância relativa da procura externa como fator determinante do nível da renda. Com efeito, enquanto o produto real aumenta ao redor de trezentos por cento, isto é, quadruplica, o quantum das exportações cresce apenas oitenta por cento. Se se tem em conta que nos anos recentes o valor das importações representava aproximadamente nove por cento do produto bruto, pode-se inferir que em 1920 essa participação não era inferior a vinte por cento. Destarte, contrariamente às formas de crescimento extensivo observadas nos séculos anteriores, o desenvolvimento no período indicado caracterizou-se por modificações substanciais na estrutura da economia. Grande parte das inversões realizadas destinou-se a criar capacidade produtiva para atender a uma procura que antes se satisfazia com importações. Não obstante, à medida que crescia a economia com redução do coeficiente de importação, a composição desta

²⁷ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 278.

²⁸ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 283.

²⁹ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 323.

³⁰ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 324-5.

³¹ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 325.

se ia modificando, crescendo dentro da mesma a participação dos bens diretamente ligados ao processo de capitalização³².

É claro que Furtado está tratando do surgimento do mercado interno, do processo de industrialização no Brasil e da formação do setor produtor de bens de capital. Mas falar disso é apenas uma pequena aproximação ao que é efetivamente tratado.

O desafio é entender macroeconomicamente como economias que se voltavam exclusivamente para o exterior conseguiram realizar esse deslocamento. Na América Latina, foram poucas. Além do Brasil, apenas o México e talvez a Argentina.

Assim, algumas questões se colocam. No que constitui a passagem de uma economia que deixa de exportar demanda efetiva para uma que a internaliza? E no que constitui a transição de uma economia que cresce por forças exógenas para uma que cresce por forças endógenas?

São essas algumas das questões que pretendemos desvendar por meio de um modelo. Trata-se, com não poderia deixar de ser, de uma interpretação da obra de Furtado. Tentei ao máximo ser fiel aos seus escritos, mas não hesitei em avançar um pouco no modelo quando isso poderia explicar aspectos a mais de nossa formação econômica.

Mas para chegarmos ao modelo que pretendemos propor, precisamos entender antes alguns conceitos essenciais que conformam a teoria que Furtado adota para o entendimento da dinâmica do capitalismo.

³² Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 326-7.

3. Influências Teóricas

3.1. Introdução

O presente capítulo demonstrará as influências teóricas que Furtado sofreu, os autores em que ele se baseou, a dissidência de sua teoria diante da de seus contemporâneos e, também, a originalidade de seu pensamento.

Imanente ao modelo de seu livro está um modelo de dinâmica da economia moderna, sobre o qual aquele se estrutura. E, para entender como Furtado vê essa dinâmica, é preciso ter em mente o que ele assimilou dos modelos de crescimento da época e dos escritos de dois economistas clássicos.

3.2. Os Modelos de Crescimento

Celso Furtado é de uma geração de economistas que está preocupada em desvendar a dinâmica da economia. São contemporâneos a ele vários pensadores que inauguraram as pesquisas por modelos de crescimento econômico, como Harrod, Domar, Kaldor, Nurkse e Lewis.

É relevante perceber que ele não adota especificamente nenhum dos modelos propostos por esses autores. Mas é igualmente significativo notar que, como demonstrarei a seguir, ele é influenciado por cada um desses economistas mesmo antes de escrever “Formação econômica do Brasil”, que foi publicado em 1959.

Sete anos antes, em um artigo de 1952, é possível ler Celso Furtado destacando de algumas conferências de Nurkse no Brasil a passagem em que este chamava “a atenção para o fato de que nos países desenvolvidos os economistas hajam sempre considerado como subentendido o fenômeno do crescimento econômico, razão pela qual o mesmo muito raramente [tenha] sido submetido a uma análise sistemática”³³.

Em 1954, Furtado já mencionava a grande repercussão que estavam tendo certas linhas de pesquisa econômicas e salientava “a orientação que tomaram estudos de dinâmica econômica com Harrod, Domar e outros economistas”³⁴.

³³ Celso FURTADO. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.6, n.3, p. 7-45, 1952, p. 8.

³⁴ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 193.

Em 1956, referindo-se não ao livro, mas sim ao artigo de Lewis que trata do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra³⁵, ele destaca em uma resenha que “a contribuição já realizada pelo prof. Arthur Lewis no campo da teoria do desenvolvimento econômico é excepcionalmente importante”³⁶.

E, no ano de 1957, ele já havia conhecido pessoalmente Kaldor³⁷ numa época em que, segundo relata, “Cambridge economics (...) was a subject that was on the move” e “it could go through the hard work of rethinking its basic assumptions, (...) work that Joan Robinson, Piero Sraffa and Nicholas Kaldor were engaged upon” e na qual ele viu esse caminho como “the only possible route for the discipline to follow”³⁸. Anos depois o artigo de Kaldor “A new model of economic growth”, será por ele citado³⁹.

Como se pode perceber, Furtado estava familiarizado com os modelos de crescimento econômico existentes na época. Mas, lendo-se seus trabalhos, percebe-se que a relação que ele tem com tais modelos é ao mesmo tempo de influência e de crítica.

Isso fica evidente em “Teoria e política do desenvolvimento” e em “Development and stagnation in Latin America a structuralist approach”⁴⁰.

O “Teoria e política do desenvolvimento” é um livro que contém alguns capítulos de “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”⁴¹ de 1963.

Sua primeira publicação ocorreu em 1967⁴². Mas em 2000 ele foi trabalhado por Furtado para uma nova edição, trazendo algumas modificações e sendo elaborado com o propósito de “ajudar o leitor a obter uma percepção dos processos econômicos observados do ângulo das

³⁵ William LEWIS. Economic development with unlimited supplies of labor. The Manchester School, Manchester, vol. 22, n. 2, p. 139-191 mai. de 1954.

³⁶ Celso FURTADO. Resenha de “The theory of economic growth, de W. Arthur Lewis”. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, p. 51-52, mar. de 1956, p. 51. Anos depois, ele irá mostrar alguns fatores que impediriam o modelo de Lewis de surtir o efeito desejado (Celso FURTADO. *The Brazilian “model”*. *Social and Economic Studies*, Kingston, v.22, n.1, p. 122-131, 1973).

³⁷ Celso FURTADO. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁸ Celso FURTADO. *Adventures of a Brazilian economist*. *International Social Science Journal*, Paris, vol. 25, nº 1/2, p. 28-38, 1973, p. 157-8.

³⁹ Celso FURTADO; Alfredo de SOUZA. *Perfil da procura e perfil do investimento*. *Análise social*, Lisboa, vol. 7, n. 27/28, p. 487-511, 1969.

⁴⁰ Celso FURTADO. *Development*. *International Social Sciences Journal*, Paris, v. 26, n. 4, p. 628-65, 1977, p. 633.

⁴¹ Celso FURTADO. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. ed. [1. ed., 1961], Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

⁴² Celso FURTADO. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. [1. ed., 1967], São Paulo: Paz e Terra, 2000.

transformações no tempo dos conjuntos de maior complexidade que são os sistemas econômicos nacionais”⁴³.

Essa edição consiste, assim, em uma das últimas expressões acabadas de sua leitura das teorias econômicas por ele estudadas. E, por isso, esse livro se torna tão interessante para o presente capítulo.

Nele, lê-se que Furtado considerava que “a segunda fase evolutiva do pensamento keynesiano [tinha] como ponto de partida os esforços de ‘dinamização’ iniciados por Harrod (...)”⁴⁴.

Também é possível depreender que ele sintetizava Kaldor como alguém que “procurou integrar o processo de acumulação no aperfeiçoamento das técnicas de produção”⁴⁵.

Ademais, percebem-se suas referências a Lewis e sua crítica àqueles que, como Francisco de Oliveira, veem o dualismo como uma economia de dois modos de produção independentes entre si. Na obra, ele faz essa censura destacando que “o capitalismo que existe na estrutura dualista apresenta certas especificidades” e que “o que caracteriza o dualismo é exatamente a interdependência dos dois modos de produção, interdependência que responde pela tendência à perpetuação dos elementos pré-capitalistas”⁴⁶.

Indo mais além, observa-se no livro, inclusive, Furtado assinalando, à maneira de Lewis, que “as condições mínimas para que ocorra desenvolvimento são: a) crescimento mais que proporcional do setor avançado, e b) estabilidade ou aumento da proporção de mão-de-obra empregada no setor avançado”⁴⁷.

Isso, aliás, é algo que evoca um texto de 1966 em que ele assegura – equivocadamente, claro – que economias da época como a argentina e a uruguaia “cannot be strictly considered as under-developed, inasmuch as the concept of underdevelopment is related to the idea of structural dualismo”, já que seus setores pré-capitalistas haviam sido absorvidos pelo avançado, desaparecendo, assim, a reserva de mão-de-obra e surgindo um mercado unificado de trabalho a

⁴³ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 11.

⁴⁴ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 69.

⁴⁵ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 88.

⁴⁶ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 219.

⁴⁷ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 209.

precificá-lo de acordo com sua produtividade marginal⁴⁸. O modelo dualista está na base dessa inferência.

Enfim, como podemos sintetizar a leitura de Furtado dos modelos de crescimento econômico?

Primeiramente, devemos notar que Furtado não exclui

“(…) a possibilidade de que o trabalho teórico atualmente [1963] em curso nos países desenvolvidos, de construção de modelos mais e mais completos das estruturas típicas industriais mais avançadas, no quadro institucional da livre empresa, continue contribuindo para precisar conceitos e relações de ampla eficácia explicativa”⁴⁹.

Contudo, como foi adiantado no começo deste capítulo, Furtado é também cético em relação ao poder explicativo desses modelos, que ele chama de “by-product of attempts at a dynamic approach to the Keynesian model”⁵⁰, como pode ser percebido na seguinte passagem de “Development”:

“This theoretical work (os modelos de crescimento) had only limited significance for the progress of ideas on development, both in the highly industrialized countries and in the so-called developing. It nevertheless constituted a starting-point for substantial progress in macroeconomics (...) The inability of growth models to account for major structural changes – i.e. the interplay between the ‘economic’ and the ‘non-economic’ – and to record the complex relations which arise at the boundaries of the economic system – the relations with other economic systems and with the ecosystem – stem from the very conception of the science of economics on which they are based. The more sophisticated the model, the more remote it is from the multidimensional reality of society. It was for this reason that the most important changes – caused by the gathering speed of accumulation in the last quarter century, and the advent of transnational structures with an ever growing role in the allocation of resources, the creation of liquidity and the geographical distribution of the product – have taken place without the theorists of growth having grasped their impact at the level of national economic systems”⁵¹.

Em razão disso, havemos de ter dois cuidados especiais na construção do modelo de deslocamento do centro dinâmico.

Devemos (i) ver nos modelos de crescimento econômico desses outros economistas apenas um repertório em que o autor que aqui estudamos se inspirou e não vê-los tais qual uma doutrina a que ele tenha se filiado. Como todo pensador clássico, ele se apoiou sim sobre ombros de gigantes sem, contudo, deixar de divisar com muita originalidade o que a partir desse apoio tinha ao alcance de sua visão.

⁴⁸ Celso FURTADO. Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach. Economic Growth Center, New Haven: Yale University, v.95, p. 159-175, 1965, p. 166.

⁴⁹ Celso FURTADO. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. cit., p. 14.

⁵⁰ Celso FURTADO. Development. cit., p. 633.

⁵¹ Celso FURTADO. Development. cit., p. 633-4.

E, por fim, devemos (ii) tomar toda a cautela para não incorrer na exagerada sofisticação do modelo a lhe apartar da realidade, algo, como lido, expressamente reprovada por Furtado.

Considero, aliás, que esse erro é especialmente cometido pelos modelos de crescimento de seus contemporâneos quando eles se aventuram em tornar endógeno o investimento, determinando-o seja em função da poupança, do lucro ou de qualquer outra variável.

3.3. A Acumulação de Capital e a Demanda Efetiva

Todos os modelos dos autores mencionados anteriormente têm em comum a centralidade da formação de capital para o crescimento e a importância que, por isso, assume a decisão de investimento.

Se formos buscar esse tema mais a fundo no pensamento furtadiano, iremos encontrar sua própria concepção sobre a dinâmica do capitalismo e, na raiz desta, nos depararemos com Marx e Keynes.

Inicialmente, o marxismo apenas o influenciou nos seus estudos de história durante a adolescência. Isso ele relata em um artigo biográfico publicado em uma revista da UNESCO⁵².

Contudo, mais à frente, ele nos conta as duas ideias de Marx que, na fase adulta, vieram a definir seu entendimento acerca da dinâmica capitalista, como se vê a seguir:

“While I was profoundly influenced by Marx’s ideas on the theory of history, I was far less receptive to his economic ideas. (...) I retained, nevertheless, a number of ideas from my reading [of Marx] which decisively altered my conception of economic processes. In particular, I saw that technical progress was of prime importance, and my reading of Schumpeter soon afterwards confirmed me in that view. I also acquired the conviction that capitalists have a compulsive tendency to accumulate capital or, if you like, that they are determined to sweep aside every obstacle to their doing so. That enabled me to reject the myth of the immutable state which underlies all the classical and neo-classical theories. In course of time, these two ideas underwent a complex evolution in my mind, but I regard it as extremely important that I understood them very early on, and I owe this to my careful reading of Capital while at the University of Paris”⁵³.

De fato, em “A economia brasileira”, é possível ver Furtado fazendo uso de conceitos tipicamente marxistas, como, por exemplo, “modificação nas técnicas de produção”, “superestrutura” e “processo de acumulação”⁵⁴.

⁵² Celso FURTADO. *Adventures of a Brazilian economist*. cit., p. 31.

⁵³ Celso FURTADO. *Adventures of a Brazilian economist*. cit., p. 34.

⁵⁴ Celso FURTADO. *A economia brasileira*. cit., p. 23, 26 e 29.

Mais adiante, naquele artigo da UNESCO, ele confirma o que já se percebe claramente lendo-se “Formação econômica do Brasil”, isto é, que “Keynes’s influence also was decisive”⁵⁵.

A visão keynesiana do investimento como um dos “mais sugestivos problemas que apenas começaram a ser vislumbrados mediante o enfoque macroeconômico”⁵⁶ é a razão de ser dessa influência.

Quais ideias essa visão sugere? Furtado nos explica nestas passagens:

“Ao analisar as causas que influenciam o volume das inversões, ele [Keynes] simplificou extremamente o problema com a aparente preocupação de dar elegância ao sistema como um todo. O nível das inversões seria determinado pela taxa de lucros antecipada (eficiência marginal do capital) e pela taxa de juros. (...) A análise dos fatores que induzem o empresário a inverter é certamente a parte mais pobre da obra de Keynes. Entretanto, é exatamente neste ponto que ele aparentemente abandona a perspectiva de curto prazo e indica alguns vícios estruturais do sistema econômico que analisa. Estava, destarte, estabelecida uma posição de partida para uma teoria do desenvolvimento econômico”⁵⁷.

“Havendo atribuído o papel de variável básica ao nível das inversões, Keynes daí não inferiu todas as consequências. Com efeito, limitou-se a observar as inversões como um fator gerador de renda. Ora, não existem inversões líquidas sem acumulação de capital, isto é, sem aumento da capacidade produtiva. Assim, não cabe admitir que esta última seja imutável durante o período considerado pela análise, se se pretendem definir condições de equilíbrio. É necessário analisar as inversões simultaneamente como fator gerador da renda e criador de capacidade produtiva. Chegando-se a essa posição crítica, era fácil dar um passo adiante e perceber que, se as condições de equilíbrio deviam ser alcançadas num nível de emprego em que houvesse inversões líquidas, tal equilíbrio teria de ser necessariamente dinâmico, isto é, com crescimento simultâneo do nível da renda e da capacidade produtiva. As condições desse equilíbrio dinâmico passaram então a constituir a preocupação central daqueles que pretendiam expandir o modelo keynesiano. Esses estudos permitiram aperfeiçoar vários instrumentos conceptuais que seriam de grande utilidade para os economistas que passaram a preocupar-se diretamente com o processo do desenvolvimento”⁵⁸.

De todas as ideias trazidas nesses trechos, destaco a do duplo caráter do investimento. Furtado tem claro que é uma questão relevante o fato de que o investimento ao mesmo tempo em que cria demanda também cria também capacidade produtiva.

Julgo, aliás, o modelo de Furtado em “Formação econômica do Brasil” um dos poucos que pode ser predicado como autenticamente keynesiano. Furtado – e isso é importantíssimo perceber no livro – (i) não vê a poupança como a origem última do crescimento, como faz Harrod (ii) nem supõe a ocorrência do pleno emprego no equilíbrio de longo prazo, como faz Kaldor.

⁵⁵ Celso FURTADO. *Adventures of a Brazilian economist*. cit., p. 34.

⁵⁶ Celso FURTADO. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. cit., p. 12.

⁵⁷ Celso FURTADO. *A economia brasileira*. cit., p. 241-3.

⁵⁸ Celso FURTADO. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. cit., p. 69-70.

Em sua conhecida equação fundamental, Harrod apura a denominada taxa de crescimento garantida – aquela que se dá se as expectativas se confirmarem e que, se atingida, garantiria certa estabilidade à dinâmica econômica – como determinada pela razão entre a propensão a poupar e do coeficiente capital-produto⁵⁹.

Há uma concepção teórica por trás dessa equação, a de que a mesma “gives expression to Mr. Keynes’ proposition that saving is necessarily equal to investment –that is, to ex post investment”⁶⁰, quando na verdade Keynes vê o contrário, ou seja, o investimento efetivo como sendo igual à poupança ex post, dando plena independência daquele em relação a esta⁶¹.

Kaldor, por outro lado, admite a hipótese keynesiana de que o investimento “can be treated as an independent variable”⁶² em relação à propensão a poupar, embora fale, em outro artigo, que “there is general agreement that the critical factors determining the trend rate of growth are to be sought in the savings propensities of the community, (...) the flow of invention or innovation (...) and the growth of population”⁶³.

Todavia, uma das propriedades básicas encontrada no modelo kaldoriano existente à época do “Formação econômica do Brasil” é que ele “assumes ‘full employment’”⁶⁴.

E é significativo reparar que isso é tomado não como uma hipótese teórica, mas sim como um fato estilizado da realidade, justificado “because [segundo ele] at any level of output short of ‘full employment’ the aggregate demand associated with that particular level of output will exceed the aggregate supply price of that output, and thus lead to an expansion in output until a state of full employment is reached”, “excepting for periods in which the process of growth

⁵⁹ Roy HARROD. An essay in dynamic theory. The Economic Journal, Oxford, vol. 49, n. 193, p.14-33, mar., 1939, p. 17.

⁶⁰ Roy HARROD. An essay in dynamic theory. cit., p. 19.

⁶¹ Keynes, em missiva de 1936 dirigida a Harrod tratando de um artigo deste acerca da teoria geral, já o alertava do seguinte: “You don’t mention effective demand or, more precisely, the demand schedule for output as a whole, except in so far as it is implicit in the multiplier” (John Maynard KEYNES. The general theory and after: defence and development. 4. ed. [1. ed., 1973], Cambridge: Cambridge University Press, 2013, (The collected writings of John Maynard Keynes, vol. XIV), p. 85).

⁶² Nicholas KALDOR. Alternative theories of distribution. The Review of Economic Studies, Estocolmo, vol. 23, n. 2, p. 83-100, 1955-1956, p. 95. Isso também é feito em Nicholas KALDOR; James MIRRLEES. A new model of economic growth. The Review of Economic Studies, Oxford, vol. 29, n. 3, p. 174-192, jun. de 1962, p. 175.

⁶³ Nicholas KALDOR. A model of economic growth. The Economic Journal, Oxford, vol. 67, n. 268, p. 591-624, dez. de 1957, p. 591.

⁶⁴ Nicholas KALDOR. A model of economic growth. cit., p. 593.

through capital accumulation (for reasons outlined later) is altogether interrupted, the system cannot long operate in a state of (Keynesian) under-employment equilibrium”⁶⁵.

Furtado não comete nenhum desses erros. E isso permite que, em “Formação econômica do Brasil”, a decisão de investimento, mesmo em um horizonte de longo prazo, tenha a mesma natureza que Keynes lhe conferiu no horizonte de curto prazo de sua “Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda”.

Essa característica do pensamento furtadiano faz com que as descrições históricas dele sejam mais realistas. E permite que ele trate da temática do crescimento por meio (i) do princípio da demanda efetiva e (ii) dos condicionantes para a decisão de investimento relacionadas à psicologia e à expectativa do inversionista, dois elementos fundamentais da teoria geral que se perderam nos modelos de crescimento keynesianos de sua época.

Com isso, mesmo no longo prazo, o modelo furtadiano consegue manter toda a autonomia que a decisão de investimento tem na teoria geral.

A perda dessa autonomia nos modelos de crescimento keynesianos contemporâneos ao “Formação econômica do Brasil” fez com que se perdesse também a filosofia social que Keynes havia predica no seu último capítulo.

Neste capítulo, reaparece a histórica contenda filosófica entre o livre-arbítrio e o determinismo. E em Furtado, assim como em Keynes, vence o investimento como uma expressão da liberdade de decisão da sociedade.

Percebe-se isso, por exemplo, quando ele diz que “dentro de certos limites bastante amplos, pois influenciados por elementos subjetivos, os agentes inversionistas são livres para tomar decisões”⁶⁶.

Enfim, com tudo que foi aqui lido sobre Marx e Keynes, temos por justificada a influência de ambos no modelo de deslocamento do centro dinâmico.

Como afirmado acima, esse modelo pressupõe um entendimento do comportamento da dinâmica econômica.

⁶⁵ Nicholas KALDOR. A model of economic growth. cit., p. 593. Kaldor também assume o pleno emprego em Nicholas KALDOR. Alternative theories of distribution. cit., p. 96 e em Nicholas KALDOR; James MIRRLEES. A new model of economic growth. cit., p. 175.

⁶⁶ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 70.

E Marx e Keynes se expressam nesse entendimento por duas propriedades importantes do modelo de descolamento do centro dinâmico: (i) a ação da acumulação de capital e do aumento de produtividade por essa via, do lado da oferta agregada, e (ii) o protagonismo da decisão de investimento, suas consequência sobre o fluxo da renda e os respectivos parâmetros que alteram a multiplicação desse fluxo, do lado da demanda agregada.

4. A Estrutura do Modelo

4.1. Introdução

O primeiro economista a se aventurar na formalização de um modelo a partir dos trabalhos de Furtado foi Antonio Delfim Netto.

Delfim Netto inicia seu “Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado” afirmando que “Celso Furtado [em ‘A economia brasileira’] propõe um modelo de desenvolvimento econômico que pode ser facilmente expresso em termos de uma equação a diferenças finitas”⁶⁷.

Ele busca, então, construir essa equação para “tornar mais simples a comparação entre este modelo e os já construídos por Domar, Harrod, Lundberg e outros”⁶⁸. E consegue, de fato, chegar a ela.

Cuida-se da formulação de uma série temporal que é referida por Furtado no capítulo VI daquele livro. Mas quem ler esse capítulo notará que o autor, por meio dessa série, não propõe efetivamente um modelo de desenvolvimento ou de crescimento – como fazem Harrod e Domar, por exemplo –, mas apenas faz uma formalização para explicar a importância do coeficiente capital-produto e da taxa de investimento para o crescimento econômico.

O objetivo do exercício não é apresentar um modelo de crescimento, mas sim demonstrar duas coisas.

A primeira é o papel daqueles fatores na economia.

A segunda é como a necessidade de criação de mercado figura como um limite para o crescimento da taxa de capitalização. Só faz sentido capitalizar se há mercado para tanto. Mas para haver mercado é preciso, em parte, optar pela ampliação do consumo em detrimento da expansão dessa taxa⁶⁹.

Em todo o caso, o exercício não pretendia ir muito além disso. Basta observar que, a partir do segundo período da série, o investimento é tratado como um resíduo, isto é, como resultado de haver uma taxa de crescimento do produto maior do que a do consumo.

⁶⁷ Antonio Delfim NETTO. Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado. *Econômica Brasileira*, vol. V, n. 1 e 2, p. 58-61, jul. e dez. de 1959, p. 58.

⁶⁸ Antonio Delfim NETTO. Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado. *cit.*, p. 58.

⁶⁹ Celso FURTADO. *A economia brasileira. cit.*, p. 207.

A formulação de Delfim Netto – que depois receberá a inserção de uma variável estocástica⁷⁰ – é rigorosa, mas simples e bastante incompleta. Ela não só deixa de incluir aquele limite mencionado, que virá a ser uma referência importante nos trabalhos de Furtado posteriores a 1964, como também apreende somente um aspecto da abordagem teórica que o autor queria propor no capítulo.

Depois de Delfim Netto, o segundo economista que irá se desafiar a formalizar o pensamento de Celso Furtado é ele próprio.

No “Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach”, artigo redigido em 1965 na Universidade de Yale, Furtado traz um modelo matricial input-output de cinco setores para descrever o funcionamento da economia primário-exportadora e o surgimento, a partir desta, do processo de substituição de importações.

E anuncia, ainda, que “a mathematical formulation of the basic ideas expressed in the present study is being developed by Andrea Maneschi, of the Economic Growth Center, whose cooperation has been of great value to the author while working on this paper”⁷¹.

Como prometido, a formalização será apresentada em maiores detalhes em “Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina”⁷² de 1966.

Três anos depois, Furtado aparece com “Perfil da procura e perfil do investimento”⁷³. Nesse artigo, também escrito em coautoria, ele modela aquilo que Delfim Netto deixou de fazer.

O dilema da capitalização e da geração de mercado no processo de crescimento reaparece aí e recebe uma formalização atenta para a distribuição de renda.

Esses dois modelos feitos pelo próprio autor têm em comum o seu objeto: o processo de substituição de importações. E o foco se dá (i) no dualismo estrutural, (ii) nas restrições do balanço de pagamentos e (iii) na formação dos setores industriais.

Ambos carregam muitas questões que recebiam a atenção de Furtado à época. Contudo, claramente eles não seguem importantes linhas teóricas que ele havia usado em “Formação econômica do Brasil”.

⁷⁰ Raimundo Paes BARRETO. Versão do modelo de Celso Furtado com introdução de uma variável estocástica. *Econômica Brasileira*, vol. V, n. 1 e 2, p. 61-63, jul. e dez. de 1959.

⁷¹ Celso FURTADO. *Development and stagnation in Latin America*. cit., p. 159, nota de rodapé.

⁷² Celso FURTADO; Andrea MANESCHI. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.2, p. 5-33, 1968.

⁷³ Celso FURTADO; Alfredo de SOUZA. *Perfil da procura e perfil do investimento*. cit..

É quase como se Furtado relesse a história deixando de lado outros problemas econômicos, preocupado como estava com o desafio principal daquele período: completar a implantação da indústria. Daí o enfoque na restrição externa, nos perfis da demanda e nas características distintas dos setores industriais.

Desse modo, nos dois modelos, a problemática que permeava o capítulo 32 de sua obra principal acaba se perdendo.

Talvez Furtado tinha por certo que, assim como ele, o Brasil também já havia encontrado uma solução para o problema daquele capítulo. Afinal, o deslocamento do centro dinâmico parecia àquela época algo tão irreversível quanto a Revolução Industrial haveria de ser para a Grã-Bretanha.

À época atual, não sei se se pode dizer o mesmo.

4.2. Os Dois Submodelos

Há um modelo econômico na obra. Disso é difícil ainda se ter dúvida. Nossa tarefa agora será descobri-lo e formalizá-lo.

Lendo-se “Formação econômica do Brasil”, podem-se identificar dois submodelos que estruturam o deslocamento do centro dinâmico: (i) um que evidencia a internalização do fluxo de renda e outro (ii) que evidencia a formação de um centro dinâmico no qual o crescimento se dá por meio da produtividade tecnológica.

Os dois submodelos se tocam em um ponto particular, a demanda efetiva. E é a partir dela que eles evidenciam o processo de deslocamento do centro dinâmico na formação econômica do Brasil.

4.3. A Internalização do Fluxo Multiplicador da Renda

O primeiro submodelo deduz-se de três capítulos do livro, o IX, XIV e o XXVI, os quais têm respectivamente por título “Fluxo de renda e crescimento”, “Fluxo de renda” e “O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado”.

Destaco quatro partes que demonstram que a internalização do fluxo de renda é efetivamente aspecto do modelo adotado pelo livro:

“Uma vez efetuada a importação dos equipamentos e da mão-de-obra escrava, a etapa subsequente da inversão – construção e instalação – se realizava praticamente sem que

houvesse lugar para formação de um fluxo de renda monetária. Parte da força de trabalho escravo se dedicava a produzir alimentos para o conjunto da população, e os demais se ocupavam nas obras de instalação e, subsequentemente, nas tarefas agrícolas e industriais do engenho”⁷⁴.

“Vejam agora, em seu conjunto, o funcionamento dessa economia. Como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda – a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados – expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não-residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior”⁷⁵.

“Criaram-se assim de improviso as condições requeridas para que o acordo [de Methuen] funcionasse, permitindo-se que operasse como mecanismo de redução do efeito multiplicador do ouro sobre o nível da atividade econômica em Portugal. Por um lado, a procura crescente de manufaturas que vinha da colônia se transferia automaticamente para a Inglaterra sem nenhum efeito sobre a economia portuguesa que não fosse a renda criada por algumas comissões e impostos. Por outro, o aumento dos gastos públicos – gastos correntes ou inversões não reprodutivas – logo se filtravam em importações com um reduzido efeito multiplicador sobre outras atividades produtivas internas”⁷⁶.

“Vejam como se propaga o fluxo de renda criado pelas exportações. Os gastos de consumo – compra de alimentos, roupas, serviços etc. – vêm a constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes etc. Estes últimos também transformam grande parte de sua própria renda em gastos de consumo. Destarte, a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora. Suponhamos agora que ocorra um aumento do impulso externo. Crescendo a massa de salários pagos, aumentará automaticamente a procura de artigos de consumo. A produção de parte destes últimos, por seu lado, pode ser expandida com relativa facilidade, dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, particularmente em certas regiões em que predomina a atividade de subsistência. Desta forma o aumento do impulso externo – atuando sobre um setor da economia organizado à base de trabalho assalariado – determina melhor utilização de fatores já existentes no país. Demais, o aumento de produtividade – efeito secundário do impulso externo – manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno. Quando convergem certos fatores a que nos referiremos mais adiante, o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última”⁷⁷.

⁷⁴ Celso FURTADO. Fluxo de renda e crescimento. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 84.

⁷⁵ Celso FURTADO. Fluxo de renda e crescimento. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 87.

⁷⁶ Celso FURTADO. Fluxo de renda. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 128-9.

⁷⁷ Celso FURTADO. Fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 219-20.

4.4. A Dinâmica de Crescimento Autônomo

Apenas a internalização do fluxo de renda, evitando que a demanda efetiva reflua para o exterior, não é suficiente para explicar o deslocamento a que se refere “Formação econômica do Brasil”.

É preciso que setores aptos a produzir crescimento econômico de forma originária e autônoma se tornem o centro dinâmico da economia. Tratarei mais adiante do que consiste essa forma de crescimento econômico.

Por enquanto, basta observarmos, a seguir, algumas passagens que evidenciam a existência desse submodelo na obra:

“É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se, então, definitivamente a etapa colonial da economia brasileira”⁷⁸.

“Sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente integrada nas economias europeias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores”⁷⁹.

“Desenvolvimento com base em mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança um determinado grau de complexidade, que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica”⁸⁰.

“O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital. Esse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente. A procura de bens de capital coincide, nas economias desse tipo, com a expansão das exportações – fator principal do aumento da renda – e portanto com a euforia cambial. Por outro lado, as indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivos de tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro do reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente. Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos 30 quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis”⁸¹.

“É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas

⁷⁸ Celso FURTADO. Encerramento da etapa colonial. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 71.

⁷⁹ Celso FURTADO. Passivo colonial, crise financeira e instabilidade política. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 144-5.

⁸⁰ Celso FURTADO. Gestação da economia cafeeira. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 165.

⁸¹ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 279-80.

também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva”⁸².

“Aqueles países de estrutura econômica similar à do Brasil, que seguiram uma política muito mais ortodoxa, nos anos da crise, e ficaram portanto na dependência do impulso externo para recuperar-se, chegaram a 1937 com suas economias ainda em estado de depressão”⁸³.

“A significação desse fenômeno é muito maior do que se depreende à primeira vista. Indicamos anteriormente a relação profunda que existe entre a intensidade do impulso externo e o crescimento de uma economia especializada na exportação de matérias-primas. Possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos de terra e mão-de-obra preexistentes, o impulso externo cria o aumento de produtividade que é o ponto de partida no processo de acumulação de capital. A massa de salários e outras remunerações criadas no setor de exportação representam o embrião do mercado interno. Ao crescer o impulso externo, a expansão indireta da procura interna tende a integrar na economia monetária os recursos de mão-de-obra e terra subutilizados no setor de subsistência. Ao reduzir-se o impulso externo, por outro lado, a contração consequente da renda monetária tende a criar desemprego ou subutilização da capacidade no setor ligado ao mercado interno.

Por que meio logrou a economia brasileira, nos anos 30, subverter a ação mais ou menos automática desses mecanismos? Por que forma foram compensados os efeitos depressivos da contração persistente da procura externa? Melhor ainda: a que se deve o fato de que a procura interna não tenha entrado em colapso ao contrair-se a procura externa? Esses resultados, de grande significação para o futuro imediato da economia brasileira, são um reflexo das dimensões catastróficas da crise do café e da amplitude com que foram defendidos, conscientemente ou não, os interesses da economia cafeeira.

O fato de que a produção de café tenha continuado a expandir-se depois da crise e a circunstancia de que os cafeicultores se tivessem habituado aos planos de defesa dirigidos pelo governo respondem, em boa parte, pela manutenção da renda monetária do setor exportador. Ao produtor de café pouco lhe interessava que a acumulação de estoques fosse financiada com empréstimos externos ou com expansão de crédito. A decisão de continuar financiando sem recursos externos a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de consequências que na época não se podem suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência de capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no país um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação da renda”⁸⁴.

“O sistema entra, por conseguinte, numa etapa de intensa assimilação de processos tecnológicos mais complexos, aos quais tem acesso por meio do intercâmbio externo”⁸⁵.

⁸² Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 280.

⁸³ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 281.

⁸⁴ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 282-3.

⁸⁵ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 324.

5. A Teoria Econômica do Modelo

5.1. Introdução

Antes de adentrarmos na formalização do modelo, passaremos por este capítulo em que são oferecidas as concepções propedêuticas de Furtado sobre a economia. A apreensão dessas concepções é essencial para se visualizar a teoria que está por trás de seu modelo.

É importante que o leitor fixe aqui alguns conceitos e compreenda bem certos aspectos da teoria econômica de Furtado para entender o comportamento do modelo de deslocamento do centro dinâmico. As considerações que serão expostas aqui estarão a todo o momento subentendidas no modelo que será apresentado nos capítulos seguintes.

Primeiramente será preciso destacara importância que Furtado deposita à parte monetária da economia e a razão subsistente para tanto. Sem esse entendimento, não é possível partir para seu tratamento acerca do fluxo da renda.

Em seguida, é necessário ver quais são as quatro formas pelas quais, no pensamento furtadiano, uma economia pode crescer. E, com isso, estar-se-á preparado para abordar o tratamento dado nesta obra ao sistema produtivo.

Ao final, será possível tratar do conceito fundamental de “Formação econômica do Brasil”, o centro dinâmico, que conjuga as concepções de Furtado sobre o fluxo da renda e sobre a dinâmica produtiva.

5.2. A Economia Monetária

Na raiz do submodelo do fluxo multiplicador da renda, está o entendimento de Furtado sobre a economia monetária.

Como ele observa, “(...) o conceito mesmo de renda só com muita reserva se pode aplicar a uma economia em que grande parte do produto não se integra no setor monetário”⁸⁶.

Nota-se aqui como certas análises da moeda em Keynes são essenciais na obra.

A rigor, para Keynes a “the best definition [he can] give of a so-called 'non-monetary' economy” é aquela “in which there is no asset for which the liquidity-premium is always in excess of the carrying-costs”. Nessa economia, todos os bens existentes, “unlike cash, deteriorate

⁸⁶ Celso FURTADO. O Maranhão e a falsa euforia da época colonial. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 138, n. 74.

or involve expense, if they are kept in stock, to a value in excess of any liquidity-premium which may attach to them”⁸⁷.

Keynes adota essa perspectiva para definir a moeda porque está mais interessado na função desta enquanto reserva de valor do que enquanto meio de troca. Por outro lado, o interesse de Furtado ao descrever uma economia ainda em suas formações iniciais é justamente o oposto.

Ainda assim, em Keynes é possível sim depreender de passagens de sua obra a imprescindibilidade da moeda em sua função de meio de troca para a aplicação de sua teoria geral. Estas se encontram no tratamento de um dos seus principais elementos: o efeito multiplicador da renda.

Sem moeda é impossível que a circulação atinja sua plena fluidez e permita a manifestação acabada do efeito multiplicador da renda.

Economicamente, o multiplicador “é o fator pelo qual teríamos de multiplicar o aumento ou diminuição das inversões (ou das exportações) para conhecer o efeito, sobre a renda territorial, dessa modificação no nível das inversões (ou exportações)”⁸⁸.

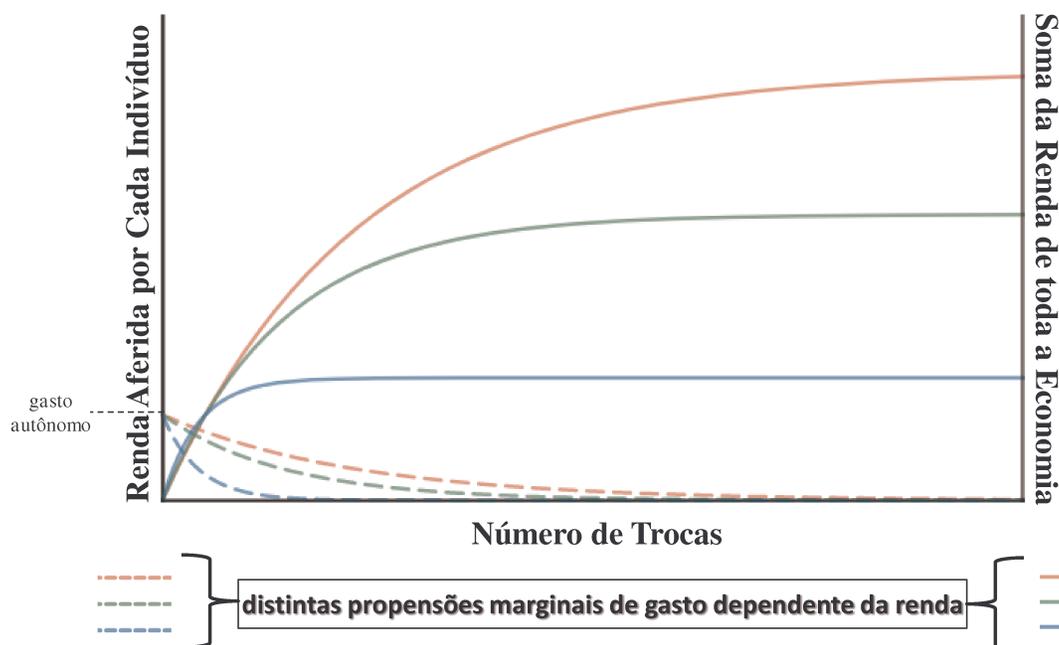
Matematicamente, o efeito multiplicador é o limite tendente ao infinito de uma progressão geométrica com quociente fracionário menor que um. Em cada elemento da progressão figura-se um ato de troca.

O gráfico abaixo ilustra esse efeito:

⁸⁷ John Maynard KEYNES. The general theory of employment, interest and money. 3. ed. [1. ed., 1973], Cambridge: Cambridge University Press, 2013, (The collected writings of John Maynard Keynes, vol. VII), p. 239. Para uma visão das dúvidas levantadas por Keynes quanto à possibilidade de existir uma economia em que não haja um bem no qual se possa reservar valor, cf. pp. 190 e 294.

⁸⁸ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 269, n. 163.

Efeito Multiplicador



Elaboração própria.

Contudo, a condição essencial para que as trocas se deem com a fluidez necessária para se falar de um fluxo multiplicador da renda – cuja existência exatamente “[reflete] a interdependência das distintas partes de uma economia”⁸⁹ – é que ela possua um catalizador eficiente para tanto, o que se chama de moeda.

É verdade que a multiplicação da renda pode se dar por expressões da moeda às mais diversas, não só a troca de sua espécie como também a variação de seu valor. Ilustra isso o fato de que “a elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração”⁹⁰.

No entanto, em uma economia puramente de escambo, na qual os bens não são precificados, a circulação é extremamente dificultada e trava-se, com isso, aquela progressão de trocas em suas primeiras etapas.

Não há um denominador comum para as transações e o custo de carregamento (carryng-costs) dos bens duráveis existentes só subsiste suficientemente baixo para negociações específicas e não para um comércio generalizado.

⁸⁹ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 270.

⁹⁰ Celso FURTADO. Povoamento e articulação das regiões meridionais. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 121.

Onde, assim, está ausente o meio de troca, onde não se pode falar de uma economia monetária, não se aplica o modelo keynesiano.

Se tudo isso que foi dito sobre o efeito multiplicador é relevante, não é para a ocorrência da multiplicação da renda que mais importa a existência da moeda na teoria furtadiana.

A imprescindibilidade da moeda enquanto meio de troca se dá por uma razão mais essencial ainda: é ela que possibilita o próprio fluxo de renda, mesmo sem que haja qualquer efeito multiplicador.

E, como se verá, é pelo fluxo de renda que se irradia sobre todo o sistema econômico os efeitos do ganho de produtividade obtidos pelo centro dinâmico.

Enfim, sabe-se – e o próprio Furtado se refere a isso em diversas passagens – que há uma vasta economia não monetária no Brasil agroexportador. Ela ocorre tanto no setor de subsistência – que, segundo mera suposição de Furtado, a cerca de 40% do produto na época do final do ciclo do café⁹¹ –, quanto até na lavoura, naquilo que há de produção de bens de consumo e de capital pelos próprios escravos.

Mas o que interessava a Furtado era a economia mais próxima do capitalismo, aquela que se pode dizer que existia monetariamente, isto é, a voltada às trocas e ao mercado, sendo a outra de interesse apenas enquanto algo que se desfaz nesta ou surge do desfazimento dela.

5.3. A Produtividade

Introdução

A teoria econômica do crescimento de Furtado permeia a constituição do submodelo do sistema produtivo. Por isso, iremos ver aqui como a dinâmica é pensada em “Formação econômica do Brasil”.

O crescimento da economia que importa nessa obra é o da renda per capita e esta, como pode se ver claramente na transcrição a seguir, se identifica com a produtividade média do trabalho: “A renda média dessa economia, isto é, sua produtividade média, (...)”⁹².

O autor faz uso de um denominador bastante amplo para o conceito de produtividade. Essa forma de cálculo marcará presença forte no livro que nos interessa.

⁹¹ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 270.

⁹² Celso FURTADO. Fluxo da renda. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 124.

Por meio dela, leva-se em consideração a capacidade potencial de trabalho como denominador e não a efetiva, muito embora a renda considerada seja a efetiva e não a potencial.

Conseqüentemente, o autor pode usar como base para aferição dessa capacidade não só os trabalhadores empregados, como também os desempregados e até a população econômica inativa, abrangendo, assim, toda a população.

Observando-se bem a economia, pode-se notar que são diversos fatores que fazem com que a renda cresça.

Um ano com um clima mais favorável às colheitas é um exemplo bem nítido de um desses. Colheitas melhores aumentam a quantidade de bens disponíveis para a sociedade ou mesmo livram uma parte maior dela para gerar outros produtos. Essa, porém, é uma causa não atribuível ao ser humano.

Falaríamos diferentemente, no entanto, se estivéssemos tratando da descoberta de uma nova reserva de petróleo. Nesse outro caso, ao trabalho humano que se deve o conseqüente aumento do abastecimento petrolífero. E deve-se, a rigor, contabilizar todo o gasto com essa busca como investimento de capital.

Nesse sentido, Furtado reconhece de forma um pouco similar que “a ocupação de terras novas, por exemplo, representa uma inversão real na medida em que são necessários gastos para colocá-las em condições de serem economicamente utilizadas”⁹³.

Feita essa distinção, notemos que um aumento da taxa de emprego também é um fator que faz crescer a economia. Sua causa pode ser atribuída exclusivamente ao homem e ele também eleva a renda per capita.

No entanto, essa é uma fonte de aumento apenas da renda efetiva e não da potencial.

O emprego e o desemprego do trabalho, do capital – incluindo-se os escravos – e da terra é um fenômeno importante da dinâmica colonial. Ele marca os ciclos de curto prazo e as flutuações no nível da demanda, como já dito. Mas, por definição, seria ilógico imputar o crescimento não da ocupação dos fatores, mas sim da capacidade produtiva potencial, ao aumento do emprego per se.

⁹³ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 202.

O que nos resta dentre as causas que provocam uma expansão da renda per capita? Restamos o mais importante dos fatos geradores do crescimento na economia moderna: o aumento de produtividade.

Precisamos agora entender como a produtividade é conceituada em Furtado. Para ele, esse fenômeno econômico se manifesta na seguinte circunstância:

“(…) sempre que aumente a renda real da coletividade sem que se tenha incrementado o número de horas trabalhadas durante o período em que se gera a referida renda, ocorre um aumento de produtividade. Assim, se uma comunidade logra elevar os preços dos produtos que exporta com relação aos preços dos artigos que importa, aumenta a produtividade média do trabalho dentro da mesma. De igual forma, se uma comunidade consegue importar sem pagar – porque exerce domínio sobre outra, ou por outra qualquer razão – também auferem um aumento de produtividade. (…)

Em outras palavras, a quantidade de bens que tinha à sua disposição a população do país crescia substancialmente sem que houvesse a contrapartida de um maior número de horas trabalhadas. É nesse sentido que se afirma que aumentara a produtividade média da economia”⁹⁴.

Produtividade Econômica e Produtividade Física

A elevação da renda per capita de um setor ou de um país pode se dar pelo aumento de duas categorias distintas de produtividade: a produtividade econômica e a produtividade física. Ambas são igualmente importantes para explicar a histórica econômica brasileira⁹⁵.

Há certamente alguma dificuldade em apreender essas duas categorias em “Formação econômica do Brasil” por causa da pouca menção expressa que elas recebem. A produtividade econômica só é citada doze vezes⁹⁶ e a física apenas seis⁹⁷.

Mas o conceito de produtividade econômica e o conceito de produtividade física permeiam toda a obra e é impossível compreendê-la sem antes os compreender.

Vamos, inicialmente, nos familiarizar com a sua ocorrência nos escritos de Furtado:

“A produtividade física – número de cabeças atendidas por um homem – podia manter-se estável, mas como o valor total do rebanho diminuía – pois a quantidade de gado que se podia vender era relativamente menor –, o valor da produção por homem diminuía, e, conseqüentemente, a produtividade econômica do sistema”⁹⁸.

⁹⁴ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 30 e 33.

⁹⁵ A evolução de outras economias, como a espanhola, também pode ser explicada por essas duas categorias, cf. Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 32

⁹⁶ Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil. cit., p. 103, 222, 238, 308, 309, 311, 312.

⁹⁷ Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil. cit., p. 103, 232, 234, 240.

⁹⁸ Celso FURTADO. Formação do complexo econômico nordestino. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 103, n. 64.

“A baixa relativa dos preços de importação significava, em última instância, que a produtividade econômica do conjunto dos fatores aplicados na economia brasileira estava aumentando, pois com uma mesma quantidade de trabalho realizado no território nacional se podia adquirir uma maior quantidade de bens importados”⁹⁹.

“A política cambial, baixando relativamente os preços dos equipamentos e assegurando proteção contra concorrentes externos, criou a possibilidade de que esse enorme aumento de produtividade econômica fosse em grande parte capitalizado no setor industrial. Dessa forma a taxa de capitalização pôde elevar-se sem que com isso se impedisse um crescimento substancial do consumo”¹⁰⁰.

“A elevação contínua do nível dos preços internos foi, destarte, o instrumento que favoreceu a apropriação pelos empresários – particularmente os industriais – de uma parte crescente do aumento de produtividade econômica de que se estava beneficiando a economia com a melhora na relação de preços do intercâmbio externo”¹⁰¹.

“Dado um determinado nível de lucros dos comerciantes de extra, ou seja, dos comerciantes que tinham transações fora da cidade, também estava dado o nível da renda global da coletividade. O problema que se apresentava era saber como se distribuiria essa renda. Sempre que um grupo conseguisse aumentar os preços daquilo que vendia com relação ao nível médio dos preços, lograria aumentar sua participação na renda global. Por exemplo: se os padeiros conseguiam aumentar o preço do pão, como o nível global da renda estava pré-estabelecido, a quota dos referidos padeiros aumentaria em detrimento da dos demais grupos”¹⁰².

“Os aumentos de produtividade da economia cafeeira refletiam principalmente melhoras ocasionais de preços, ocorridas, via de regra, nas altas cíclicas, sendo mínimas as melhoras de produtividade física logradas diretamente no processo produtivo. (...) Para que houvesse aumento na produtividade física, seja da mão-de-obra, seja da terra, era necessário que o empresário aperfeiçoasse os processos de cultivo ou intensificasse a capitalização, isto é, aplicasse maior quantidade de capital por unidade de terra ou de mão-de-obra”¹⁰³.

“As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da terra seja da mão-de-obra por ele utilizadas. Era essa, aliás, a forma racional de crescimento de uma economia onde existiam desocupadas ou subocupadas terra e mão-de-obra, e onde era escasso o capital. (...) o método da cultura extensiva possibilitava um volume de produção por unidade de capital – fator escasso – muito superior ao que se lograria com métodos agrícolas intensivos”¹⁰⁴.

⁹⁹ Celso FURTADO. Reajustamento do coeficiente de importações. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 308.

¹⁰⁰ Celso FURTADO. Reajustamento do coeficiente de importações. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 309.

¹⁰¹ Celso FURTADO. Os dois lados do processo inflacionário. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 312.

¹⁰² Celso FURTADO. O desenvolvimento econômico: ensaio de interpretação histórico-analítica. Econômica Brasileira, v. I, n.1, p. 3-23, mar. de 1955, p. 14.

¹⁰³ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 222.

¹⁰⁴ Celso FURTADO. A defesa do nível de emprego e a concentração da renda. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 234.

“É indispensável ter em conta a coexistência desses dois fenômenos para compreender o caso extremamente singular da evolução econômica espanhola: o aumento de produtividade econômica, possibilitado pela entrada dos metais preciosos, e a diminuição de produtividade física resultante da desocupação e do abandono de fatores produtivos que trouxe consigo a existência de um saldo negativo permanente no intercâmbio externo”¹⁰⁵.

“O bem cultural é um bem de uso. Ele existe porque existe uma demanda. Os salários dos artistas podem crescer, embora sua produtividade física não cresça. Se crescem os salários em uma sociedade, é porque a produtividade física de determinados setores está crescendo. São os setores com produtividade em expansão física que arrastam os outros”¹⁰⁶.

Feita essa primeira aproximação, já podemos notar que a produtividade econômica ocorre quando há uma melhora dos preços relativos dos bens produzidos em um setor ou em um país.

Ela é a manifestação ou de uma mudança subjetiva da demanda – via, por exemplo, uma alteração da curva de indiferença, um efeito renda ou um efeito preço de bem substituto – ou de uma concentração econômica.

Cuida-se de uma forma de produtividade um tanto quanto monetária e que ocorre sem que tenha acontecido qualquer investimento. E desempenha ela um papel fundamental nos grandes ciclos da economia colonial.

A produtividade física, por outro lado, se dá necessariamente mediante a realização investimento e se manifesta sempre por um aumento seja da quantidade seja da qualidade dos bens produzidos em um setor ou em um país. Trata-se de um fato econômico não monetário, mas sim material, que é aferível em termos absolutos e não de preços relativos.

A dinâmica da produtividade física é autossuficiente, endógena e autônoma e a dinâmica da produtividade econômica é justamente o contrário.

A produtividade física é a única que se perfaz pela realização de investimentos. Nela que se expressa o duplo caráter da inversão: ao mesmo tempo em que se cria demanda, cria-se também capacidade produtiva. Simultaneamente desloca-se tanto a demanda, pela maior remuneração dos fatores decorrente do investimento e da futura produção, quanto se expande a produção pelo uso da capacidade construída.

E, por isso, a produtividade física é o fator dinâmico primário da economia mundial como um sistema integrado, a fonte original de expansão de sua demanda efetiva.

¹⁰⁵ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 32.

¹⁰⁶ Celso FURTADO. Ensaios sobre a cultura e o ministério da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 71.

Isso não quer dizer que o capital per capita não cresça tanto no setor em que há aumento da produtividade física quanto no que há aumento da produtividade econômica. O que distancia os dois é a existência de investimento (fluxo) e não a variação de capital (estoque).

Como pode crescer o estoque sem ter havido um fluxo prévio? Isso ocorre justamente com o aumento do preço.

Por aumento de capital estou a falar de uma melhora na produção decorrente da migração para terras mais férteis, do mapeamento de novas rotas de navegação, de uma sondagem melhor das riquezas do subsolo, da especialização permitida pela troca entre regiões com vantagens comparativas distintas, do avanço em novas fronteiras científicas, do aperfeiçoamento da técnica produtiva, de uma elevação nos índices de educação ou da construção de um mais avançado maquinário¹⁰⁷.

Basta um conceito extremamente abstrato de capital – tão mais adequado para a Economia teórica quanto mais difícil de aferir pela Economia prática – para se concluir que, em qualquer época, não há – por causas exclusivamente atribuíveis ao homem – nenhum aumento potencial de renda per capita sem um correspondente aumento do capital per capita.

E deveras é capital qualquer resultante, tangível ou intangível, da ação humana que potencializa sua atividade produtiva.

Mas por que ocorreria aumento do capital per capita no setor em que só se elevou a renda dos fatores pelo aumento dos preços relativos? A resposta está na natureza igualmente monetária do crescimento do capital per capita nesse setor.

A técnica do fluxo de caixa descontado para avaliação de um ativo pode muito bem ser aceita até para análises históricas. É de se esperar, assim, que uma fazenda que passa a ter melhores perspectivas de lucro passe também a valer mais¹⁰⁸.

Percebe-se como, na economia, os fenômenos monetários e físicos são igualmente reais. Como diz Furtado,

¹⁰⁷ Em Celso FURTADO. Ritmo provável do crescimento no próximo decênio: a relação produto-capital. In:_____. Perspectivas da economia brasileira. 3. ed. [1. ed., 1958], Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012, p. 48, Furtado já trata de intangíveis como capital e em Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 123, Furtado admite conceitos mais amplos de investimento, como o aperfeiçoamento do fator humano pela via educacional.

¹⁰⁸ Essa natureza monetário do crescimento do estoque de capital per capita também ocorre caso se altere o bem que seja produzido por um outro que ofereça uma maior produtividade físico-comercial.

“a melhora na relação de preços de intercâmbio é um fenômeno real, da mesma forma que o aumento do rendimento da terra. Condições climáticas favoráveis podem proporcionar um incremento de dez por cento na safra de café, e daí resultar uma elevação da mesma magnitude na renda real de certos grupos. Da mesma forma, uma elevação dos preços do café proporciona um aumento da renda real dos referidos grupos”¹⁰⁹.

O valor de um produto é dado pelo preço relativo vezes a quantidade do bem. E assim, o preço existe na realidade econômica tanto quanto a quantidade.

Nem por isso, são idênticos esses dois fenômenos. Enquanto o aumento da produtividade física está na origem da criação de produto e de renda no sistema econômico como um todo, a elevação dos preços relativos, fazendo com que um setor ou país absorva parte da renda de outro, está na origem de sua propagação.

Assim, a primeira categoria de produtividade é a causa causans da elevação da renda per capita de uma sociedade. Já a segunda é o meio pelo qual esse aumento da renda se transmite do setor originário para os demais.

A Produtividade Econômica e seu Processo

A dinâmica da produtividade física basta em si mesma. Ela sempre eleva por si a quantidade de bens produzidos e a correspondente remuneração dos fatores por sua produção.

É a dinâmica da produtividade econômica que é reflexa e absorvedora dos ganhos desta. Vamos no deter um pouco para entender esse processo, porque ele é fundamental em uma economia primário-exportadora. Para chegarmos a sua compreensão, comecemos primeiramente com esquema abaixo.

A produtividade física é a única que aumenta os bens e serviços à disposição da sociedade. Mas o sistema de preços da economia monetária torna plenamente possível e economicamente natural que outro setor angarie parte desse aumento do produto. É isso o que ocorre quando há ganhos de produtividade econômica.

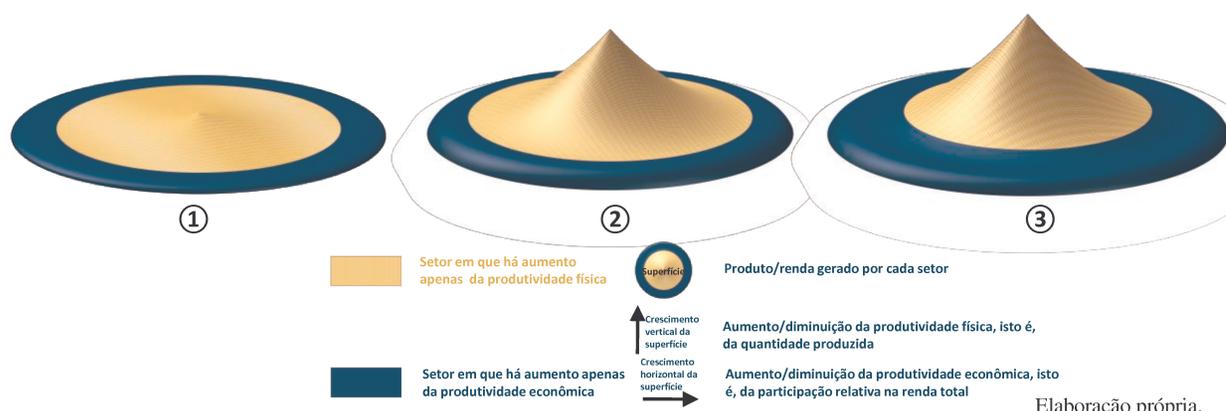
As imagens acima ilustram esses dois fenômenos. A superfície do disco representa a quantidade de bens produzidos nesta economia. No seu centro, em dourado, figura-se um setor que está apto a elevar sua produtividade física. E, ao seu redor, em azul, situa-se outro setor que apenas consegue aumentar sua produtividade econômica.

¹⁰⁹ Celso FURTADO. Os dois lados do processo inflacionário. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 320.

O crescimento em altura de uma das superfícies significa um aumento de sua área e, assim, da quantidade produzida por seu setor. O crescimento horizontal também significa o mesmo.

A diferença é que crescimento vertical aumenta a área como um todo da figura, simbolizando o aumento real da produção. Já o crescimento horizontal apenas eleva a participação de um setor naquela superfície em detrimento do outro, representando a variação relativa e não absoluta.

Produtividade Econômica e Produtividade Física



O esquema mostra três estágios de variação na renda per capita. O primeiro é o de um sistema econômico dado. No segundo, ocorre um aumento da produtividade física no setor do centro. E, no terceiro, o setor à margem absorve parte desse ganho de renda per capita elevando seus preços relativos.

Vê-se que a única forma de aumentar o tamanho da superfície da figura é pela elevação vertical dela, da mesma maneira como a única forma para crescer efetivamente a renda per capita de toda a economia é pelo aumento da produção.

Contudo, não só a quantidade, mas também os preços relativos – que são termos de intercâmbio internos ou externos – determinam economicamente o valor da produção de cada setor. E não é contraintuitivo se esperar que o aumento da remuneração de fatores ocorrido no setor em que houve crescimento da produtividade física vá se propagar como uma onda no sistema de preços.

O crescimento da renda nesse setor causa necessariamente uma elevação da demanda pelos bens dos demais setores, fazendo com que esses possam aumentar seus preços.

Desse modo, o sistema de preços faz com que o aumento da produtividade física do sistema econômico se difunda por todos os setores, irradiando um crescimento generalizado da renda per capita.

Os preços relativos nada mais são, aliás do que termos de intercâmbio intersetoriais¹¹⁰. Nada impede, assim, que seja feita a mesma análise na troca entre dois países e, aí, estaremos a falar do comércio mundial e dos termos de intercâmbio internacionais.

Atualmente, por exemplo, ninguém há de negar que o Vale do Silício da Califórnia e as zonas econômicas especiais da China figuram como centros da dinâmica de crescimento mundial e baseiam seu crescimento na melhor alocação de fatores e no desenvolvimento tecnológico. Igualmente, ninguém há de negar que foi esse aumento de produtividade física que permitiu a recente elevação do preço das commodities.

E, ilustrativamente, a melhora dos termos de intercâmbio noruegueses entre 1980 e 2012 deve ser principalmente atribuída à industrialização chinesa, que elevou o preço do petróleo¹¹¹.

Vejamos, como arremate do próprio Celso Furtado, a descrição dessa dinâmica econômica em sua teoria:

“Se observamos o desenvolvimento econômico de uma perspectiva ampla, isto é, como um processo histórico que interessa e inclui a todos os povos, constatamos que o progresso tecnológico [como se verá, esta é uma das espécies de produtividade física] nele desempenha o papel fundamental. É porque existe progresso tecnológico em certas áreas, que são os polos do desenvolvimento mundial, que a acumulação alcança os elevados níveis que conhecemos e que as alterações no perfil da demanda abrem caminho a significativas elevações de produtividade. Assim, se é possível ampliar a produção de café – o que significa elevar a produtividade econômica dos fatores na área interessada – a é porque a demanda desse produto está em expansão, o que reflete uma elevação do nível de renda em outras áreas, elevação esta que, em última instância, refletirá a assimilação do progresso tecnológico em algum polo da economia mundial”¹¹².

“O excedente que emerge do forte aumento de produtividade física no setor industrial penetra na sociedade por múltiplos canais: a baixa relativa dos preços das manufaturas, os impostos, a remuneração do capital próprio e de terceiros, os salários altos dos grupos que exercem poder corporatista”¹¹³.

¹¹⁰ Celso FURTADO. O desenvolvimento econômico. cit., p. 15.

¹¹¹ Segundo a base de dados Atlas, do MIT, em 2016 48,6% das exportações da Noruega, em termos de valores, foram de petróleo cru e gás natural. De janeiro de 1980 a dezembro de 2012, o preço do petróleo cru aumentou em 164,69% (dados do FMI) e os termos de intercâmbio noruegueses se elevaram em 24,41% (dados da OCDE). Nesses 32 anos, a grande responsável pela demanda por essa commodity foi a economia chinesa, que cresceu 2011,38% (dados do Banco Mundial) nesse período – a uma média de 10% ao ano.

¹¹² Celso FURTADO. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1968, p. 21.

¹¹³ Celso FURTADO. O Brasil pós-“milagre”. 2. ed. [1. ed., 1981], Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 70.

“Desta forma, é a evolução dos preços relativos que permitirá distribuir com o conjunto da coletividade os frutos dos aumentos de produtividade física ocorridos nos setores industriais”¹¹⁴.

A Produtividade Física Extensiva, Comercial e Tecnológica

Há três espécies de produtividade física no livro: (i) a extensiva, (ii) a comercial e (iii) a tecnológica. A distinção entre elas interessa bastante em razão dos seus limites e de sua significância para a dinâmica econômica brasileira.

extensiva

A produtividade extensiva se dá com o crescimento de um setor mais produtivo por meio do desfazimento de outro menos produtivo, geralmente resultando na absorção de fatores – principalmente mão-de-obra – deste por aquele.

Se há um setor com uma produtividade maior na economia, a expansão relativa deste sobre outro menos produtivo implica também em um aumento da renda média per capita.

Esta é a forma de crescimento ou de retração que ocorre em “Formação econômica do Brasil” por meio da absorção do setor de subsistência ou expulsão para este, pelos grandes ciclos e tendências do setor primário-exportador e, depois, do setor industrial. É esse tipo de variação na produtividade que responde, por exemplo, pela involução da economia nordestina e pelo crescimento do setor cafeeiro descritos nas seguintes passagens:

“A expansão da economia nordestina durante esse longo período consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia. Na verdade, a expansão refletia apenas o crescimento do setor de subsistência, no qual se ia acumulando uma fração crescente da população. Dessa forma, de um sistema econômico de alta produtividade em meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir”¹¹⁵.

“Esses dados [da região produtora de café] põem em evidência que o desenvolvimento da região cafeeira se realizou, durante essa etapa, com transferência de mão-de-obra das regiões de mais baixa produtividade – e certamente do setor de subsistência dessa região – para outras de mais alta produtividade. Ou seja, um processo inverso ao ocorrido no Nordeste durante a mesma época”¹¹⁶.

¹¹⁴ Celso FURTADO. O Brasil pós-“milagre”. 2. ed. [1. ed., 1981], Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 68.

¹¹⁵ Celso FURTADO. Formação do complexo econômico nordestino. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 105-6.

¹¹⁶ Celso FURTADO. Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 211-2.

Tanto a variação na produtividade extensiva quanto a variação no nível do emprego fazem com que ocorra o deslocamento da mão-de-obra entre o setor de subsistência e o setor exportador. E os dois implicam que

“ao serem absorvidos fatores do setor de subsistência, elevava-se o salário real médio, e ainda mais o salário monetário médio, pois nesse setor o fluxo monetário era relativamente muito menor”¹¹⁷.

Lembremos que o setor de subsistência situa-se na economia não monetária e, portanto, está excluído do modelo. Ele importa para a aferição do nível de desemprego da mão-de-obra e só é significativo pelos impactos que esse excedente tem na economia exportadora e depois na industrial por sua presença à margem das mesmas.

Mas é importante perceber que, embora o fenômeno da produtividade extensiva e o do emprego envolvam igualmente uma relação exportação-subsistência, ambos se distinguem na teoria econômica. E são três as diferenças fundamentais.

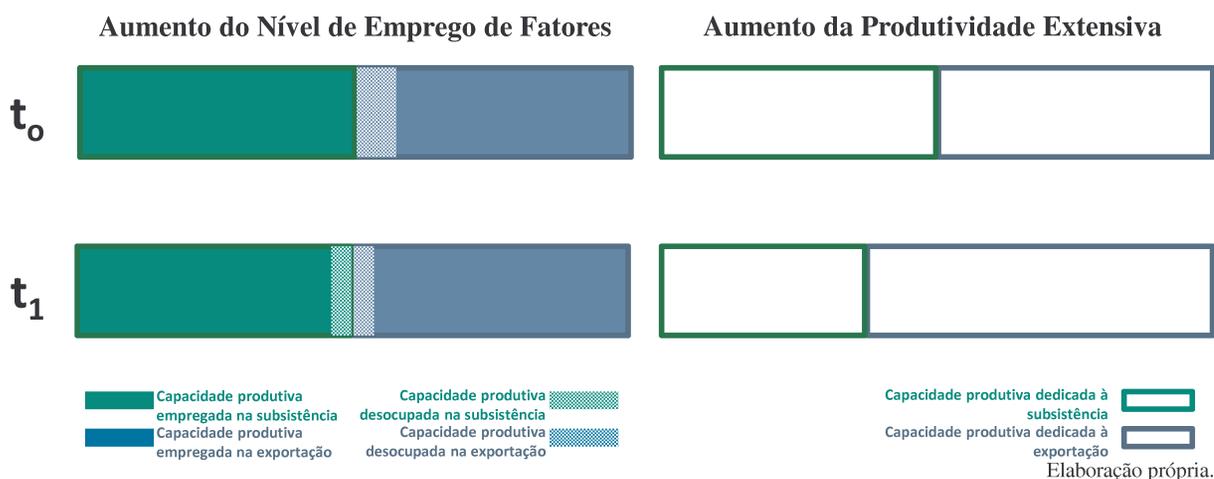
A variação na produtividade extensiva integra os longos ciclos da economia primário-exportadora, como o do açúcar, o do ouro e o do café, modifica a dimensão da capacidade produtiva potencial dirigida à exportação e é causada por flutuações no crescimento do importador e pela variação específica da demanda pelo respectivo produto exportado.

Já os ciclos de emprego são de curto prazo, envolvem variações apenas na ocupação dos fatores pré-existentes dirigidos à exportação e são causados por flutuações de natureza keynesiana, como as de investimento na economia importadora.

Geograficamente também se deve esperar uma diferença entre esses dois ciclos da economia primário-exportadora. Enquanto o último envolveria terras que margeiam as dedicadas à exportação, o primeiro se expandiria a um raio muito maior.

O esquema abaixo representa a distinção aqui tratada.

¹¹⁷ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 221.



Representamos, aqui, os dois fenômenos em dois momentos do tempo (t_0 e t_1): à esquerda o da variação do emprego e à direita o da variação da produtividade extensiva.

O desemprego é um desuso dos fatores de produção aplicados na economia, como, por exemplo, a terra. Ele está representado pela parte hachurada da imagem. Como se vê, o aumento do emprego dos fatores dirigidos à economia exportadora leva a um deslocamento da população do setor de subsistência para o exportador com a consequente utilização mais intensiva de sua capacidade instalada.

Já a variação da produtividade extensiva, por sua vez, é mostrada pela proporção de cada setor ocupado na figura. Um crescimento, por exemplo, das terras dirigidas à exportação com a absorção das terras e da população do setor de subsistência é um de natureza extensiva, levando, assim, a um aumento da renda e do capital per capita nesta economia.

Vemos nas variações de produtividade (e não de emprego) uma mudança da importância relativa de um setor frente a outro, como neste parágrafo do livro:

“Sendo a economia de subsistência de produtividade bem inferior à do setor exportador, o aumento de sua importância relativa, numa etapa em que o setor exportador estava estacionário, teria necessariamente que traduzir-se em redução da renda per capita do conjunto da população”¹¹⁸.

Embora teoricamente ambos os fenômenos sejam distintos, historicamente eles são muito próximos. A importância da terra dentre os bens de capital e a ligação que ambos os deslocamentos têm com a demanda europeia pelas commodities brasileiras tornam a variação do

¹¹⁸ Celso FURTADO. Declínio a longo prazo do nível de renda: primeira metade do século XIX. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 163.

emprego e da produtividade extensiva igualmente uma questão cíclica que se diferencia apenas nos termos aqui tratados.

comercial

A segunda espécie de produtividade física é a comercial. Ela é um fenômeno de concentração da produção – permitida pela possibilidade de aquisição de outros bens necessários por meio da troca com outras regiões – na atividade em que se detém maior vantagem comparativa.

Essa é uma importante forma de ganho de produtividade no mundo à época do Brasil colonial. Sua relevância histórica está intimamente próxima da Revolução Comercial e é associada ao rearranjo da especialização produtiva no espaço geográfico global de acordo com vantagens comparativas iminentes ou criadas.

Por meio desses rearranjos comerciais e de sua consequente divisão geográfica do trabalho, ganha-se em eficiência e, assim, aumenta-se a renda da sociedade.

Como Furtado expõe em “A economia brasileira”,

“a elevação da produtividade que está na base das economias comerciais é uma consequência direta da divisão geográfica do trabalho. Na medida em que se expande o comércio, cresce o mercado e aumenta a produtividade média das comunidades participantes”¹¹⁹.

“O crescimento da economia comercial resulta de uma maior produtividade que trazem consigo a divisão geográfica do trabalho e a especialização”¹²⁰.

Na economia colonial brasileira, a e manifestava a cada transição de um ciclo para o outro. Do açúcar para o ouro e deste para o café, o que os empresários buscavam era dirigir os fatores presentes no território para uma atividade que começava a apresentar maiores vantagens comparativas.

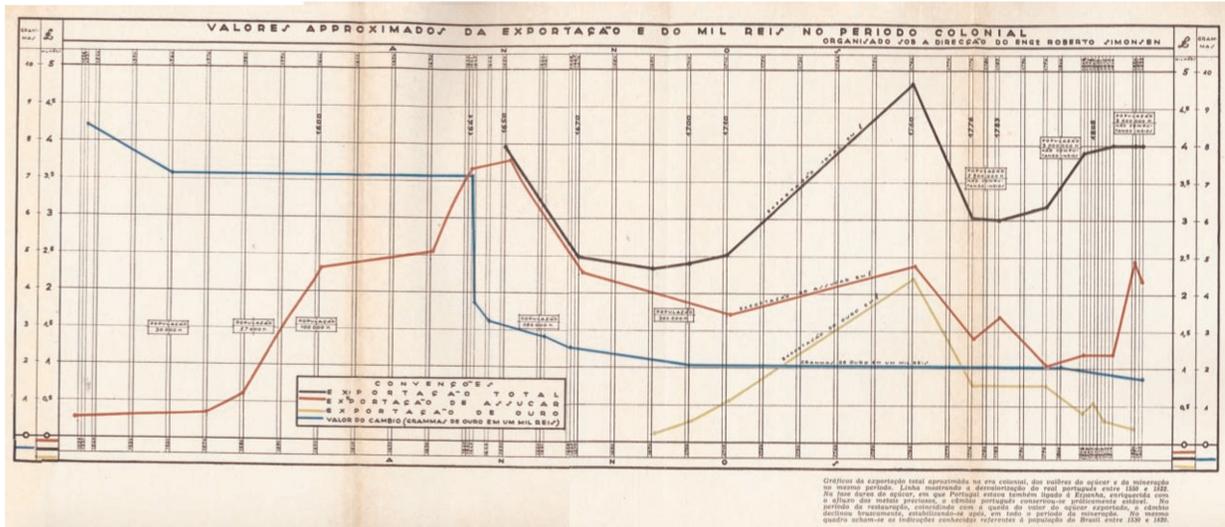
No gráfico trazido abaixo, elaborado por Simonsen¹²¹, nota-se exatamente isso. A alocação de fatores para a busca por ouro, a descoberta e a exportação desse produto se dão exatamente em momento em que a queda do ciclo do açúcar incentivam a desmobilização de fatores aplicados à sua produção.

¹¹⁹ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 27.

¹²⁰ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 43.

¹²¹ Roberto SIMONSEN. História econômica do Brasil 1500-1820. 4. ed. [1. ed., 1937], Brasília: Senado Federal, 2005, p. 489.

Ciclos Primário-Exportadores do Brasil (1534-1822)



Fonte: Roberto SIMONSEN. História econômica do Brasil 1500-1820. 4. ed. [1. ed., 1937], Brasília: Senado Federal, 2005, p. 489.

É nesse sentido que se fala que

“os empresários das economias exportadoras de matérias-primas, ao realizarem suas inversões, tinham de escolher dentre um número limitado de produtos requeridos pelo mercado internacional. No caso do Brasil, o produto que apresentava maior vantagem relativa era o café. Enquanto o preço desse artigo não baixasse a ponto de que aquela vantagem desaparecesse, os capitais formados no país continuariam ocorrendo para a cultura do mesmo”¹²².

As mudanças de ciclo levavam progressivamente a um deslocamento do emprego de terras, escravos e mão-de-obra livre da produção de açúcar para a extração de ouro e desta para o plantio de café, sempre pari passu com a alteração no valor para a economia mundial de cada uma dessas atividades produtivas.

E o declínio de cada um desses ciclos, com a respectiva involução na produtividade extensiva, decorria ou do esgotamento ou da perda de importância relativa de cada um dos seus produtos.

O grande problema dessa forma de produtividade – para o Brasil, mas também para a Europa – é sua limitação.

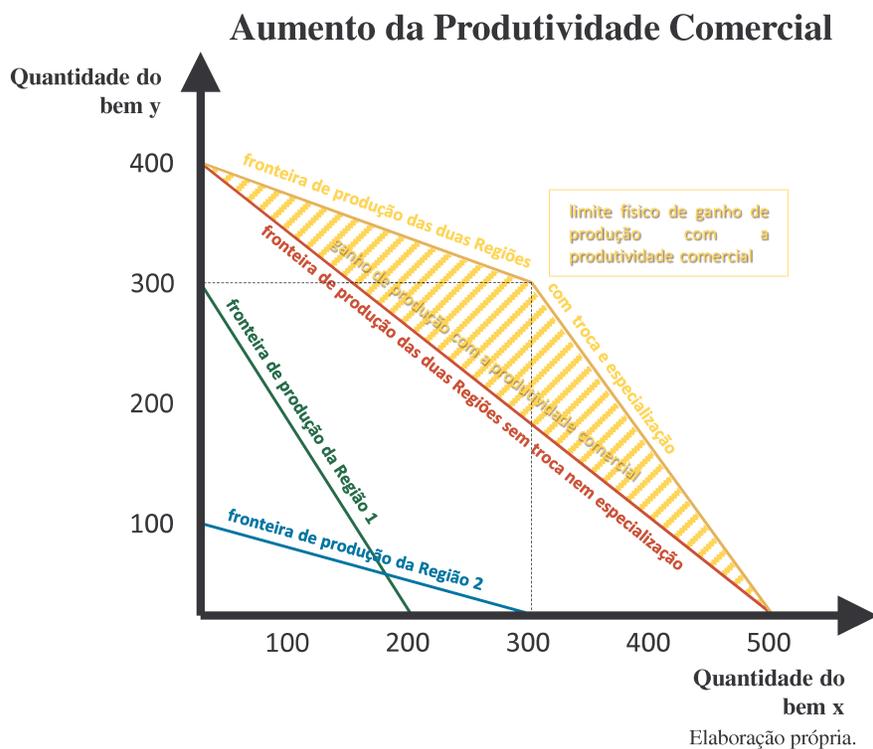
A produtividade comercial possui um limite físico, além do qual não é mais possível aumentar os ganhos de produção. E esse limite se atinge quando as regiões já se especializam ao máximo nos artigos para os quais elas possuem maiores vantagens comparativas. Realizada essa

¹²² Celso FURTADO. A crise da economia cafeeira. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 252.

especialização, não há mais que o sistema econômico consiga fazer a não ser seguir o destino do bem no qual concentrou sua produção.

Como mostrado abaixo, é perceptível graficamente que não é possível haver mais ganho de produtividade do que o atingido pela linha amarela. Esta representa a fronteira de produção de duas regiões que decidem sua atividade respectiva pela troca, considerando as potencialidades existentes em ambas conjuntamente.

Atingida essa fronteira, a renda per capita não tem mais como se elevar. E, mais do que isso, não há mais oportunidade de investimento produtivo.



Furtado destaca essa limitação em várias passagens de seus livros, como as trazidas a seguir.

“Não podendo mais expandir suas atividades, o comerciante era levado a entesourar os seus lucros, consumi-los ou invertê-los improdutivamente na construção de mansões luxuosas, etc. (...) O poder de expansão de uma economia comercial é portanto limitado, pois alcançando certo ponto, o comerciante já não conseguirá inverter seus lucros na abertura de novos mercados ou na ampliação dos velhos que já estarão saturados. (...) A economia industrial apresenta características totalmente diversas. (...) a economia industrial, ao contrário da comercial não encontra fatores que limitem tão definitivamente sua expansão”¹²³.

¹²³ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 41-2.

“A partir do século XIV as grandes linhas de comércio começam a apresentar sintomas de saturação”¹²⁴.

“A base do crescimento da economia comercial estava no aumento de produtividade que o comércio engendrava. Vimos como a intensificação das atividades comerciais possibilitava a divisão regional do trabalho, o melhor uso dos recursos e, portanto, um aumento de produtividade. Era exatamente por isso que o comércio dava início a um processo de desenvolvimento nas regiões que se iam incorporando ao universo econômico em expansão.

Uma vez completo esse processo de deslocamento da fronteira, tendia a intensificar-se dentro da mesma a concorrência. (...) Ora, estabilizada a fronteira econômica dentro da Europa, encerra-se a etapa de aplicações fáceis dos recursos que chegavam às mãos dos comerciantes. (...) Para que haja aumento de renda real é necessário que haja aumento de produtividade e o aumento de produtividade naquela etapa era proporcionado pelo deslocamento da fronteira, ou seja, pela expansão do universo econômico. Estabilizada a fronteira, a concorrência era um meio de redistribuir a renda entre os diferentes comerciantes e não um meio de incrementá-la”¹²⁵.

“A economia industrial que está na base de nossa civilização é de natureza distinta. Sua expansão não se realiza em superfície e sim em profundidade. Seu crescimento não tende a um ponto de saturação nem encontra limites necessários em fatores externos a ela mesma”¹²⁶.

tecnológica

Por fim, a produtividade tecnológica é a forma de crescimento própria da dinâmica econômica existente a partir da Revolução Industrial.

Ela consiste na expansão das forças produtivas dominadas pela sociedade, no aumento de capital controlado pelo homem e na revolução científico-tecnológica. O crescimento aqui se dá pela inovação tecnológica ou pela difusão de uma nova tecnologia no sistema econômico¹²⁷.

Aperfeiçoamentos tecnológicos podem ter até ocorrido de forma marginal na economia brasileira. E creio que Furtado nunca iria negar isso. Mas, até o deslocamento do centro dinâmico, é certo que a mudança tecnológica não estava integrada à dinâmica da economia brasileira.

Isso quer dizer que, até essa inflexão na formação econômica do Brasil, as demais formas de crescimento da economia eram, do ponto de vista do empresário, mais racionais. A abundância

¹²⁴ Celso FURTADO. O desenvolvimento econômico. cit., p. 16.

¹²⁵ Celso FURTADO. O desenvolvimento econômico. cit., p. 18-9.

¹²⁶ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 46.

¹²⁷ Celso FURTADO; Alfredo de SOUZA. Perfil da procura e perfil do investimento. cit., p. 494.

de terra e de mão-de-obra¹²⁸ e a falta de conhecimento técnico¹²⁹ respondiam por essa racionalidade.

Do ponto de vista da teoria econômica, há uma grande diferença em Furtado da produtividade tecnológica em relação às demais. Ela é a única forma ilimitada de crescimento da renda per capita, como ele reconhece a seguir:

“Os métodos de produção se tornarão, como se dirá no século XIX, cada vez mais capitalísticos, isto é, mais baseados no uso de equipamento e outras formas de capital. Ora, isto terá consequências profundas para a organização do sistema econômico, pois, para colocar os recursos que estão permanentemente afluindo a suas mãos, o empresário já não necessitará de uma fronteira em expansão, isto é, de abrir novas linhas de comércio. Poderá ele aplicar os seus capitais em profundidade dentro da própria fronteira econômica já estabelecida. A aplicação desses capitais significará incremento de produtividade, aumento da renda global e, portanto, expansão do mercado interno. (...)”

Dessas observações depreende-se que a economia industrial, ao contrário do que ocorria com as economias comerciais, não necessita de uma fronteira geográfica em expansão para crescer. O seu desenvolvimento opera-se, basicamente, em profundidade, isto é, traduz a intensificação da capitalização no processo produtivo¹³⁰.

Na produtividade tecnológica, não há crescimento de outro setor da qual ela dependa – como na produtividade econômica –, não há necessidade de absorção de fatores menos produtivos – como na produtividade físico-extensiva – e não há fronteira de especialização – como na produtividade físico-comercial.

Além disso, se a produtividade física é a causa causans do crescimento, a partir do momento que se instaura a dinâmica industrial na economia mundial, será a produtividade físico-tecnológica que o será na economia moderna.

Como ele afirma,

“assim, o modo de produção capitalista ao penetrar no setor manufatureiro, abriu a porta a aumentos de produtividade física do trabalho (eficiência), provocando a mudança qualitativa na evolução do capitalismo a que fizemos referência¹³¹.”

Por isso, Furtado identifica a produtividade tecnológica com o desenvolvimento econômico. E, em um artigo de 1958, mesmo ano em que será redigido “Formação econômica do Brasil”, o autor está seguro: (i) que “o desenvolvimento econômico consiste basicamente no aumento da produtividade física do conjunto da força de trabalho, eliminado o efeito de fatores

¹²⁸ Celso FURTADO. A defesa do nível de emprego e a concentração da renda. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 232-5.

¹²⁹ Celso FURTADO. Fluxo da renda. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 126.

¹³⁰ Celso FURTADO. O desenvolvimento econômico. cit., p. 20.

¹³¹ Celso FURTADO. Prefácio à Nova Economia Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 40.

naturais” e (ii) que “logra-se o aumento da produtividade física do trabalho por meio da acumulação de capital e da assimilação do progresso técnico”¹³².

Uma referência a essa definição de desenvolvimento já havia aparecido em 1952¹³³ e seu conceito chave vai se manter por toda a vida de Furtado.

Mas o que leva o empresário a aumentar a produtividade tecnológica? O que o faz é a busca pelo lucro, obviamente.

E Furtado, é verdade, ainda enfatiza, como Kaldor¹³⁴, mais a concorrência entre trabalhador e empresário do que a existente entre os próprios empresários, q de forma alguma ignora¹³⁵.

Em ambos os casos, não deixa ele de destacar a necessidade de revolucionar a técnica para buscar o lucro, como, por exemplo, pode se ver a seguir.

“O empresário deve partir do princípio de que tanto o preço de venda de seus produtos como o preço de compra das matérias primas e dos fatores de produção – mão-de-obra e instrumentos de trabalho – são independentes de sua vontade. A busca do lucro terá portanto que transformar-se para o empresário em uma luta pelo aumento de produtividade. Estando o preço do seu produto determinado pelo mercado, que independe dele individualmente, qualquer redução que obtenha em seus custos se transformará em maiores lucros. Essa luta pela melhor utilização dos fatores de produção vem a ser, em última instância, a busca de métodos mais racionais de produção ou seja, de novas técnicas. O progresso tecnológico surge assim como o imperativo categórico da economia industrial. (...)”

A busca de novas técnicas é exigida pelo papel que desempenha o empresário, cuja remuneração é de natureza residual. Por outro lado, a aplicação dessas novas técnicas implica em acumulação de capital. (...) A ação conjugada desses dois fatores torna possível o aumento crescente de produtividade que está na base da acumulação de riqueza”¹³⁶.

Cuida-se de usar o progresso técnico para se economizar trabalho e, assim, aumentar a participação do fator capital na composição da remuneração dos fatores. Isso, por sua vez, é contrabalançado pelas pressões sindicais¹³⁷.

Na figura abaixo, isso é ilustrado. Nela, vê-se uma variação na participação do fator capital e do fator trabalho no custo de produção e, assim, na remuneração pela mesma.

¹³² Celso FURTADO. Fundamentos da programação econômica. Econômica brasileira, vol. IV, n. 1 e 2, p. 39-44, jan.-jun. de 1958, p. 40.

¹³³ Celso FURTADO. Formação de capital e desenvolvimento econômico. cit., p. 11 e 16.

¹³⁴ Nicholas KALDOR; James MIRRLEES. A new model of economic growth. cit.

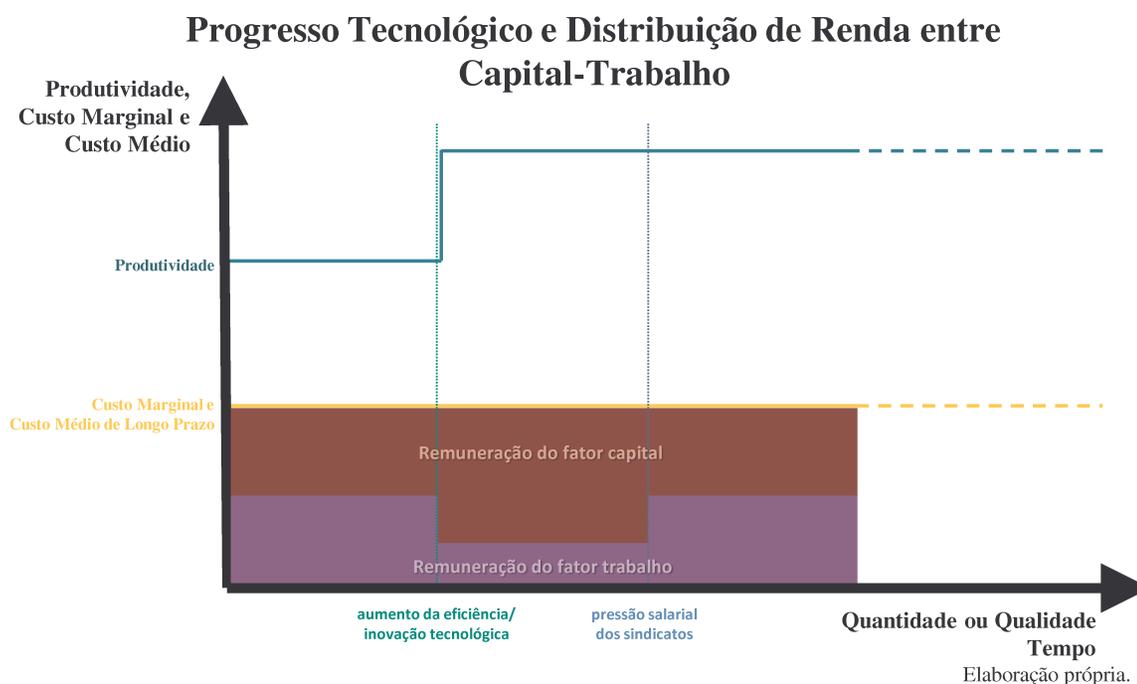
¹³⁵ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit.

¹³⁶ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 45-7.

¹³⁷ Celso FURTADO; Alfredo de SOUZA. Perfil da procura e perfil do investimento. cit., p. 509.

O aumento da eficiência ou a inovação tecnológica fazem com que se eleve a produtividade de um setor, servindo de instrumento para que os empresários afirmem maiores lucros dado um mesmo trabalho. Isso pode se dar tanto pela economia de mão-de-obra, quanto pelo aumento do produto.

Por outro lado, pressões sindicais fazem justamente o contrário. Elas aumentam a participação da renda do trabalho, contrabalançando o ganho do capital e distribuindo, assim, o aumento do produto advindo da elevação da produtividade.



Desse modo, a dinâmica do capitalismo que constituirá o norte de sua teoria será aquela baseada na intensificação do uso do capital para aumentar a produtividade física do trabalho. E será com referência a essa dinâmica específica da economia que se poderá teorizar sobre estruturas produtivas desenvolvidas e estruturas produtivas subdesenvolvidas.

5.4. O Centro Dinâmico

Se olhássemos o “Formação econômica do Brasil” como um enorme afresco, certamente seu ponto de fuga seria a categoria de centro dinâmico.

Não são poucas as vezes que Furtado usa em seu livro as expressões “elemento dinâmico”, “impulso dinâmico”, “fator dinâmico” etc. A seguir, vou exagerar nas citações justamente para demonstrar essa importante constatação sobre o livro:

“As colônias do norte dos EUA se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, como parte integrante de um sistema maior dentro do qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais”¹³⁸.

“Esse acordo [o Tratado de Methuen] significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil”¹³⁹.

“Destarte, o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. (...) Crescimento significava, nesse caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim, minguava sem se transformar estruturalmente. Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo da economia, que não permitia uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico”¹⁴⁰.

“Pode-se admitir, como ponto pacífico, que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. Um conjunto de circunstâncias tendeu, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico”¹⁴¹.

“Ao reduzir-se o efeito dinâmico do estímulo externo, a economia açucareira entra numa etapa de relativa prostração”¹⁴².

“Quem as uniu [as regiões mineiras] foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira”¹⁴³.

“O algodão, que chegou a representar mais da metade do valor das exportações dos EUA, constitui o principal fator dinâmico do desenvolvimento da economia norte-americana na primeira metade do século XIX”¹⁴⁴.

“A borracha estava destinada, nos fins do século XIX e começo do XX, a transformar-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. Assim como a indústria têxtil caracterizara a revolução industrial de fins do século XVIII e a construção das estradas de ferro os decênios da metade do século seguinte, a indústria de veículos terrestres a motor de combustão interna será o principal fator dinâmico das

¹³⁸ Celso FURTADO. Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 58.

¹³⁹ Celso FURTADO. Encerramento da etapa colonial. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 66.

¹⁴⁰ Celso FURTADO. Fluxo de renda e crescimento. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 89-90.

¹⁴¹ Celso FURTADO. Projeção da economia açucareira: a pecuária. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 93.

¹⁴² Celso FURTADO. Formação do complexo econômico nordestino. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 102.

¹⁴³ Celso FURTADO. Povoamento e articulação das regiões meridionais. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 123.

¹⁴⁴ Celso FURTADO. Confronto com o desenvolvimento dos EUA. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 157.

economias industrializadas, durante um largo período que compreende o último decênio do século XIX e os três primeiros do século XX”¹⁴⁵.

“Considerando em conjunto, a economia brasileira parece haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento na segunda metade do século XIX. Sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento nessa etapa”¹⁴⁶.

“Dessa forma o setor mais dinâmico da economia quintuplicou no período considerado. Qual teria sido o aumento do conjunto da renda gerada no território brasileiro no correr desse meio século?”¹⁴⁷. (Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX, p. 207)

“No Rio Grande do Sul coube o impulso dinâmico ao setor pecuário através de suas exportações para o mercado interno do país”¹⁴⁸.

“Essa última, como vimos, caracteriza-se por um elevado grau de estabilidade, mantendo-se imutável sua estrutura tanto nas etapas de crescimento como nas de decadência. A dinâmica do novo sistema é distinta”¹⁴⁹.

Mas, afinal, o que é o centro dinâmico?

Furtado apreende a economia como um sistema, mas como um sistema que possui um centro motriz¹⁵⁰. Isso é fundamental perceber.

A inspiração mais evidente para essa forma de visão da economia vem, por certo, das concepções de Perroux sobre setor motriz, zona ativa e polos de crescimento.

Em uma entrevista, Furtado declara ter sido instigado pelo pensamento desse economista francês, quando diz o seguinte:

“Eu fui aluno e fui influenciado por F. Perroux e M. Byé em Paris, entre 1946 e 1948. Na realidade, Perroux me impressionou muito”¹⁵¹.

E é possível verificar uma influência marcante das seguintes passagens de “A economia do século XX”¹⁵² sobre a concepção de centro dinâmico de Furtado:

¹⁴⁵ Celso FURTADO. O problema da mão-de-obra: transumância amazônica. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 190.

¹⁴⁶ Celso FURTADO. Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 206.

¹⁴⁷ Celso FURTADO. Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 207.

¹⁴⁸ Celso FURTADO. Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 210.

¹⁴⁹ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 218.

¹⁵⁰ Nada leva a crer que Furtado não admitiria um sistema econômico com mais de um centro dinâmico. O importante a notar é que há setores econômicos (nacionais ou internacionais) que lideram a dinâmica da macroeconomia.

¹⁵¹ Celso FURTADO. O pensamento econômico latino americano: entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 41, p. 96-110, mar, 1995, p. 100.

“O fato, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”¹⁵³.

“Se se tiverem em conta todas as causas ocasionais e estruturais de dissimetria, é provavelmente muito mais correto considerar uma economia como um conjunto de zonas ou quantidades globais diferentemente ativas e passivas do que como um conjunto de zonas ou quantidades globais com relações de influência recíprocas ou caracterizadas pelo mesmo coeficiente de atividade ou de passividade”¹⁵⁴.

“A economia nacional em crescimento já não aparece unicamente como um território politicamente organizado em que vive uma população, nem como um aprovisionamento de fatores de produção de mobilidade nula nas fronteiras.

Apresenta-se-nos como uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, polos de indústria e de atividades geograficamente concentradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados). Os primeiros induzem nos segundos fenómenos de crescimento”¹⁵⁵.

“Consideremos uma economia nacional composta de zonas ativas e de zonas passivas. Uma zona A diz-se ativa quando exerce sobre uma zona B um efeito irreversível (irreversibilidade de princípio ou de grau). A zona B sofre o efeito sem reação ou sem reação de intensidade ou grau suficientes para corrigir ou compensar a ação inicial. As relações de influência de A sobre B e de B sobre A não são simétricas”¹⁵⁶.

“Consideremos, em primeiro lugar, a modificação duma quantidade global característica da totalidade da economia nacional, por exemplo o produto ou rendimento nacional bruto. O aumento do produto nacional de A produz um aumento do produto nacional de B, diretamente por crescimento do comércio externo entre A e B ou indiretamente por crescimento do comércio externo de B com C, D, etc. Se por qualquer razão o aumento do produto nacional de A provoca um aumento determinado do rendimento nacional de B, sendo de menor intensidade o efeito recíproco, encontramos-nos perante a dissimetria em estudo. Um dos dois produtos nacionais é motor, o outro movido”¹⁵⁷.

Como qualquer sistema, a economia possui certos elementos e uma dada estrutura. Contudo, este não é um sistema homogêneo, pois existem setores cuja expansão constitui a força motora do crescimento como um todo e que lideram a dinâmica macroeconômica.

O centro dinâmico é justamente esse núcleo impulsor e difusor da expansão (ou retração) do sistema econômico. Por meio dessa categoria, Furtado busca se referir ao setor indutor do crescimento (ou do atrofiamiento) da economia, ou seja, àquele em que está ocorrendo ganhos (ou

¹⁵² François PERROUX. A economia do século XX. Lisboa: Herder, 1967.

¹⁵³ François PERROUX. A economia do século XX. cit.,p. 164.

¹⁵⁴ François PERROUX. A economia do século XX. cit.,p. 47.

¹⁵⁵ François PERROUX. A economia do século XX. cit.,p. 176.

¹⁵⁶ François PERROUX. A economia do século XX. cit.,p. 46.

¹⁵⁷ François PERROUX. A economia do século XX. cit.,p. 60.

perdas) de receita (microeconomia) e de renda (macroeconomia). E, por isso, ele é a fonte responsável pelos principais aumentos (ou diminuições) da demanda efetiva.

Ilustrativamente, na Primeira Revolução Industrial, pode-se muito bem identificar o centro dinâmico da economia mundial em Manchester. Eram as manufaturas têxteis que concentravam o grande aumento de produtividade física do mundo. E é nesse sentido que Furtado afirma que a Inglaterra era “o centro que comandava as flutuações da economia mundial”¹⁵⁸.

Nesse mesmo período, era Minas Gerais o centro dinâmico da economia brasileira. A demanda por ouro, que servia de numerário e de reserva financeira para a economia mundial em expansão, fazia com que a exportação desse bem pelo Brasil se desse com o aumento da produtividade comercial (deslocamento de fatores do açúcar para o ouro), extensiva (crescimento do setor exportador sobre o de subsistência) e, principalmente, econômica (aumento do preço do bem exportado).

Assim, por ser o setor da economia em que está havendo a mais importante variação de produtividade do sistema econômico, o centro dinâmico – local, nacional ou mundial – é o setor que lidera a variação no fluxo de renda, independentemente de qual forma elevação de produtividade assuma, econômica ou física. Ele é aquele que propaga macroeconomicamente a flutuação de produtividade na forma de uma flutuação de renda per capita.

Pelo seu protagonismo macroeconômico, é no desempenho do setor dinâmico que está a origem dos ciclos e das tendências da economia. Ele é o setor em que há a variação da demanda efetiva originária de um sistema econômico. Esta advém de uma flutuação, para cima ou para baixo, de sua produtividade, que depois propaga pela economia como um todo por meio fluxo de renda assim gerado.

E, por isso, do ponto de vista da formulação, ele consiste no setor que une os dois submodelos expostos no capítulo anterior e o seu deslocamento envolverá uma mudança simultânea no fluxo de renda e na produtividade da economia.

¹⁵⁸ Celso FURTADO. A tendência ao desequilíbrio externo. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 225.

6. O Fluxo Multiplicador da Renda

6.1. Introdução

Iniciemos a formalização do modelo de deslocamento do centro dinâmico pelo submodelo do fluxo da renda.

A chave para entender esse submodelo está no multiplicador – variável, aliás, que perde importância nos modelos de Harrod e Kaldor.

Para chegarmos, a partir da teoria keynesiana, a um modelo dinâmico da economia – como vaticinava Furtado – precisamos que a teoria do efeito multiplicador ganhe em profundidade segundo duas perspectivas ausentes na teoria geral de Keynes: (i) a do crescimento e (ii) a da economia internacional.

E é para esse fim que o submodelo aqui pensado se dirige. Procurarei demonstrar os efeitos da internalização do fluxo de renda sobre a economia por um modelo que relaciona um país com o resto do mundo.

O modelo se baseia na igualdade entre demanda efetiva e renda, a ideia de Kahn¹⁵⁹ de multiplicador e as de Keynes¹⁶⁰ de gasto autônomo da renda e do fluxo monetário.

6.3. Formulação Inicial

Primeiramente, creio que uma boa ilustração da economia primário-exportadora é a seguinte:

$$Y = C + I + X - M$$

Visualmente, essa equação mostra uma economia em que o setor externo tem uma participação relativa muito superior ao setor interno. Praticamente, o fluxo de renda monetário ocorre com todo o produto gerado sendo exportado e todos os bens mercantis consumidos ou investidos sendo obtidos do exterior.

Não só o consumo como também o próprio processo produtivo não geravam um fluxo de renda monetária no país, como Furtado descreve a seguir:

“Uma vez efetuada a importação dos equipamentos e da mão-de-obra escrava, a etapa subsequente da inversão – construção e instalação – se realizava praticamente sem que houvesse lugar para formação de um fluxo de renda monetária. Parte da força de

¹⁵⁹ Richard KAHN. The relation of home investment to unemployment. The Economic Journal, vol. 41, n. 162, p. 173-198, jun. de 1931.

¹⁶⁰ John Maynard KEYNES. The general theory of employment, interest and money. cit.

trabalho escravo se dedicava a produzir alimentos para o conjunto da população, e os demais se ocupavam nas obras de instalação e, subsequentemente, nas tarefas agrícolas e industriais do engenho”¹⁶¹.

Em termos formais, essa é uma economia em que:

$$Y = C + I + X - M$$

onde,

$$C + I \cong M$$

e, assim,

$$Y \cong X$$

O fluxo da renda dessa economia é descrito na seguinte passagem de “Formação econômica do Brasil”:

“Vejam agora, em seu conjunto, o funcionamento dessa economia. Como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda – a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados – expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelo valor das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não-residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior”¹⁶².

Acrescenta-se, ainda, que o investimento não é um gasto autônomo, mas sim um valor em função da depreciação e de eventuais expansões da exportação (ou expectativas de expansões). Por causa disso, vamos desconsiderar que haja investimento por enquanto.

Nesta economia, o centro dinâmico é a exportação e o fluxo de renda não se multiplica internamente (sendo k o multiplicador do gasto autônomo, tem-se $k=1$). A renda só se eleva com a exportação e, o que é igualmente importante, o faz à exata medida que esta.

Da mesma forma, o consumo e o investimento só aumentam com a importação que a exportação permite. E toda a demanda efetiva gerada pelo setor produtivo agroexportador é remetida ao exterior.

¹⁶¹ Celso FURTADO. Fluxo de renda e crescimento. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 84.

¹⁶² Celso FURTADO. Fluxo de renda e crescimento. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 87.

Dito de outro modo, a propensão marginal a consumir (c) e a propensão marginal a importar (m) são praticamente iguais e, naquilo que não são, compreende-se a importação de maquinário. E tanto consumo, como importação, dependem exclusivamente da renda.

Aliás, se concebermos em que estas duas proposições sejam verdadeiras:

$$X = M$$

e

$$Y = \frac{1}{1 - c + m} X$$

Isto é, se concebermos um modelo em que (i) a exportação e a importação estejam em equilíbrio, (ii) a renda seja igual a um multiplicador formado pelas propensões marginais a consumir e a importar e (iii) o único gasto autônomo seja a exportação, logo, para que a renda não seja nula a seguinte condição tem que ser respeitada:

$$c = m = 1$$

, portanto,

$$k = 1$$

Enfim, assim se comportava a economia brasileira mesmo na segunda metade do século XIX. No livro, Furtado observa sobre a economia cafeeira que, “sendo o comércio exterior o setor dinâmico do sistema, é no seu comportamento que está a chave do processo de crescimento nessa etapa”¹⁶³.

Mas, por outro lado, nota ele ainda que por essa razão também que “não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão possibilitava a ocupação de grandes áreas, nas quais se ia concentrando uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo da economia, que não permitira uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico”¹⁶⁴.

¹⁶³ Celso Furtado. Níveis de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 206.

¹⁶⁴ Celso FURTADO. Fluxo de renda e crescimento. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 90.

A economia açucareira, por exemplo, era uma de “elevadíssimo coeficiente de importações” e a isso se dava a “quase inexistência de fluxo monetário dentro dela”¹⁶⁵.

Assim, somente aumento da demanda do mundo todo por bens desse novo território fazia com que o bem-estar neste último crescesse. É por essa razão que “o êxito da colonização agrícola portuguesa tivera como base a produção de um artigo cujo mercado se expandira extraordinariamente”¹⁶⁶.

Mas, da mesma forma, o fim dessa demanda exterior fazia com que a economia atrofiasse. Por isso, “a economia escravista dependia, assim, de forma praticamente exclusiva, da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário”¹⁶⁷. E “ao reduzir-se o efeito dinâmico do estímulo externo, a economia açucareira entra numa etapa de relativa prostração”¹⁶⁸.

6.4. Home e Others

Imaginemos agora dois países. O primeiro chamaremos de home (h) e o outro de others (o). Para o nosso caso, home poderia muito bem ser o Brasil e others a Europa ou, ao menos, o complexo Portugal-Holanda e, depois, Portugal-Grã Bretanha.

Não por menos, se diz no livro que, “observada de uma perspectiva ampla, a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava com uma articulação – articulação fundamental – do sistema econômico em mais rápida expansão da época, ou seja, a economia inglesa”¹⁶⁹.

Neste modelo, consideremos a importação (M) uma função da renda do próprio país. Cuida-se, aliás, de algo explicitamente admitido por Furtado. Ele explicitamente afirma que há “uma relação relativamente estável que existe entre o aumento da renda e o das importações”¹⁷⁰ e, em diversas passagens, ele se refere ao coeficiente de importação e aos efeitos de sua variação.

Assim,

¹⁶⁵ Celso FURTADO. Projeções da economia açucareira: a pecuária. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 92-3. Cf. também p. 225.

¹⁶⁶ Celso FURTADO. As colônias de povoamento do hemisfério norte. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 50.

¹⁶⁷ Celso Furtado. Fluxo de renda e crescimento. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 90-1.

¹⁶⁸ Celso FURTADO. Formação do complexo econômico nordestino. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 102.

¹⁶⁹ Celso FURTADO. Encerramento da etapa colonial. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 66.

¹⁷⁰ Celso FURTADO. A tendência ao desequilíbrio externo. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 226.

$$M_h = f(Y_h) = m_h Y_h$$

e

$$M_o = f(Y_o) = m_o Y_o$$

Como só há dois países, as importações de um serão as exportações do outro. Dessa forma, as exportações (X) se dão por:

$$X_h = M_o$$

e

$$X_o = M_h$$

Substituir a variável de exportação de um pela de importação de outro tem a vantagem de deixar claro que o que prevalece é a decisão de gastar e não a de produzir. Mesmo no setor externo, são as decisões de gasto, de importação de um país, que determinam a produção do outro.

O resto da equação da renda se dá semelhantemente ao modelo keynesiano.

Não há governo, mas o investimento faz suas vezes.

E o investimento (I) não é função nem da renda nem dos juros, mas uma decisão autônoma. Por isso, ele pode representar tanto o investimento propriamente quanto qualquer outra decisão de gasto autônoma.

Por fim, o consumo (C) é uma função direta da renda, não havendo consumo independente da renda, de forma que:

$$C = cY$$

Assim, o sistema de equações fica da seguinte forma:

$$\begin{cases} Y_h = c_h Y_h + I_h + m_o Y_o - m_h Y_h \\ Y_o = c_o Y_o + I_o + m_h Y_h - m_o Y_o \end{cases}$$

Trata-se, como pode ser visto, de um modelo simples. Mas creio que ele consiga explicar as implicações da internalização do fluxo de renda.

6.5. Multiplicador Interno Unitário e Investimento Externo

Imaginemos inicialmente que home tenha uma propensão marginal a consumir de 1 ($c_h=1$), ou seja, toda a sua renda obtida é gasta em bens de consumo. Imaginemos também que

todos esses bens de consumo sejam obtidos do exterior, de forma que a propensão marginal a importar também seja 1 ($m_h=1$).

Furtado, por exemplo, lista como bens importados desde couros, farinhas, lãs, passando-se por vinhos espanhóis e franceses e indo até cobre, ferro e aço¹⁷¹ o que dá um amplo espectro que abrange de bens essenciais a artigos de luxo até se chegar a insumos de produção de capital. E é segundo essa formulação do multiplicador que ele fala que

“o multiplicador das inversões realizadas na economia da borracha devia ser baixíssimo e quiça negativo, pois o aumento da produção de borracha provocava o abandono de múltiplas outras atividades, passando-se a importar grande parte do que antese se produzia”¹⁷².

A rigor, para que o multiplicador seja unitário, não é imprescindível que todo o consumo se dê com bens importados.

Sob um ponto de vista ainda mais condizente com a realidade, Furtado considera que a demanda de serviços e artigos produzidos internamente “serviços domésticos, grande parte dos alimentos, etc.”¹⁷³ seja inelástica em relação à variação da renda.

Isso configuraria um consumo autônomo, que não afeta o multiplicador. Além disso, esse consumo se dá fora do fluxo monetário, o que é mais uma razão para excluí-lo deste submodelo.

Há deveras investimento nesta economia, mas os bens de capital advêm exclusivamente do exterior – como advinha, por exemplo, a mão-de-obra escrava –, o que faz com que tudo o que é investido figure também como importado.

Como afirma Furtado,

“(…) the economic system was modifying its structure without the need to absorb technological innovations. Evidently, where mechanical equipment was needed it had to be imported and innovations had to be absorbed as a simple routine process and not as a result of any economic endogenously generated force. In agriculture, this automatic penetration of new techniques was extremely limited simply because the process of capital formation required little capital equipment”¹⁷⁴.

¹⁷¹ Celso FURTADO. O Maranhão e a falsa euforia da época colonial. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 80-1, n. 53.

¹⁷² Celso FURTADO. Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 214, n. 133. Não vejo, contudo, como pode um multiplicador ser negativo. No máximo, poder-se-ia conjecturar acerca de um multiplicador menor que um, mas sempre maior que zero.

¹⁷³ Celso FURTADO. Características gerais da economia brasileira. Revista Brasileira de Economia, v. 4, n. 1, p. 7-37, 1950, p. 11.

¹⁷⁴ Celso FURTADO. Development and stagnation in Latin America, cit. p. 167.

Outro fato importante é que o investimento de home é função da exportação, indicando que ele constitui um gasto não autônomo de sua economia. Digamos, por isso, que I_h nessa economia seja uma função X aferida por um coeficiente angular i .

A rigor, na economia primário-exportadora há dois tipos de investimentos. O gerado pelos trabalhadores na manutenção dos equipamentos (enxadas, caldeiras, moinhos) e o advindo da importação de novos equipamentos para a expansão do engenho.

O primeiro tipo de investimento é intimamente ligado à depreciação e varia de acordo com o uso desses equipamentos e, assim, com o nível de exportação. O segundo tipo de investimento está ligado ao aumento da capacidade produtiva instalada, ou seja, máxima, e ocorre quando a exigência disso é esperada, ou seja, quando há uma expectativa de aumento da exportação máxima demandada pelos outros países.

Assim, a princípio, é o investimento para recompor a depreciação (I_d) que se expressa por $I_d=i_dX$, enquanto o investimento líquido (I_l) se dá por $I_l=i_l\Delta X_m^e$, sendo i_d um coeficiente relativo ao investimento para repor a depreciação, i_l um coeficiente relativo ao investimento líquido e ΔX_m^e a expectativa de variação do nível máximo de exportação que a capacidade produtiva instalada consegue atender.

De qualquer forma, creio que considerar o I (investimento bruto) como uma função de X e como inteiramente importado seja uma aproximação bastante razoável.

O investimento para repor a depreciação está tão próximo do processo primário-exportador que se confunde com a própria atividade produtiva, podendo ser considerado como simples X . E as variações de X no presente devem ser um componente tão fundamental para se formar as expectativas sobre exportação futura que os investimentos líquidos podem ser muito bem correlacionados à exportação efetiva em um dado momento.

Assim, ficamos como $I_h=iX$ e iremos assumir que i seja 0,1, ou seja, ao se exportar 10 investe-se 1 com reposição de equipamentos e expansão da capacidade produtiva.

Há de se lembrar que $X=m_oY_o$, o que nos leva a um $I_h=0,1m_oY_o$. E, desse modo, se reafirma que o investimento de home nada mais é do que uma importação de others.

O crescimento da exportação, por fim, decorre do crescimento da economia central, others, e na razão de 0,1 ($m_o=0,1$)

Para others, atribuamos uma propensão marginal a consumir de 0,6 ($c_o=0,6$) e, como dito, uma propensão marginal a importar bens de home de 0,1 ($m_o=0,1$).

O sistema de equações fica da seguinte forma:

$$\begin{cases} Y_h = 1Y_h + 0,01Y_o + 0,1Y_o - (1Y_h + 0,01Y_o) \\ Y_o = 0,6Y_o + I_o + (1Y_h + 0,01Y_o) - 0,1Y_o \end{cases}$$

Resolvendo o sistema de equações, conseguimos perceber algo muito interessante:

$$\begin{cases} Y_h = 0,1Y_o = 0,256I_o \\ Y_o = 2,56I_o \end{cases}$$

Verifica-se que, nesse caso, toda a decisão de investimento decorre de others, seja a feita em sua própria economia, seja, ainda, a realizada por investimento direto externo na economia de home ou, ainda, seja aquela que ocorre com a venda de maquinário para os empresários de home.

Além disso, o impacto na renda do aumento de uma unidade monetária de investimento em others não é o mesmo para os dois países.

Enquanto em others o fluxo da renda circula internamente e se multiplica, em home sua renda apenas aumenta em uma fração da unidade, uma vez que parte dessa demanda reflui sobre a forma de importação de bens.

6.6. Multiplicador Interno Unitário e Investimento Autônomo

Agora, digamos que a economia de home diminua sua propensão marginal a consumir e gere algum investimento autônomo. Não se necessita mais de investimento estrangeiro e assim o I_h não advém mais de importação.

Sua propensão marginal a consumir ainda será igual à propensão marginal a importar, mas ambas serão agora de 0,9 ($c_h = m_h = 0,9$) de forma que não se consome toda a renda, porque parte da produção está sendo dirigida ao investimento autônomo.

Não teríamos um multiplicador do investimento de home se a economia fosse fechada. Mas como se trata de uma economia aberta, o cálculo do multiplicador é um pouco diferente. Mais para frente será demonstrada a necessidade de se considerar o multiplicador internacional.

A economia de others permanece a mesma, só não exporta mais bens de capital para home, e, portanto, o sistema de equações fica da seguinte forma:

$$\begin{cases} Y_h = 0,9Y_h + I_h + 0,1Y_o - 0,9Y_h \\ Y_o = 0,6Y_o + I_o + 0,9Y_h - 0,1Y_o \end{cases}$$

A resolução dele nos permite enxergar quatro parâmetros interessantes:

$$\begin{cases} Y_h = 1,219I_h + 0,243I_o \\ Y_o = 2,43I_o + 2,19I_h \end{cases}$$

O modelo possui agora quatro multiplicadores, referentes ao investimento de cada um dos países e suas consequências em cada uma das economias.

O que chama, ainda, a atenção é que enquanto um dispêndio em I_h gera 1,219 do seu valor como renda para home, ele o faz a um fator maior, de 2,19, para others.

O inverso não é verdadeiro. Um investimento de uma unidade monetária feito por others gera 2,43 de renda para sua economia, mas apenas 0,243 para a economia de home.

O que acontece ainda é que parte significativa da demanda efetiva de home, mesmo a advinda agora do gasto autônomo, vaza para a economia de others, se multiplicando nela. Esse vazamento é dado pela relação entre a propensão marginal a consumir e a propensão marginal a importar.

6.7. Efeito Multiplicador e Investimento Autônomo

Façamos, então, com que a propensão marginal a importar seja um pouco menor que propensão marginal a consumir de home ($m_h < c_h$). Vamos manter c_h em 0,9 e passar m_h para 0,8 e ver os resultados.

Isso naturalmente engendrará o surgimento de um efeito multiplicador nessa economia, seguindo uma descrição semelhante a essa de Furtado:

“Vejam como se propaga o fluxo de renda criado pelas exportações. Os gastos de consumo – compra de alimentos, roupas, serviços etc. – vêm a constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes etc. Estes últimos também transformam grande parte de sua própria renda em gastos de consumo. Destarte, a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora. Suponhamos agora que ocorra um aumento do impulso externo. Crescendo a massa de salários pagos, aumentará automaticamente a procura de artigos de consumo. A produção de parte destes últimos, por seu lado, pode ser expandida com relativa facilidade, dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, particularmente em certas regiões em que predomina a atividade de subsistência. Desta forma o aumento do impulso externo – atuando sobre um setor da economia organizado à base de trabalho assalariado – determina melhor utilização de fatores já existentes no país. Demais, o aumento de produtividade – efeito secundário do impulso externo – manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno. Quando convergem certos fatores a que nos referiremos mais adiante, o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última”¹⁷⁵.

No nosso sistema de equações, ficamos com a seguinte formulação:

¹⁷⁵ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 156.

$$\begin{cases} Y_h = 0,9Y_h + I_h + 0,1Y_o - 0,8Y_h \\ Y_o = 0,6Y_o + I_o + 0,8Y_h - 0,1Y_o \end{cases}$$

Os multiplicadores ficam agora da seguinte forma:

$$\begin{cases} Y_h = 1,34I_h + 0,26I_o \\ Y_o = 2,38I_o + 2,09I_h \end{cases}$$

Vê-se que essa substituição de bens importados por bens produzidos internamente fez com que todos os multiplicadores de home aumentassem, enquanto todos os de others diminuíram.

Isso ocorre porque parte do fluxo de renda gerado pelos impulsos dinâmicos, os investimentos de home e others, ficou agora internalizada na economia de home pelo processo de substituição de importações.

Como mostra Furtado, em uma situação em que “não [era] possível evitar a contração da oferta de bens importados, todo o aumento da renda monetária e mais uma parte dessa renda que antes se gastava com importações eram represados no mercado interno”¹⁷⁶. E assim, “(...) nos anos 30 o desenvolvimento da economia teve por base o impulso interno e se processou no sentido da substituição de importações por artigos de produção interna”¹⁷⁷.

Se, contudo, a substituição de importações foi o caminho pelo o qual o Brasil fez isso, ele não o único. Outra maneira de internalizar o fluxo de renda em home é fazer com que a propensão marginal a importar de others (m_o) aumente, ou seja, elevar a inclinação de others pelos seus produtos dado um aumento da renda social.

Um caso próximo a esse – se bem que neste não há de se falar de deslocamento, mas sim de internalização originária do fluxo de renda – seria o das colônias do norte dos EUA.

Essas encontraram uma demanda efetiva em expansão para o seu sistema econômico graças ao enorme empuxo dinâmico que representava o mercado de importação de manufaturados criado pela expansão da renda dos agroexportadores das Antilhas.

¹⁷⁶ Celso FURTADO. Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 58.

¹⁷⁷ Celso FURTADO. O desequilíbrio externo e sua propagação. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 300.

Essas colônias “(...) se desenvolveram, assim, na segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, como parte integrante de um sistema maior no qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais”¹⁷⁸.

Veja que não importa que “de um ponto de vista macroeconômico, as colônias da Nova Inglaterra (assim como Nova York e Pensilvânia) continuaram a ser, avançando o século XVIII, economias de produtividade relativamente baixa. O produto por habitante deveria ser substancialmente inferior ao das colônias agrícolas de grandes plantações”¹⁷⁹.

O mesmo acontece na Grã-Bretanha, que

“numa época dominada pelo mais estrito mercantilismo e em que era particularmente difícil desenvolver um comércio de manufaturas, a Inglaterra encontrou na economia luso-brasileira um mercado em rápida expansão e praticamente unilateral. Suas exportações eram saldadas em ouro, o que adjudicava à economia inglesa uma excepcional flexibilidade para operar no mercado europeu. (...) Dessa forma, a economia inglesa adquiriu maior flexibilidade e tendeu a concentrar suas inversões no setor manufatureiro, que era o mais indicado para uma rápida evolução tecnológica”¹⁸⁰.

A Grã-Bretanha, aliás, além de sua indústria possuía a sua marinha, que força a abertura de mercados na Índia e na China, interferindo no m_0 desses países e aumentando seu próprio fluxo multiplicador da renda.

O fluxo de renda nessas economias era originariamente diferente. Aliás, o setor que se desenvolvia nelas também o era, mas isso é assunto para o próximo capítulo.

De qualquer forma, o caso mais extremo do inverso do que aconteceu no Brasil talvez seja de países como a Coréia do Sul, que optaram pela via exportadora para internalizar seu fluxo de renda.

Para tanto, é necessário que o país crie inovações ou dispute mercados internacionais de forma que isso amplie a demanda de outros países por seus produtos.

Os resultados podem ser demonstrados da seguinte forma, partindo de uma economia de home em que $c_h = m_h = 0,9$.

¹⁷⁸ Celso FURTADO. O desequilíbrio externo e sua propagação. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 290-1.

¹⁷⁹ Celso FURTADO. Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 59-60.

¹⁸⁰ Celso FURTADO. Fluxo de renda. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 130-1.

O que será alterado agora é somente a propensão marginal a importar de others ($m_o=0,2$), em razão de uma maior inclinação de seus habitantes pelos bens de home em detrimento dos seus próprios.

O sistema de equações fica da seguinte forma:

$$\begin{cases} Y_h = 0,9Y_h + I_h + 0,1Y_o - 0,9Y_h \\ Y_o = 0,6Y_o + I_o + 0,9Y_h - 0,2Y_o \end{cases}$$

E os multiplicadores também se ampliam em home e reduzem-se em others:

$$\begin{cases} Y_h = 1,428I_h + 0,476I_o \\ Y_o = 2,38I_o + 2,14I_h \end{cases}$$

6.8. Formalização do Submodelo

O modelo mostra que nos dois casos, seja pela via de substituição de importações seja pela via da inovação exportadora, o país consegue angariar uma estrutura econômica que internaliza o fluxo multiplicador da renda gerado pelo seu gasto autônomo.

O processo aqui exposto é, aliás, algo parecido com a concorrência entre os bancos comerciais pela internalização do multiplicador monetário.

Plenamente formalizado ele assume as seguintes equações:

sendo

$$k_h = 1/(1 - c_h + m_h)$$

e

$$k_o = 1/(1 - c_o + m_o)$$

tem-se que

$$\begin{cases} Y_h = k_h I_h + k_h m_o Y_o \\ Y_o = k_o I_o + k_o m_h Y_h \end{cases}$$

o que é o mesmo que

$$\begin{cases} Y_h = \left[\frac{1}{1 - k_h k_o m_h m_o} \right] * [k_h I_h + k_h k_o m_o I_o] \\ Y_o = \left[\frac{1}{1 - k_h k_o m_h m_o} \right] * [k_o I_o + k_h k_o m_h I_h] \end{cases}$$

O movimento de deslocamento do centro dinâmico neste submodelo está intimamente ligado a alterações nos parâmetros relacionados com a demanda efetiva, quais sejam, a propensão marginal a consumir (c) e a propensão marginal a importar (m).

Os valores destes parâmetros expressam muito mais do que inclinações psicológicas da sociedade, são estruturas da realidade¹⁸¹.

Estes são parâmetros que evidenciam como as duas economias se integram e como o efeito multiplicador atua nelas. Eles têm natureza estrutural. Isso quer dizer que oscilações dos mesmos até podem ocorrer no curto prazo em razão de influências aleatórias. Mas no longo prazo eles só se alteram se houver uma mudança no sistema econômico.

O deslocamento do centro dinâmico no “Formação econômica do Brasil” ocorreu com uma diminuição de m_h . Poderia ter ocorrido também com um aumento de m_o , como foi o caso sul-coreano. E, em ambos os casos, uma elevação de c_h e/ou c_o também ajudaria a expandir a renda.

O deslocamento do centro dinâmico representa, assim, do ponto de vista do fluxo de renda, a internalização do efeito multiplicador e pode muito bem ser representado figurativamente da seguinte forma:

Deslocamento do fluxo multiplicador da renda



Elaboração própria.

6.9. Variações

Veja que há aqui um ganho de técnica.

Uma razão simples para se concluir isso é que, a partir do que foi posto, naturalmente seguem perguntas que nos levam a nos aprofundar no problema. É possível exemplificar isso com duas variações que podem ser feitas com base nesse sistema de equações.

Pode-se, por exemplo, inserir a taxa de câmbio (F_x) para uniformizar as unidades monetárias se pensarmos em países com moedas distintas. E, assim, vê-se a seguinte formulação?

¹⁸¹ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit. p. 93-8.

$$\begin{cases} Y_h = \left[\frac{1}{1 - k_h k_o m_h m_o} \right] * [k_h I_h + F x k_h k_o m_o I_o] \\ Y_o = \left[\frac{1}{1 - k_h k_o m_h m_o} \right] * [k_o I_o + F x^{-1} k_h k_o m_h I_h] \end{cases}$$

Pode-se, ainda, dividir as duas equações iniciais e ter-se a variação relacional do produto dos dois países com base nos parâmetros considerados e no investimento de ambos. Fazendo-se isso, chega-se a esta formulação:

$$\frac{Y_o}{Y_h} = \frac{[k_h^{-1} I_o + m_h I_h]}{[m_o I_o + k_o^{-1} I_h]}$$

Cada variação da formulação originária há de trazer um aspecto novo interessante do sistema.

Esta última, por exemplo, evidencia que se k_h^{-1} for maior que m_o – o que exige um k_h pequeno –, ao mesmo tempo em que m_h seja maior que k_o^{-1} , não importa quem invista, o outro sempre crescerá mais que home.

6.10. Leituras do Sistema de Equações Fundamental

Mas, enfim, o que conseguimos deduzir deste sistema de equações fundamental?

$$\begin{cases} Y_h = \left[\frac{1}{1 - k_h k_o m_h m_o} \right] * [k_h I_h + k_h k_o m_o I_o] \\ Y_o = \left[\frac{1}{1 - k_h k_o m_h m_o} \right] * [k_o I_o + k_h k_o m_h I_h] \end{cases}$$

Observa-se inicialmente que em uma economia monetária internacional pode-se falar de três multiplicadores: (i) o multiplicador internacional, (ii) o multiplicador interno e (iii) o multiplicador externo.

A economia internacional possui um multiplicador aplicável a todos os sistemas nacionais. Ele é determinado pelos multiplicadores nacionais e pelo nível de integração entre os países. Chamemo-lo de k_i sendo ele dado por:

$$k_i = 1/(1 - k_h k_o m_h m_o)$$

A condição para esse multiplicador internacional seja aplicável a um país é que esse tenha, ao menos, alguma inclinação de sua sociedade a importar produtos de outros países ($m_h > 0$) ao mesmo tempo que as outras sociedades tenham alguma propensão de importar os seus produtos ($m_o > 0$). Isso quer dizer, o país deve ter um comércio com um mínimo de integração ao mundo em razão da variação de sua renda e da renda dos outros.

Esse comércio, aliás, tem impactos tanto no fluxo da renda quanto na dinâmica produtiva, já que, com ele, a sociedade se beneficia “não somente de seu aumento de produtividade, mas também daquele que obtenham as outras comunidades integradas no mesmo sistema de comércio”¹⁸².

É interessante notar os efeitos de uma posição mais liberal ou mais protecionista, em termos de propensão marginal a importar, sobre os multiplicadores.

Se ambos os países adotam concomitantemente uma posição mais liberal, estimulando o aumento de suas propensões marginais a importar – pela redução de tarifas, por exemplo – aumenta-se a renda nos dois. Nesse caso, eleva-se o multiplicador internacional e também a demanda multiplicada em cada país.

Se a inclinação dos dois países é simultaneamente protecionista, diminui-se a renda global.

Mas se um é protecionista e outro liberal – como uma metrópole intensificando os termos do pacto colonial –, o primeiro tem um aumento em sua renda e ou outro uma diminuição.

Por sua vez, o multiplicador interno é expresso por k_n e está diretamente relacionado com o investimento nacional.

E o multiplicador externo é dado por $k_n k_o m_o$ e está diretamente relacionado com a exportação e o crescimento da renda exterior.

Percebe-se, ademais, que existe um parâmetro que sempre irá aumentar o efeito multiplicador do gasto autônomo sobre a renda. Esse parâmetro é a propensão marginal a consumir. Seja a de home seja a de others, a propensão marginal a consumir irá afetar a multiplicação de todos os gastos autônomos e o fará em ambos os países.

No país de origem ela irá atuar mais fortemente sobre a multiplicação do investimento nacional, mas terá efeitos indiretos também sobre o efeito multiplicador da variação da renda de outros países sobre a renda nacional.

O efeito da variação da propensão marginal a importar é mais ambíguo.

Sua elevação aumenta o multiplicador internacional, revelando os efeitos da maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

¹⁸² Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 29.

Mas, se essa variação for unilateral, isso irá necessariamente beneficiar a multiplicação da renda em uma economia em detrimento da outra.

Uma propensão marginal a importar maior de um país diminui o efeito multiplicador final de seu investimento sobre sua economia, ao mesmo tempo em que aumenta o efeito multiplicador do seu próprio investimento sobre a renda dos outros.

Já elevação *pari passu* da propensão a importar dos dois países tem três efeitos. Ele eleva o multiplicador global, dada a maior integração entre as economias. Ele também potencializa os efeitos cruzados de um investimento sobre a economia do outro. E, por fim, ele torna menor o ganho em renda dado um maior investimento nacional.

Em resumo, torna-se mais densa a integração entre as economias, torna-as mais dependentes do investimento das outras e torna-o menos efetivo sobre a renda nacional.

6.11. Conclusões

E o que podemos concluir de tudo isso?

A modelagem é simples, mas creio que demonstra algo de profundo. Com este submodelo, conseguimos recolocar em outros termos um debate sobre a economia internacional que subsiste desde os mercantilistas.

E esta abordagem que a economia internacional pode assumir depois que Kahn formulou a ideia do multiplicador de renda penso ser bem fiel ao que Furtado tinha em mente.

Pelo modelo exposto é possível, por exemplo, identificar qual país irá reter mais o fluxo de multiplicação da renda. E, assim, podemos notar que, mais do que as variáveis de investimento, são de extrema importância para a o fluxo multiplicador os valores dos parâmetros que determinam a equação da renda, principalmente o valor da propensão a importar e da propensão a ter seu produto importado.

E, assim, quando se pensa em fluxo multiplicador da renda, pode-se dizer que as teses defendidas pelos mercantilistas não deixam de ter alguma razão.

Em todo o caso, o que é importante reter desse submodelo para a compreensão do deslocamento do centro dinâmico são duas coisas: (i) a forma complexa que o multiplicador da renda assume em uma economia internacional e (ii) como os parâmetros que compõe o multiplicador afetam a circulação do fluxo da renda.

No submodelo seguinte, retornaremos ao multiplicador expresso apenas por k . E faremos isso para simplificar a álgebra. Mas é importante que o leitor não esqueça que esse k guarda toda a complexidade da economia internacional demonstrada neste capítulo.

7. A Dinâmica de Crescimento da Economia

7.1. Introdução

Mantenhamos em mente o submodelo do fluxo da renda, mas voltemo-nos agora para o sistema produtivo.

Vamos ver, então, como a demanda agregada e a oferta agregada operam no emprego e na produção. E vamos distinguir por meio do submodelo que será apresentado neste capítulo um sistema produtivo em que a produtividade tecnológica não está internalizada de outro sistema produtivo em que esta assim está.

Na raiz deste submodelo, encontra-se o entendimento de Furtado sobre a dinâmica econômica e, portanto, é essencial se ter em mente o que foi dito sobre esse assunto em capítulo anterior.

7.2. Formulação Inicial

Para representarmos a concepção de Furtado sobre a dinâmica econômica, comecemos com um modelo que relacione a demanda efetiva agregada (D) com a oferta efetiva agregada (O).

A renda (Y) e sua igualdade em relação a esses dois agregados não são desconsideradas e por vezes usaremos as mesmas variáveis empregadas no capítulo anterior.

Mas a perspectiva pela qual essas variáveis são vistas é agora outra. Não se as observa enquanto fonte de renda, mas sim enquanto fonte de procura e de produção.

Em outras palavras, estamos tratando aqui do sistema produtivo e não do fluxo circular da renda. E a igualdade macroeconômica dos valores desses três agregados nunca pode levar o economista a confundi-los como um único e idêntico fenômeno.

No submodelo seguinte, retornaremos ao multiplicador expresso apenas por k . E faremos isso para simplificar a álgebra. Mas é importante que o leitor não esqueça que esse k guarda toda a complexidade da economia internacional demonstrada no capítulo anterior.

Comecemos, então, com a demanda efetiva agregada. Esta terá, por simplificação, uma única variável independente da renda. Chamemo-la de A em referência à demanda autônoma da renda – que será a exportação (X) e/ou o investimento (I). Todas as demais variáveis da demanda estarão, portanto, incorporadas no multiplicador (k).

Assim,

$$D = kA$$

Avançemos, agora, para a oferta efetiva agregada.

A função da oferta que melhor representa o pensamento furtadiano é uma que se dá simplesmente pelo produto do coeficiente produto-capital (o) pela capacidade produtiva empregada, isto é, pelo estoque de capital em uso (K).

O coeficiente produto-capital considerado é o potencial e não efetivo. Logo, ele reflete não o quanto está se gerando de produto em certo momento dada uma quantidade de capital na economia, mas sim o quanto se pode gerar.

Ele expressa o potencial produtivo das máquinas e os dados apontam que ele é significativamente estável mesmo no longo prazo.

Furtado se baseia em um artigo publicado na década de 50¹⁸³ para chegar a essa conclusão¹⁸⁴. Na década de 60, Domar irá tratar desse assunto baseado em dados de Kuznets e também chegará à conclusão que nos Estados Unidos a média desse coeficiente “on the whole, and with the exception of the 1930 (...) were quite stable¹⁸⁵”.

Essas inferências são bastante razoáveis do ponto de vista teórico. Qualquer aumento da capacidade de produção do maquinário envolve um investimento. Esse investimento se incorpora no maquinário, aumentando seu valor. Isso ocorre na teoria mesmo que a contabilidade na prática não perceba, por exemplo, um rearranjo na linha de montagem como um investimento. Assim, o aumento da produção se dá simetricamente com um aumento no capital.

De qualquer forma, por certo, o coeficiente produto-capital é bem mais estável que o multiplicador. E dados relativos à macroeconomia brasileira de 1939 a 1953 – ou seja, em época

¹⁸³ Raymond GOLDSMITH. The growth of reproducible wealth of the United States of America from 1805 to 1950. *Review of Income and Wealth*, vol. II. p. 244- 328, 1952. Esse artigo é citado em Celso FURTADO. *Formação de capital e desenvolvimento econômico*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, 1952, p. 23, n. 7.

¹⁸⁴ Embora esse coeficiente seja tido como razoavelmente constante ao longo do tempo, ele pode variar de país para país. A razão para esse fato, ele atribui à diferença de recursos naturais disponíveis em cada um dos países. Celso FURTADO. *Formação de capital e desenvolvimento econômico*. cit., p. 23 e Celso FURTADO. *Perspectiva dos próximos decênios*. In: _____. *Formação econômica do Brasil*. cit., p. 331.

¹⁸⁵ Evsey DOMAR. The capital-output ratio in the United States: its variation and stability. In: Friedrich LUTZ. *The theory of capital: proceedings of a conference held by the International Economic Association*. Macmillan: Nova York, p. 95-117, 1961, p. 100.

próxima ao período de deslocamento do centro dinâmico – acusam, por exemplo, um valor em torno de 0,53 para esse coeficiente¹⁸⁶ com desvio-padrão de apenas 0,035.

Uma formulação próxima a essa já é divisada na passagem de um artigo de 1952:

“The rate of growth of an economy is a function of two factors: a) investment-national income, and b) capital-output. The second factor, of course, like the first, varies in accordance with the special circumstances of each country. The other decisive factor for the degree of growth of an economy is the relation investment-national income. As we know that its capital-output factor shows relative stability for each economy, it can be admitted that the rate of growth each year is principally determined by the relation investment-national revenue, to which we will give the name of coefficient of investment”¹⁸⁷.

A formulação que Furtado estabelecia então era para a taxa de crescimento do PIB e não para o PIB em si.

Não é falso, contudo, inferir que, se ele considera a taxa de crescimento do produto uma variável que se dá em função da taxa de investimento e de uma constante, o nível do produto seria dado em função dessa constante e do estoque de investimento, que é o estoque de capital.

E em “Teoria e Política do Desenvolvimento”, percebe-se que Furtado assume essa formulação expressamente na seguinte passagem:

“Por último, conhece-se a relação técnica entre o estoque de capital (K), tomado como indicador da capacidade de produção e a renda global. Essa relação seria uma função de produção linear simples: $Y=cK$ ”¹⁸⁸.

Dessa maneira, temos que

$$O = oK$$

E quem vir nessa última equação alguma semelhança com o modelo AK das teorias de crescimento endógeno equivoca-se por anacronismo.

Não só os modelos AK vão surgir décadas depois da publicação de “Formação econômica do Brasil” como também a eles não cabe a originalidade no uso dessa função em modelos de crescimento.

¹⁸⁶ CEPAL. Analyses and projections of economic development: the economic development of Brazil: a study prepared by the Joint Working Group of the Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Brasil) and the Economic Commission for Latin America. Nova York: ONU, 1956, p. 23.

¹⁸⁷ Celso FURTADO. Formação de capital e desenvolvimento econômico. cit., p. 39, cf. também p. 22 e 23, n. 7. No mesmo sentido, está Celso FURTADO. A economia brasileira: cit., p. 201-3. Anos depois, Furtado irá afirmar que é possível um aumento desse coeficiente. Nesse contexto, contudo, ele estará tratando do coeficiente capital-produto efetivo e não potencial. Cf. Celso FURTADO. Development and stagnation in Latin America. cit., p. 171 e Celso FURTADO. The Brazilian “model”. cit., p. 126.

¹⁸⁸ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 74.

A influência de Furtado por certo vem dos modelos de Harrod, Domar e, depois, de Kaldor. Sempre esteve na raiz desses modelos keynesianos a produção efetiva como uma função do coeficiente produto-capital multiplicado pela capacidade produtiva empregada.

Basta ver que, na chamada equação fundamental de Harrod¹⁸⁹, a taxa garantida de crescimento é função da propensão marginal a poupar dividida pelo coeficiente capital-produto (ou seja, multiplicada pelo seu inverso, o coeficiente produto-capital).

A variação quantitativa do produto, assim, é função da quantidade poupada vezes o coeficiente produto-capital. E, sendo a poupança igual ao investimento, está a se falar de $\Delta O/O$ como função de I multiplicado por I .

A partir daí não é difícil ver que Furtado se inspirava nessa equação e que, se era o aumento da capacidade produtiva que elevava a quantidade de produto, então já em Harrod o total produzido era uma função da capacidade produtiva e do coeficiente produto-capital.

Prosseguindo com a formulação deste submodelo, deve-se dizer que nele não há de se falar de desequilíbrio.

Furtado expressamente admite que “oferta e procura são dois lados de uma mesma coisa e que tratá-las como dois elementos independentes, buscando um ponto de equilíbrio, carece de base lógica”¹⁹⁰.

Por isso, em todos os momentos do tempo, a demanda efetiva agregada e a oferta efetiva agregada serão iguais neste submodelo.

A igualdade deveras não se dá pela identidade que se assume na contabilidade nacional. Ela é uma condição de equilíbrio, mas uma que aqui sempre se cumpre.

O que faz com isso aconteça? O sistema de preços que o faz, mas não de qualquer preço, e sim do preço relativo entre a remuneração de fatores e os produtos finais.

Se, por exemplo, um efeito de aumento da renda dos fatores eleva a quantidade demandada em relação à ofertada, sobe o preço dos bens finais em relação à remuneração de fatores e, assim, com uma variação do sistema de preços se reestabelece uma quantidade e valor de oferta igual a uma quantidade e valor da demanda.

¹⁸⁹ Roy HARROD. *An essay in dynamic theory*. cit., p. 17.

¹⁹⁰ Celso FURTADO. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. cit., p. 64.

E não haveria como ser diferente. Em uma economia-monetária, essas mudanças de preço tornam a demanda e a oferta efetivas iguais mesmo no mais curto dos prazos. A rapidez com que se alastra um processo inflacionário está nessa economia para provar isso.

Por fim, poderíamos até falar de um consumo autônomo da renda, mas aí isso também corresponderia uma igual produção autônoma da renda. Em verdade, as duas correspondem ao que seria a economia de subsistência em “Formação econômica do Brasil”, que não só consome como também produz de forma independente da renda monetária.

Em razão dessa autonomia do fluxo da renda, o consumo e a produção autônomos estão, contudo, à margem da economia monetária e, por isso, podem ser desconsideradas neste modelo.

Desse modo, chegamos a

$$D = kA = oK = O$$

E a essa formulação também chegou Furtado referindo-se especificamente ao fluxo de investimento (I) como o gasto autônomo (A):

“Although he remained true to the tradition of pure economics, Keynes adopted an approach which was static only in appearance. His followers were not slow to understand that a congruence could be obtained only between the parametric role of the stock of capital and the flow of net investment, by restricting the analysis to a consideration of situations of underemployment. At the macro-economic level, net investment perforce signifies accumulation”¹⁹¹.

Essa ainda não é a formulação final com qual trabalharemos.

O nível do emprego é uma variável importantíssima para Furtado, pois está intimamente atrelada ao ciclo econômico. Por isso, aqui está uma passagem relevante na formulação deste submodelo.

Consideremos K_i a capacidade produtiva instalada, ou seja, todo o estoque de capital empregado ao seu limite da produção.

Teremos, então, a capacidade produtiva efetivamente empregada como dada por um percentual (p) da capacidade produtiva instalada. Dessa forma, a variável p incorpora a taxa de emprego dos fatores e, por decorrência, as flutuações cíclicas.

Assim,

$$K = pK_i$$

¹⁹¹ Celso FURTADO. Development. cit., p. 633

Isso mostra a manifestação cíclica do lado da oferta. Mas como ela fica do lado da demanda?

A variável A , que estamos usando para refletir a demanda autônoma da renda, está colocada, como dito acima, para representar dois agregados macroeconômicos: a exportação (X) e/ou o investimento (I).

Tanto a quantidade de bens para exportação quanto a quantidade de bens de capital que um sistema econômico consegue produzir também possuem um limite máximo dado pela capacidade produtiva instalada para essa determinada produção.

Não é nada inverossímil assumir que esse limite seja o mesmo, ou seja, que o sistema econômico se comporta como um todo coordenado e que, assim, a capacidade produtiva instalada para a produção desses bens específicos atinge seu ponto máximo quando o mesmo ocorre simultaneamente em todos os setores.

Daí porque podemos inserir a mesma variável p do lado da demanda e do lado da oferta.

Sejam X_p e I_p , respectivamente, o nível demanda externa por bens nacional e o nível e demanda dos empresários por bens de capital que levam ao pleno emprego dos fatores e assim ao limite da produção da capacidade instalada, quando p é a cem por cento, temos pX e pI iguais a X_p e I_p .

Seja, portanto, A_p , a variável genérica para esses dois agregados a mostrar o máximo de demanda autônoma que pode ser atendido pelo sistema econômico, ficamos com

$$A = pA_p$$

Ao final, nosso submodelo fica da seguinte forma:

$$D = pkA_p = pOK_i = O$$

Do lado da demanda, o modelo não se diferencia em nada do keynesiano. E, do lado da oferta, o modelo se adere ao que pensava Furtado acerca do sistema produtivo, como pode ser visto no trecho a seguir:

“Sabemos que o nível da produção territorial varia com a capacidade produtiva do sistema e com o grau de utilização dessa capacidade”¹⁹².

¹⁹² Celso FURTADO. Ritmo provável do crescimento no próximo decênio: a relação produto-capital. In: _____. Perspectivas da economia brasileira. cit., p. 48.

Cumpra ter em mente sempre que o pleno emprego é mais um limite teórico do que efetivo. É certo que as leis, as inclinações psicológicas e a realidade física impõem uma barreira para o nível de produção.

Mas essa barreira é um tanto quanto móvel na realidade, tornando difícil precisar cientificamente quando se estaria efetivamente no limite do emprego dos fatores para a produção.

Nas análises de longo prazo, Furtado jamais faz a suposição de que a economia sempre esteja no pleno emprego. E mesmo nas análises de curto prazo essa suposição não se vê tão fortemente.

Conjecturo que talvez isso se deva a um fato empírico que lhe mostrou o contrário.

Nos momentos iniciais do deslocamento do centro dinâmico, não havia possibilidade de aumento da capacidade produtiva instalada para atender a demanda que antes era dirigida a bens do exterior e a partir de então se volta ao sistema produtivo interno.

E a solução que as fábricas encontraram nesse primeiro momento foi começar a trabalhar em três turnos¹⁹³.

Esse funcionamento ininterrupto claramente desloca a fronteira do se poderia ter então como limite do emprego dos fatores. E esse fenômeno evidencia ainda mais o erro de Kaldor e outros de supor em seus modelos de crescimento que, no longo prazo, há de se considerar a economia sempre em pleno emprego.

A hipótese mais condizente com a realidade é que o sistema econômico jamais está em uma situação de pleno emprego.

Feita essa digressão, voltemos ao nosso submodelo. Estamos a nos aproximar da última etapa de sua formulação.

Como queremos tratar do crescimento econômico que importa para a sociedade, melhor seria se formulação considerasse o nível do produto per capita.

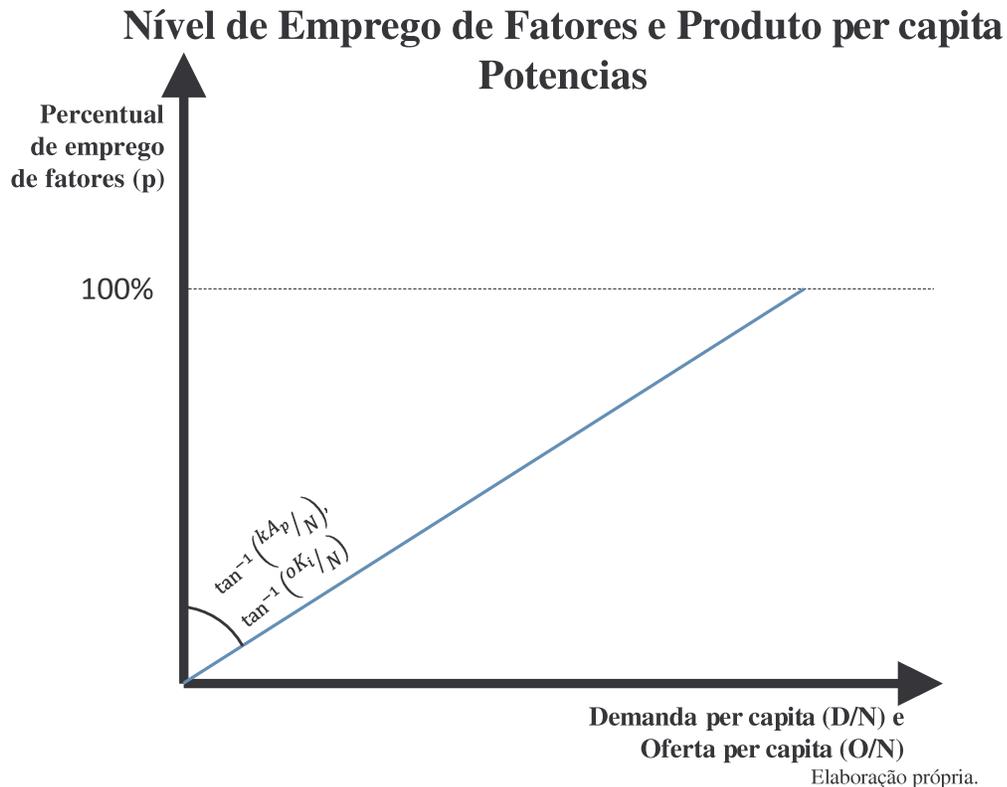
Vamos, por isso, inserir a população (N) na equação.

Fazendo assim, ficamos com a seguinte formulação:

$$\frac{D}{N} = p \frac{kA_p}{N} = p \frac{oK_i}{N} = \frac{O}{N}$$

¹⁹³ Celso FURTADO. O setor industrial como elemento dinâmico. In:_____. Perspectivas da economia brasileira. cit., p. 41; Celso FURTADO. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. 2. ed. [1. ed., 2002], São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 22; Celso FURTADO. Development and stagnation in Latin America. cit., p. 168.

E representaremos essa formulação da seguinte maneira:



No gráfico, temos a reta que demonstra os possíveis níveis de PIB per capita de um sistema econômico dada uma determinada taxa de emprego dos seus fatores.

A variação no eixo das abscissas significa variação no nível de emprego (p) da capacidade produtiva instalada. E a variação no eixo das ordenadas manifesta o crescimento econômico per capita.

A razão K_i/N – e seu reflexo no lado da demanda – é a das mais importantes nesse modelo.

Ela expressa um aumento da capacidade produtiva instalada per capita e, assim, um aumento da força produtiva a serviço da sociedade. Esse aumento é representado no gráfico por uma maior inclinação para baixo da reta.

Aqui precisamos recordar o que foi dito sobre os quatro tipos de produtividade na teoria econômica de Furtado.

Lembremos que todas as quatro formas de aumento de produtividade – a econômica, a físico-extensiva, a físico-comercial e a físico-tecnológica – elevam o produto per capita e a

capacidade produtiva per capita (K_i/N). A primeira o faz em termos monetários – o que é igualmente real para a economia – e as três últimas em termos materiais.

Vamos ver, então, como esse modelo se comporta em uma economia primário-exportadora e em uma e economia industrial.

7.3. A Dinâmica Econômica Primário-Exportador

Uma economia com centro dinâmico primário-exportador do tipo que foi a brasileira até o capítulo 32 do “Formação econômica do Brasil” possui duas características fundamentais.

São elas: (i) o fato de que seu dinamismo está atrelado ao valor e às flutuações da demanda efetiva externa e (ii) o fato de que essa demanda se reflete exclusivamente em um aumento ou diminuição ou da produtividade econômica ou da produtividade físico-extensiva.

Consideremos, então, uma equação da demanda efetiva agregada (D) em que apenas a exportação (X) é uma variável independente. E sabemos, pelo submodelo anterior, que X é função de $m_0 I_0$.

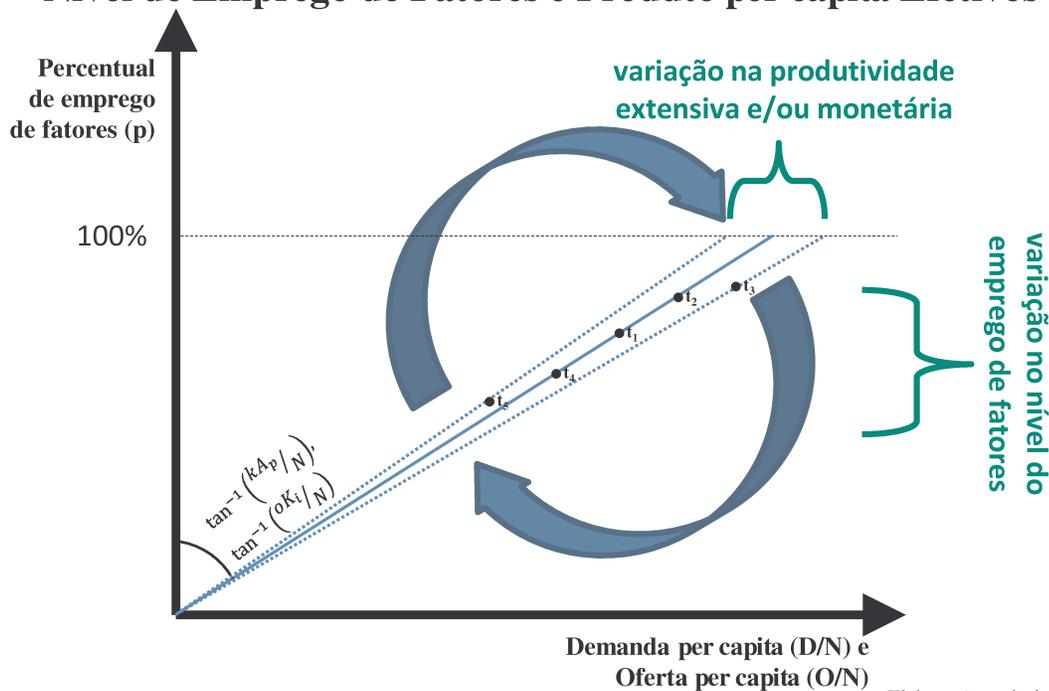
Tanto o consumo (C) quanto a importação (M) então integrados no multiplicador. E o investimento (I), igualmente ao que ocorria nos estágios iniciais do submodelo anterior ou é inteiramente importado ou se dissolve no processo produtivo de exportação na atividade de restauração do maquinário depreciado.

Com isso chegamos a

$$\frac{D}{N} = p \frac{kX_p}{N} = p \frac{oK_i}{N} = \frac{O}{N}$$

No gráfico a seguir, representamos esse submodelo aplicado a uma economia primário-exportadora.

Dinâmica da Economia Primário-Exportadora Nível de Emprego de Fatores e Produto per capita Efetivos



Aqui se sai de uma observação das potencialidades do sistema econômico e vai-se para a situação de como ele se apresenta efetivamente. Os pontos t representam o nível de emprego e produto per capita em dado tempo.

Em cada um desses momentos, a economia se vê diante de uma demanda efetiva por bens de exportação, chegando-se em t_3 próximo do pleno emprego e de uma expansão monetária e extensiva da capacidade produtiva. O modelo, assim, admite uma flutuação dessas duas formas de produtividade.

Mas, qualquer aumento é efêmero e logo se retrai por uma descapitalização nas baixas cíclicas. Essa efemeridade é representada no gráfico pelas retas pontilhadas.

O aumento da produtividade nessa economia, portanto, é um fenômeno cíclico tanto quanto a variação no nível de emprego e não uma tendência da economia.

E mesmo no longo prazo, em que se espera um grande crescimento da economia, o sistema permanece gravitando em torno da reta central, pois esse crescimento ocorre na mesma medida em que cresce a população.

A tendência é estabilidade da renda e do capital per capita. E qualquer variação desta é cíclica e relacionada ao aumento da demanda efetiva externa.

O ciclo econômico gira em torno de nível de estoque de capital per capita pouco elástico e das flutuações na demanda externa que aumentam ou diminuem simultaneamente o emprego e o PIB per capita.

É extremamente difícil encontrar dados que possam ilustrar essa dinâmica econômica.

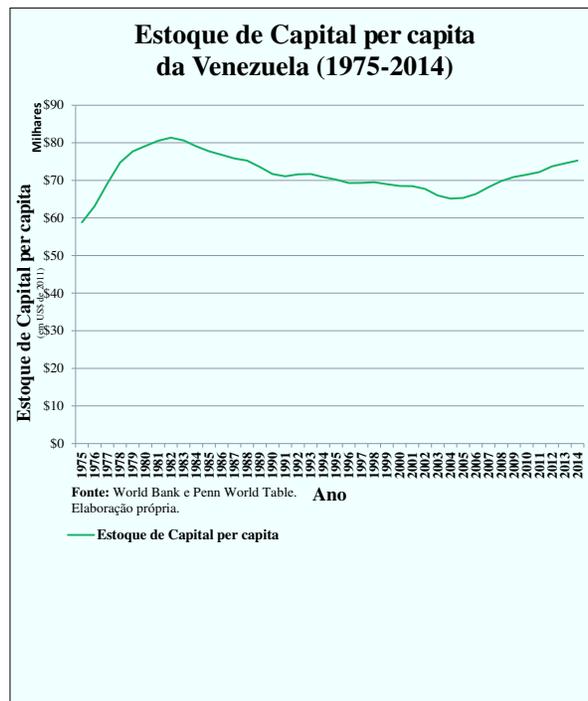
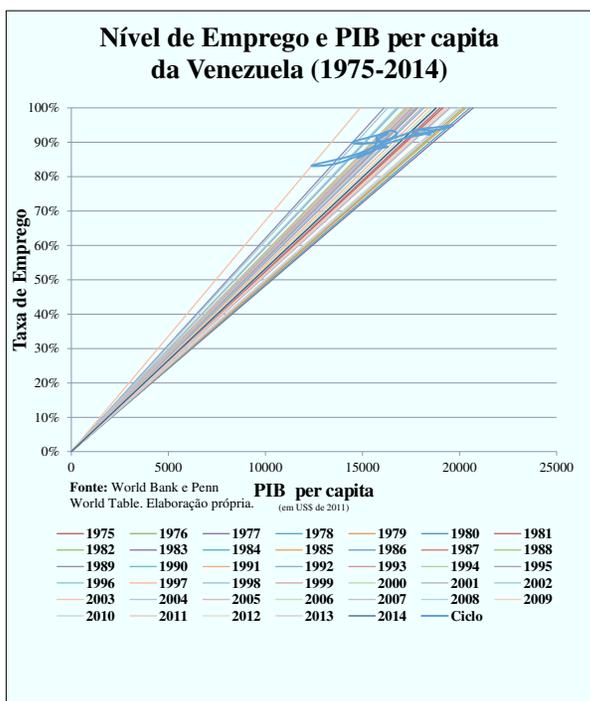
O maior dos óbices está na obtenção de valores para a taxa de emprego de fatores. O desemprego do trabalho só começa a ser generalizadamente medido após a segunda década do século XX e há muitas lacunas nas compilações tanto do Banco Mundial, quanto da OCDE, como, inclusive, da OIT.

E isso nos faz recair no segundo obstáculo. Com tal distância temporal que estamos da época a que a obra se refere, é praticamente impossível cogitar de região econômica do planeta que não tenha sido tocada pela Revolução Industrial.

E, mesmo que um dado país não tenha adentrado em um processo de industrialização, nada impede que capital industrial lhe chegue de origens forâneas.

Contudo, há um país da América Latina que ainda apresenta um comportamento semelhante a esse descrito pelo modelo e cujo comportamento pôde ser aferido pelos dados disponíveis.

Esse país é a Venezuela e nos gráficos a seguir está apresentada a dinâmica de sua economia segundo o submodelo aqui pensado:



Inicialmente, nota-se que na economia da Venezuela um alto nível de capital per capita – muito superior a de outros países da América Latina e quase que a metade do que tem os Estados Unidos, como será visto a seguir.

O estoque alto condiz com a natureza petrolífera de sua economia. Mas ele revela também a facilidade das estatísticas captarem estoques de capital fixo frente a outras formas de capital que igualmente fazem elevar a renda per capita.

Em azul, está o ciclo de oscilação da taxa de emprego do trabalho – proxy da taxa de emprego de fatores – e do PIB per capita entre 1975 e 2014. Vê-se o caráter elíptico do ciclo venezuelano, seguindo o comportamento de uma equação paramétrica que gravita sempre em torno dos mesmos pontos focais.

Saindo da origem, estão as retas que mostram o estoque de capital em cada ano. Percebe-se como elas se concentram em uma região principal, variando pouco para mais ou para menos nesses 39 anos. No gráfico à direita, isso é observável com maior precisão. A curva verde mostra que o estoque de capital per capita tendeu a uma situação praticamente estacionária sobre uma linha média.

Não é à toa que Furtado dedicou um livro inteiro à economia venezuelana e ao mal primário-exportador que a abundância de petróleo lhe causava.

Como ele observa nesse livro,

“quando se iniciou a etapa de grande expansão petroléira na Venezuela o nível médio de produtividade da economia preexistente deveria ser muito baixo. Grande parte da população do país vivia em nível de subsistência e trabalhava no campo com técnica rudimentar. A expansão petroléira, ao aumentar o produto nacional, elevou necessariamente o nível médio da produtividade no conjunto da economia. Mas essa elevação de produtividade é simplesmente um dado estatístico sem relação com a produtividade física das demais atividades”¹⁹⁴.

7.4. A Dinâmica Econômica Industrial

A dinâmica da economia industrial, baseada na produtividade físico-tecnológica, é significativamente diferente. E assim o é por três razões.

A primeira (i) é que surge uma demanda autônoma por bens de capital (I), sejam eles intangíveis, como um melhor mapeamento das rotas de navegação, sejam eles tangíveis, como uma maior quantidade de maquinário.

Essa demanda é decorrência do acicate da concorrência que Marx revelou e está sujeita às flutuações psicológicas que Keynes descobriu.

Ela, ainda, faz com que em todo ciclo esteja a se aumentar a capacidade produtiva instalada (K_i), muito embora nas fases descendentes do ciclo essa demanda só seja suficiente para repor o capital depreciado.

Assim, a elevação da relação K_i/N é algo intrínseco à dinâmica dessa economia. Por decorrência, aumenta-se constantemente o máximo per capita que se pode produzir de bens de exportação (X_p/N) e bens de capital (I_p/N).

Além disso, é esta uma economia em que (ii) prepondera o aumento de produtividade por melhor alocação de fatores e por expansão da fronteira tecnológica.

E, por fim, (iii) na dinâmica dessa economia a demanda por bens exportados (X) é em certa medida uma variável dependente de I_h . Isso ocorre porque o coeficiente de importação de others (m_o) é influenciado e disputado pela melhora de custos e pelas inovações geradas pelo investimento de home.

Na economia sul-coreana, por exemplo, o aumento da demanda externa, ou seja, da propensão marginal a importar dos outros países se deu por inovações de sua indústria nacional que criam desejo de consumo e assim substituem os bens produzidos em outros países pelos seus.

¹⁹⁴ Celso FURTADO. Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 53.

A expansão da produtividade tecnológica levou muitos de seus produtos ao estado da arte, o que fez com que eles fossem aceitos cada vez mais por consumidores de outros países. Trata-se de uma forma autêntica e muito importante de uma economia influenciar a propensão marginal a importar de outra.

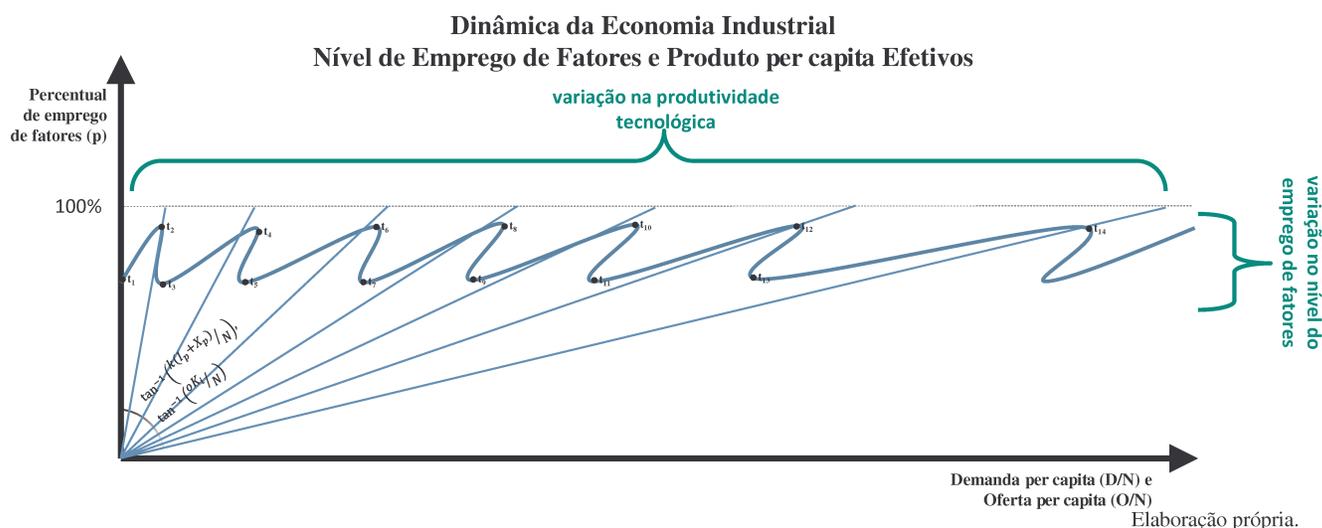
Por meio dela, está se fazendo uma substituição reversa de importações. Está se fazendo com que outro país deixe de comprar um bem nacional para se adquirir um bem sul-coreano.

Assim, na dinâmica econômica industrial, o submodelo se apresenta da seguinte forma:

$$\frac{D}{N} = p \frac{k(I_p + X_p)}{N} = p \frac{oK_i}{N} = \frac{O}{N}$$

O gráfico do PIB per capita e do nível de emprego potenciais é praticamente o mesmo que o da economia primário-exportadora, alterando-se apenas a composição do coeficiente angular.

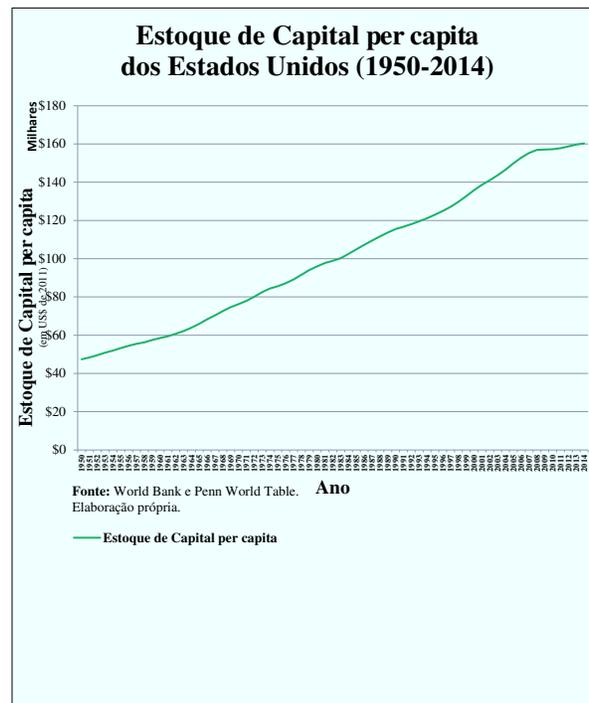
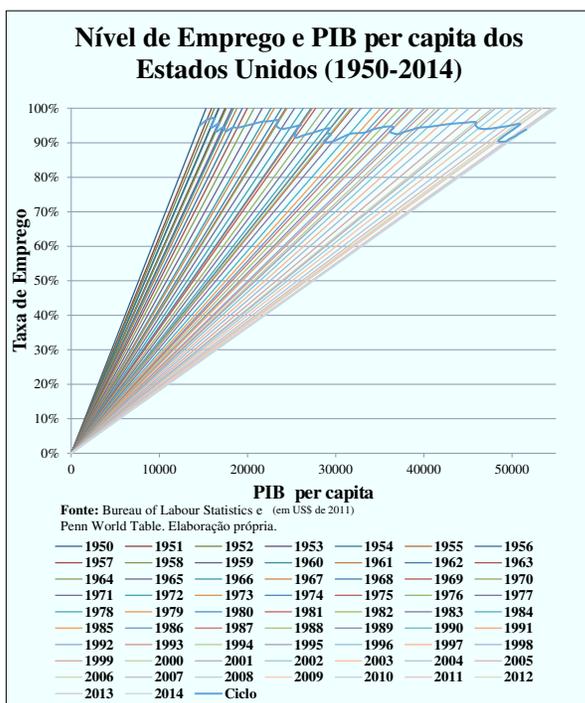
Mas é no tracejar do ciclo que vemos a grande diferença, como se percebe abaixo.



O ciclo aqui se perfaz sempre com um aumento da capacidade produtiva instalada, do lado da oferta, e uma expansão do limite que se pode demandar de bens de capital e de bens de exportação.

Com isso, a fronteira do PIB per capita é sempre empurrada mais adiante, da mesma forma que assim o é o quanto de demanda autônoma que deve ocorrer para se atingir o pleno emprego.

O gráfico a seguir, com dados reais dos Estados Unidos, comprova a correspondência deste modelo com a realidade.



Nele vê-se que o crescimento em termos reais da renda per capita da população é acompanhado por um aumento da inclinação da reta cujo coeficiente angular é determinado pela capacidade produtiva instalada per capita.

É possível observar também os sucessivos ciclos de emprego de fatores. Nestes, a ascensão geralmente é acompanhada por um deslocamento da inclinação da reta, enquanto que a recessão ocorre quase com o caminhar da economia sobre uma reta dada.

Isso era de se esperar. Nas fases de pessimismo do empresariado o investimento ocorre praticamente apenas na quantia necessária para repor a depreciação do maquinário.

Nota-se que, no caso dos Estados Unidos, o ciclo segue uma função também paramétrica, mas com uma tendência contínua de crescimento. Em fases de baixa, retorna-se a um nível mais baixo de emprego quase sobre a mesma reta K/N e em fases de alta se progride com o aumento da capacidade produtiva.

7.5. Conclusão

O deslocamento do centro dinâmico implica não só uma internalização do fluxo de renda como também na assunção pela economia de uma dinâmica baseada no aumento da capacidade produtiva instalada per capita. O meio para isso é a produtividade físico-tecnológica, uma vez que seus ganhos são resilientes à baixa cíclica e seu crescimento é ilimitado.

Ambos os submodelos se interligam exatamente pela demanda efetiva. A decisão de investimento aqui é fundamental. E o ganho de autonomia nessa decisão é imprescindível para que seja internalizado o centro dinâmico em qualquer um dos submodelos.

Mas enquanto o primeiro submodelo mostra os impactos causados pelo deslocamento do centro dinâmico no efeito multiplicador, por meio da internalização do fluxo de renda, o submodelo apresentado neste capítulo mostra os impactos no nível de capital per capita, por meio da internalização da dinâmica de produtividade físico-tecnológica.

Nas duas situações, a subsistência da natureza autônoma do investimento é imprescindível. E a manutenção dessa autonomia só depende de a indústria de home manter a competitividade em relação à indústria de others.

Se essa competitividade se perde, retorna-se a um abastecimento por bens importados, a um investimento dependente da demanda por bens exportados e a uma dinâmica muito próxima da primário-exportadora.

8. O Deslocamento do Centro Dinâmico

8.1. Introdução

Já sabemos que o deslocamento do centro dinâmico consiste (i) no fim do vazamento do efeito multiplicador da renda para o exterior e (ii) no fim da dinâmica do sistema produtivo baseada na produtividade econômica.

O meio pelo qual o Brasil historicamente alcançou isso foi a industrialização substitutiva de importações.

Para que o setor industrial se torne o centro dinâmico é necessário que o produto e a renda por ele gerados ganhem uma dimensão macroeconômica tamanha que faça com que não mais a variação das exportações e sim a do investimento seja a causa dos ciclos econômicos e não mais as produtividades próprias da economia primário-exportadora – principalmente a econômica – e sim a produtividade físico-tecnológica seja a causa do aumento da renda per capita.

Dar início a esse processo de industrialização não é algo fácil para um país com um passado ligado às rotas de comércio de recursos naturais. E poucos foram os que conseguiram tal feito.

O desafio é romper uma barreira estrutural que existe para a decisão de inversão da economia primário-exportadora, em razão da qual o setor de commodities tende sempre a oferecer oportunidades de investimento melhores do que o setor industrial.

O deslocamento do centro dinâmico somente vai começar a ocorrer quando for mais lucrativo investir no setor que é apto a fazer com que o sistema econômico tenda para uma internalização do fluxo de renda e para uma dinâmica físico-tecnológica do que investir no setor que faz o contrário.

Veremos neste capítulo como o Brasil rompeu essa barreira estrutural.

Precisamos, inicialmente, entender como se dava a dinâmica cíclica na economia primário-exportadora. Como o impulso econômico desse sistema vinha de fora, iremos partir da dinâmica econômica europeia para depois observar seus reflexos sobre a economia brasileira.

Em seguida, destacaremos algumas características peculiares da economia cafeeira que permitiram que o ciclo do café pavimentasse o caminho para o deslocamento do centro dinâmico. Falaremos especificamente (i) do semimonopólio, (ii) do assalariamento e (iii) dos desequilíbrios externos.

O controle internacional pelo Brasil de grande parte da produção do café permitia que o país adotasse uma política de restrição da oferta, o que, em um país politicamente independente, pôde ser levado a feito.

Isso fazia com que o lucro dos cafeicultores como um todo saísse de uma situação dada pelo preço e pela quantidade de equilíbrio da concorrência perfeita e se aproximasse da maximização obtida com o preço e a quantidade ofertados no monopólio.

Adoto aqui a hipótese de que é isso o que tornava economicamente viável os custos da política do café, inclusive os gerados pela queima de estoques. E sustento que é esse fato que fazia com que o ciclo de café, diferentemente dos anteriores, pudesse fazer perdurar no tempo seu patamar de produtividade econômica – isto é, seu preço –, garantindo uma tendência de crescimento mais longa para o país.

Em paralelo ao próprio crescimento extensivo da produção de café, manifestava-se a expansão do assalariamento nas regiões meridionais do país, onde a abolição da escravidão ocorreu com alguma distribuição na participação da renda a favor da mão-de-obra. E foi essa expansão a responsável pelo surgimento de um incipiente mercado de consumo interno, pela instalação de um começo de setor produtivo de bens nacionais e pela surgimento na macroeconomia de um multiplicador com alguma significância.

Da existência desse multiplicador e da forma como se manifesta a crise em uma economia primário-exportadora, decorre a ocorrência de desequilíbrios externos nas baixas cíclicas – nosso terceiro assunto relacionado ao café.

Encerrado esse tópico, a crise de 1929, que foi historicamente o choque externo que provocou o deslocamento do centro dinâmico, será analisada tendo em vista os possíveis mecanismos de ajuste do sistema econômico e seus distintos cenários.

Ao uso dos mecanismos de desvalorização cambial e de compras governamentais de café com emissão de moeda, atribui-se o surgimento de oportunidades de investimento no setor industrial voltado para o mercado interno.

Mostraremos pela decomposição de Slutsky das demandas de Hicks e de Marshall como esses fatores macroeconômicos dirigiram a demanda para o já existente, porém diminuto, setor de produção interna e como o efeito multiplicador decorrente da expansão desse setor simultaneamente agia para expandir a procura de seus próprios produtos.

Por fim, concluiremos que a dinâmica do Brasil vem a se aproximar do modelo de dinâmica da produtividade físico-tecnológica. Trataremos brevemente dos mecanismos utilizados em seguida pela economia para aprofundar essa dinâmica. E mencionaremos que desafios ainda restavam para serem vencidos.

Não deixaremos de destacar, no entanto, o caráter intermediário dessa transição.

8.2. A Dinâmica da Economia Europeia

Sendo a Europa o centro dinâmico do mundo à época do Brasil primário-exportador, é a sua dinâmica econômica o que ditava os ciclos e tendências da economia brasileira. Por esse motivo, mostra-se essencial que a entendamos.

Observemos, então, o plano cartesiano abaixo¹⁹⁵.

¹⁹⁵ Assim como em Robinson [Joan ROBINSON. *The economics of imperfect competition*. 11. ed. [1. ed., 1923], Londres: Macmillan & Co. Ltd., 1959, p. 48-50], de quem Furtado se diz pupilo [Celso FURTADO. *Adventures of a Brazilian economist*. cit, p. 157], é indiferente para este estudo se a curva da oferta é crescente, decrescente ou constante.

No entanto, vale a pena tecer algumas palavras sobre esse assunto.

Não é uma escolha arbitrária admitir aqui uma curva de custo marginal horizontal para o longo prazo e ascendente para o curto prazo. Essas distintas inclinações condizem com diferentes perspectivas que o empresário tem sobre a economia nesses horizontes temporais.

No longo prazo, o ganho aferido pelo empresário é aquele correspondente à remuneração do fator capital. O valor dessa remuneração é dado pelo ponto de equilíbrio no mercado desse bem, ditado pela preferência pela liquidez, pela perspectiva de eficácia do capital e também pela disputa distributiva com os outros fatores. Contabilmente essa remuneração se expressa na margem lucro embutida no plano de custo do produto e reservada para arcar com os juros dos empréstimos e os dividendos dos acionistas.

E, assim, esse ganho já está incluído na curva de custo marginal e de custo médio na forma do custo do fator capital e tende a condizer com o custo de oportunidade desse fator na economia.

Apenas no curto prazo é possível pensar em outro tipo de lucro, permitido pelo modelo de curva da oferta ascendente.

Imaginemos que, para variações breves da quantidade produzida, uma curva de custos seja dada por q^2 , uma de custos marginais seja dada por $2q$ e uma de custo médio seja dada por q – sendo q , a quantidade produzida.

Em um prazo em que a maioria dos fatores fica constante, é razoável pensar que o empresário obtenha um lucro a mais ao atender uma variação positiva da demanda e, do mesmo modo, um prejuízo a mais ao se defrontar com uma variação negativa desta.

Isso se dá pela natureza mesmo imprevista desse aumento da quantidade requerida pelo mercado diante da capacidade produtiva disponível.

A diferença entre o custo médio, ascendente, e o preço de mercado, permite esse lucro decorrente de flutuações esporádicas da demanda e justifica o atendimento dessa demanda até o limite de o custo marginal ser igual ao preço.

Assim, a forma como penso que é distinguido o curto do longo prazo difere do pensamento geralmente veiculado nos livros-textos de microeconomia.

Nestes interpreta-se a distinção entre curto e longo prazo apenas tendo em vista a variabilidade do fator capital e a possibilidade de ingresso de outros empresários. A diferença entre o preço de mercado e o custo médio no curto prazo faria com que ingressem novos produtores no mercado, até este preço se equilibrar com a curva de custo médio.

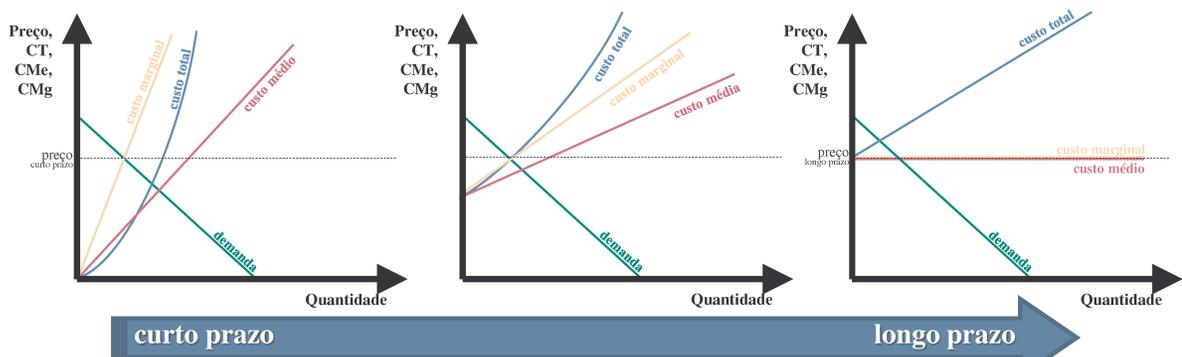
Em verdade, o que há é não só uma distinção quanto a capacidade de o empresário de mobilizar fatores, como também uma distinção na perspectiva temporal do empresário frente a economia, que move a escolha pela capacidade produtiva a ser instalada.

No longo prazo, a economia se apresenta a todos de uma forma muito mais estável e, daí, o lucro se basear em um percentual do produto. No curto prazo, o empresário tem diante de si uma economia instável e, a justificar o risco na escolha de capacidade produtiva potencial, absorve um lucro extra em um momento, que pode ser perdido em outro. Isso implica que, à medida que este observador da economia tende para o longo prazo, mais a curva de custo marginal e a de custo médio tendem a se aproximar e a se horizontalizar sobre o ponto em que a curva de custo marginal – e não a de custo médio – cruza a curva de demanda.

Como representado abaixo, uma variação negativa da demanda mantida no longo prazo é mais custosa, na média, para o empresário do que no curto prazo, porque neste o custo médio diminui com a queda da demanda.

Porém, uma variação positiva da demanda mantida por um tempo significativo exige não exige, no longo prazo, qualquer aumento de custos, diferentemente do que acontece no no curto prazo.

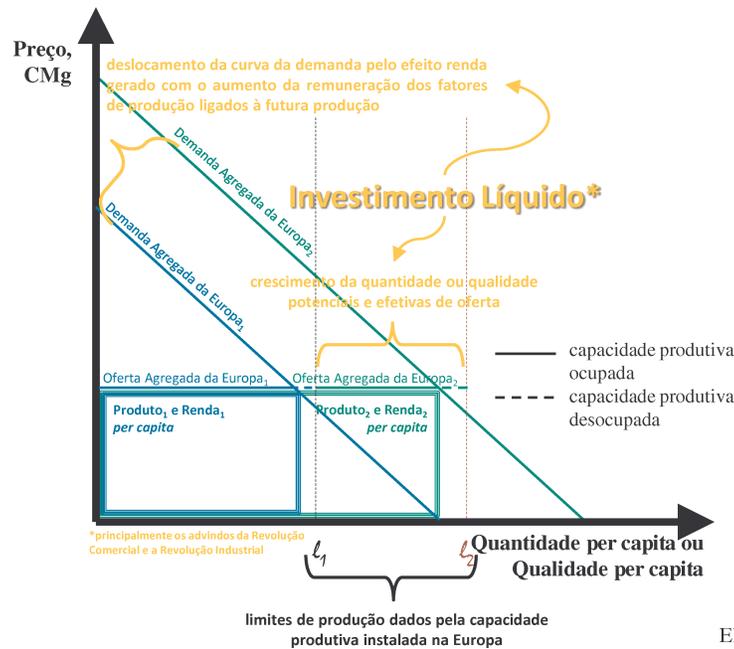
Curvas de Custo e Perspectiva Temporal



Elaboração própria.

Além da distinção de inclinação nos diferentes prazos, o importante em tudo isso para o presente estudo é lembrar que nas retas de custo marginal que traçaremos estarão sempre expressos não só os dispêndios do empresário – inclusive os custos fixos, que no longo prazo facilmente podem ser contabilizados como custos variáveis – como também a sua própria margem de lucro.

Dinâmica da Produtividade Físico-Comercial, Físico-Tecnológica e Físico-Extensiva na Economia Europeia



Nesse gráfico, são trazidas a curva da demanda agregada e curva da oferta agregada da Europa no momento respectivamente anterior e posterior à expansão da capacidade produtiva decorrente da realização de um investimento.

O desemprego está representado, mas não interessa à presente discussão.

Ademais, é importante observar que no eixo horizontal se afere não só a quantidade de bens produzidos, mas também a qualidade. Isso permite que o modelo abranja os aperfeiçoamentos técnicos de produtos. Estes elevam a qualidade dos bens produzidos e não a quantidade, sem deixar de consistir em um aumento da produção e da remuneração de fatores.

Por fim, denominamos o eixo horizontal em termos per capita, o que permite que se infira do gráfico a renda por habitante, que é a que nos interessa.

Os anos do Brasil primário-exportador eram anos de Revolução Comercial e Industrial na Europa.

Economicamente, foram elas expressas por um intenso investimento, seja na forma intangível de um melhor mapeamento das rotas de comércio, seja ainda na forma tangível do capital fixo formado, por exemplo, pela frota naval e pelos teares mecânicos.

Essas duas revoluções causaram uma intensa elevação da produtividade respectivamente comercial e tecnológica. E o crescimento da produtividade extensiva vinha, obviamente, a reboque.

Tudo isso significava um aumento tanto da oferta de bens à sociedade europeia quanto da remuneração dos seus fatores produtivos.

Por serem de natureza física essas três espécies de produtividade, tratava-se, como já sabemos, de um crescimento originário da renda per capita, ou seja, (i) fundado no aumento da quantidade/qualidade de produtos e não no preço e (ii) decorrente necessariamente de um investimento.

Destarte, a decisão de investimento na expansão do capital está no centro da macroeconomia europeia e é ela que ditava o ciclo e a tendência desse sistema econômico.

O gráfico retrata exatamente os impactos desse investimento sobre a curva da demanda e da oferta.

Os dois eventos são simultâneos. Isso ocorre porque o investimento líquido, ao mover a fronteira de produção, possibilita tanto um aumento da remuneração dos fatores produtivos quanto um aumento do produto.

Em verdade, um fenômeno é causa e consequência do outro. Tanto a nova produção gera o efeito-renda que desloca a demanda quanto o deslocamento dessa demanda permite o pagamento pelos novos bens produzidos.

A resultante é um crescimento da renda e do produto per capita, representado no gráfico pela área formada pela multiplicação do preço pela quantidade/qualidade per capita.

Esse crescimento irá se propagar às economias primário-exportadoras, uma vez que estas estão ligadas ao mercado europeu. Inevitavelmente, parte do aumento da demanda efetiva europeia advindo do efeito-renda se dirigirá aos produtos por estes exportados.

Não foi o aumento de renda gerado pela Revolução Comercial que fez crescer a demanda pelo açúcar brasileiro? E não eram as vendas das fábricas de Manchester que induziam as finanças e o comércio mundial à procura do ouro do Brasil?

Vejamos como isso se apresentava economicamente.

8.3. A Dinâmica da Economia Primário-Exportadora

A dinâmica da economia primário-exportadora é reflexa à da Europa. É nesse sentido que Furtado afirma que

“a qualificação de sistema de economia colonial que aqui damos, aplica-se àquele que não pode crescer senão por indução do crescimento de outro sistema, melhor ainda, àquele que não é capaz de criar seu próprio impulso de crescimento”¹⁹⁶.

Assim, se é o investimento que dita os ciclos e tendências da economia europeia, será a importação europeia de produtos primários brasileiros – o impulso externo – que ditará a macroeconomia brasileira.

O agregado que conforma o principal gasto autônomo da renda em cada economia é distinto. No caso europeu é o investimento, enquanto que no caso brasileiro é a exportação.

Como já sabemos, esse “impulso externo de crescimento se apresenta inicialmente, via de regra, sob a forma de elevação nos preços dos produtos exportados, a qual se transforma em maiores lucros”¹⁹⁷.

O crescimento da demanda efetiva europeia por produtos primários leva, assim, principalmente a um aumento da produtividade econômica do setor exportador brasileiro, ou seja, a uma elevação dos preços internacionais dos seus produtos.

Paralelamente ocorre também um aumento do nível de emprego dos fatores produtivos dirigidos para o setor exportador e uma maior extensão deste setor sobre a economia de subsistência.

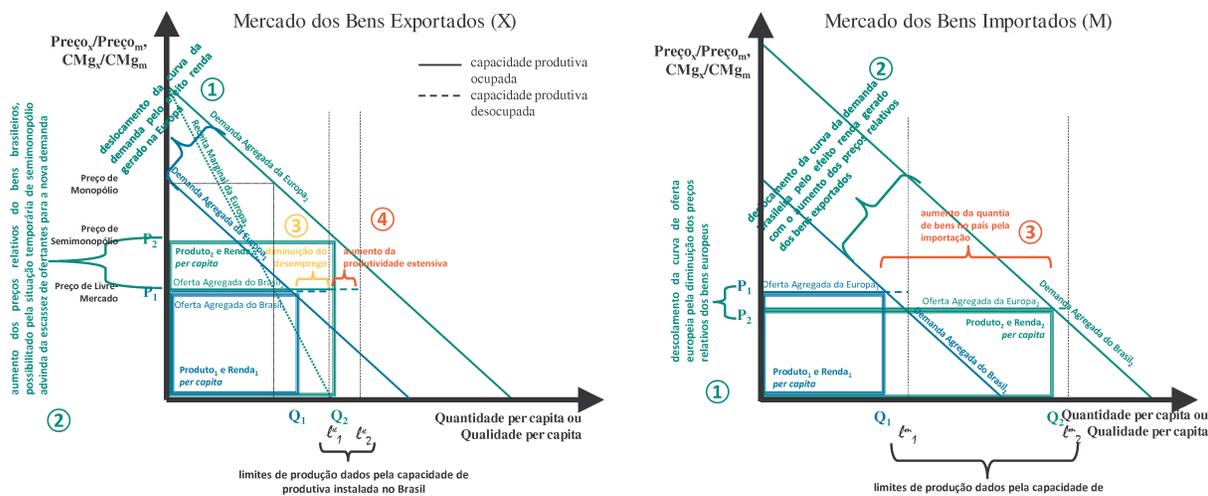
Vejamos graficamente como isso se apresenta.

¹⁹⁶ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 15.

¹⁹⁷ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 220.

Dinâmica do Emprego, da Produtividade Econômica e da Produtividade Físico-Extensiva na Economia Primário-Exportadora

Fase do Início ao Ápice



Elaboração própria.

O aumento da demanda europeia cria, temporariamente, uma situação de escassez no mercado de bens primários. Isso possibilita com que o preço de equilíbrio se situe em um ponto intermediário entre o preço de monopólio – aquele que maximiza o lucro – e o preço da livre concorrência – aquele que limita o lucro à taxa de mercado da remuneração do capital.

Note-se que o eixo vertical expressa não o preço do produto exportado simplesmente, mas sim o preço relativo do mesmo frente ao produto europeu.

O que aumenta, assim, é o preço relativo dos bens primários frente aos bens europeus. E isso expressa a inclinação dos produtores nacionais de exigir uma parte da elevação da produtividade física do sistema econômico mundial gerada na Europa.

Além disso, a fase ascendente do ciclo faz com que ocorra uma maior ocupação dos fatores ociosos e uma expansão da capacidade produtiva sobre a economia de subsistência. O desemprego de fatores diminui e eleva-se também a produtividade extensiva.

No mercado de bens importados, esses movimentos se manifestam da seguinte forma.

O custo marginal e médio dos bens europeus diminui, pela queda de seu preço relativo, deslocando a curva da oferta para baixo. Simultaneamente, a curva da demanda agregada brasileira se desloca para cima, como decorrência do crescimento de sua renda.

A resultante é um aumento da quantidade de bens importados que o sistema econômico nacional pode adquirir, decorrência de sua maior produtividade e expressão do crescimento de seu produto per capita.

Enfim, o aumento da renda brasileira gerada pela exportação e a diminuição do preço-relativo dos bens importados cria uma situação favorável para a economia. Amplia-se a quantidade desses bens aos quais a sociedade tem acesso, refletindo a expansão no consumo que decorre do aumento do valor de sua produção.

Os ciclos do pau-brasil, do açúcar, do ouro, da borracha e do café estão intimamente ligados aos reflexos que a dinâmica da Europa (e depois dos Estados Unidos) produziam por meio do comércio internacional.

Entre um ciclo e outro, os bens exportados são alterados de acordo com a vantagem comparativa – é dizer, a produtividade físico-comercial – que eles apresentam no comércio internacional.

Afinal, é o comércio que permite que uma sociedade se beneficie “se não somente de seu aumento de produtividade, mas também daquele que obtenham as outras comunidades integradas no mesmo sistema de comércio”¹⁹⁸.

Mas, diferentemente da dinâmica europeia, a dinâmica reflexa que vivencia o Brasil não é contínua, isto é, não apresenta uma tendência firme de crescimento.

Isso se dá pela natureza de commodity do bem em que ela está baseada, cujo mercado é de fácil ingresso tanto por produtores nacionais quanto internacionais.

Em razão dessa facilidade– ou, no caso do ouro, do esgotamento do recurso – a dinâmica primário-exportadora tende a se apresentar como um grande ciclo.

Não estou me referido a ciclos keynesianos – ou seja, aos causados pela flutuação no gasto autônomo –, que também existem, mas sim aos ciclos do pau-brasil, do açúcar, do ouro, da borracha e do café.

Na produção do açúcar, por exemplo, persistiu uma situação de quase monopólio¹⁹⁹ até a concorrência holandesa nas Antilhas. E foi a baixa do preço causada pelo surgimento de um novo produtor no mercado que fez encerrar seu ciclo.

Há, portanto, em todo ciclo primário-exportador uma imanente tendência à queda de preço. Furtado subscreve isso na seguinte passagem:

¹⁹⁸ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 29.

¹⁹⁹ Celso FURTADO. Desarticulação do sistema. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 44.

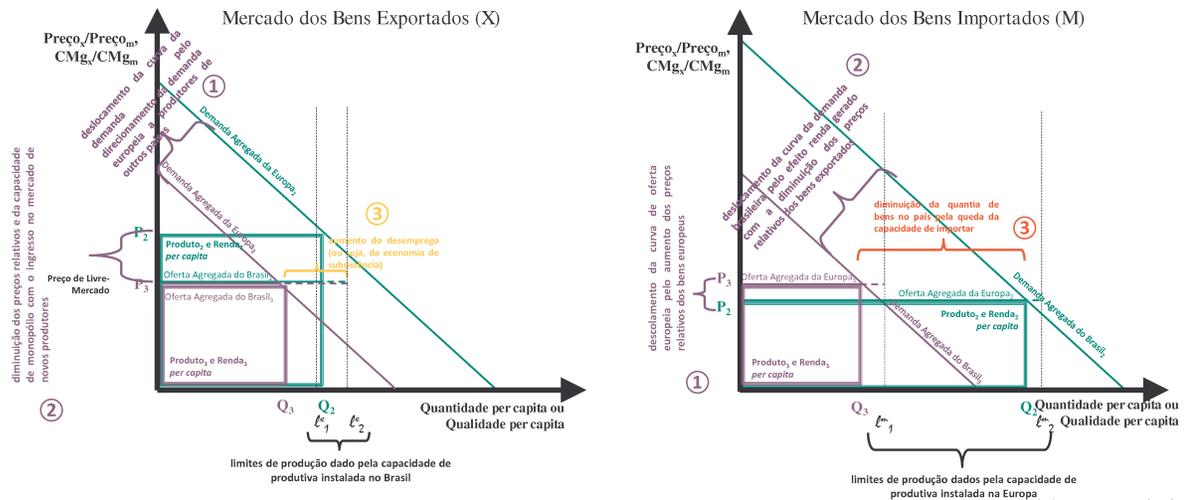
“O equilíbrio entre oferta e procura dos produtos coloniais obtinha-se, do lado desta última, quando se atingia a saturação do mercado, e do lado da oferta quando se ocupavam todos os fatores de produção – mão-de-obra e terras – disponíveis para produzir o artigo em questão. Em tais condições era inevitável que os produtos coloniais apresentassem uma tendência, a longo prazo, à baixa de seus preços”²⁰⁰.

A não ser que ocorra alguma cartelização no mercado, o produto primário irá tender a ser vendido pelo seu custo marginal – o que não ocorre com produtos da fronteira tecnológica. E, por isso, após um ápice nos preços devido a um aumento de demanda, a entrada de novos produtores no Brasil e em outros países irá fazer com que o preço de mercado da commodity comece a cair.

Vejamos como se dá essa dinâmica.

Dinâmica do Emprego, da Produtividade Econômica e da Produtividade Físico-Extensiva na Economia Primário Exportadora

Fase do Ápice ao Final



O surgimento de novos produtores faz com que parte da demanda europeia se dirija a eles, diminuindo a quantidade demandada do Brasil.

A oferta nacional tende a retornar ao ponto em que o preço se equilibra com o custo marginal. O preço-relativo do produto exportado cai, a capacidade produtiva criada fica desocupada, ampliando o setor de subsistência, e a renda e o produto decrescem.

Há, assim, um aumento da desocupação dos fatores no setor externo ao mesmo tempo em que ocorre uma diminuição dos preços relativos.

²⁰⁰ Celso FURTADO. A crise da economia cafeeira. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 258.

Isso se espelha no mercado de bens importados pelo aumento do preço dos mesmos e diminuição da quantidade à que a sociedade pode ter acesso, decorrência da perda de poder de compra nacional.

Nos dois gráficos se expressa, assim, uma redução da renda e do produto nacional.

Furtado sintetiza isso na seguinte parte:

“Ao debilitar-se o estímulo externo, todo o sistema se contrai em um processo de atrofiamento. As reações ocorridas na etapa de contração não são suficientes, entretanto, para engendrar transformações estruturais cumulativas em sentido inverso. Se se prolonga a contração da procura externa, tem início um processo de desagregação e a consequente reversão a formas de economia de subsistência”²⁰¹.

À economia colonial fica o desafio de conseguir manter altos os preços relativos dos produtos exportados frente à ameaça de entrada de outros produtores, inclusive nacionais, ou de esgotamento rápido do produto exportado.

O primeiro caso foi o que levou ao seu fim o ciclo do açúcar e da borracha e o segundo foi o que exauriu ciclo do pau-brasil e do ouro.

Uma exceção foi a economia cafeeira.

Diferentemente das demais, a economia do café conseguiu desenhar uma política sofisticada que permitiu manter, por um bom tempo, os países nessa situação de preço acima do custo marginal, favorecendo o crescimento de sua renda per capita.

Furtado introduz esse tema na seguinte passagem:

“A elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, que caracterizavam os países produtores de café, constituíam clara indicação de que os preços desse artigo tenderiam baixar a longo prazo, sob a ação persistente das inversões em estradas de ferro, portos e meios de transporte marítimo que se iam avolumando no último quartel do século passado.

²⁰¹ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 324. É curioso também reparar como esse é percebido pela sociedade. De acordo com a sociologia, vê-se isso da seguinte forma: “Já ao primeiro contato das novas terras descobertas tiveram os navegantes de Castela a clara revelação de um mundo de milagres e portentos, em que não menos se saciava uma desmesurada cobiça do que uma piedade intransigente e zelosa. Mas o que naquele primeiro momento podia parecer desvario ou fábula, o tempo, a seu modo se incumbira de transformar em realidade tangível: magnífica realidade, e quase sobrenatural, pois que assim deveriam parecer aqueles infindáveis tesouros que abarrotavam tantos e tantos galeões e nunca se esgotavam. E que, segundo o profetizara Colombo, servia assim à ambição dos conquistadores como à devoção dos príncipes, armando a estes últimos para a luta contra o infiel e o herege. (...)”

Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios a procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República” (Sérgio Buarque de HOLANDA. Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 8. ed. [1. ed., 1959], Brasiliense: Publifolha, 2000, p. 120 e 403).

(...) Ocorreu, entretanto, que a grande expansão da cultura cafeeira, do final do século XIX, teve lugar praticamente dentro das fronteiras de um só país²⁰².

8.4. O Café

O ciclo do café veio em um país com algumas características novas que contrastam com as existentes nos ciclos anteriores. Evidenciaremos todas elas aqui.

O semimonopólio e sua política econômica

A primeira delas é a manutenção do preço de exportação a níveis de semimonopólio por um longo período.

O Brasil chegou a controlar 77,8% da oferta da produção de café no mundo²⁰³. E a consciência desse semimonopólio pelos os que, agora com a independência da metrópole, podiam traçar a política econômica do país fez com que se criasse um engenhoso mecanismo de controle da quantidade desse produto oferecida no mercado internacional.

Como Furtado diz, “essa circunstância é que possibilitou a manipulação da oferta mundial de café, a qual iria emprestar um comportamento todo especial à evolução dos preços desse artigo”²⁰⁴.

Furtado vê na origem Convênio de Taubaté uma reação do sistema econômico às quedas conjunturais de preço pelas flutuações cíclicas da Europa e das safras.

Efetivamente deve ter sido isso que motivou o início da política de estocagem. Mas creio que a chamada política de valorização do café, mesmo que inconscientemente, deve ter assumido uma dimensão maior que essa, dirigida não só a estabilizar o ciclo das commodities como também à já referida tendência de queda de seu preço de equilíbrio.

Conjecturo que se buscava não apenas absorver as quantidades produzidas quando houvesse alguma perturbação momentâneas na demanda, como também evitar que, no longo prazo, o crescimento da oferta fizesse com que o preço do produto vendido caminhasse para um equilíbrio com o custo marginal.

²⁰² Celso FURTADO. A crise da economia cafeeira. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 252.

²⁰³ BNDE-CEPAL. O problema do café. Econômica brasileira, vol. 2, n. 2, p. 69-92, abr.-jun. de 1956, p. 91.

²⁰⁴ Celso FURTADO. A crise da economia cafeeira. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 252.

E acho que Furtado não negaria isso, afinal, mesmo se referindo a problemas cíclicos e não de tendência, ele destaca que, com a retirada do mercado e destruição de parte do café colhido, obtinha-se “o equilíbrio entre a oferta e a procura em nível mais elevado de preços”²⁰⁵.

No mesmo sentido, a CEPAL reporta o seguinte:

“Later, by different measures and new credits obtained in England, the policy of defense and price support was continued, and it was possible to maintain these at satisfactory levels, which never dropped to a point where they endangered the economy of the coffee producers.

The policy of ‘valorization’ managed to keep prices at remunerative levels (...)”²⁰⁶.

Enfim, ênfase na política do café os efeitos que ela teria tido não só sobre o ciclo, mas também sobre a tendência da economia. E levanto a hipótese de que ela buscava controlar a quantidade para que os produtores afeissem um lucro de semimonopólio.

É esse lucro extra que tornaria economicamente viável a manutenção de estoques por longo tempo, com seus evidentes custos envolvidos, e faria inclusive a queima de café valer a pena.

A perda de renda pela destruição de parte da produção só faz sentido econômico se o restante dela for vendido a um preço maior que o que seria obtido com a comercialização da parte destruída e que essa diferença de preço seja suficiente para que se gere mais renda do que perca.

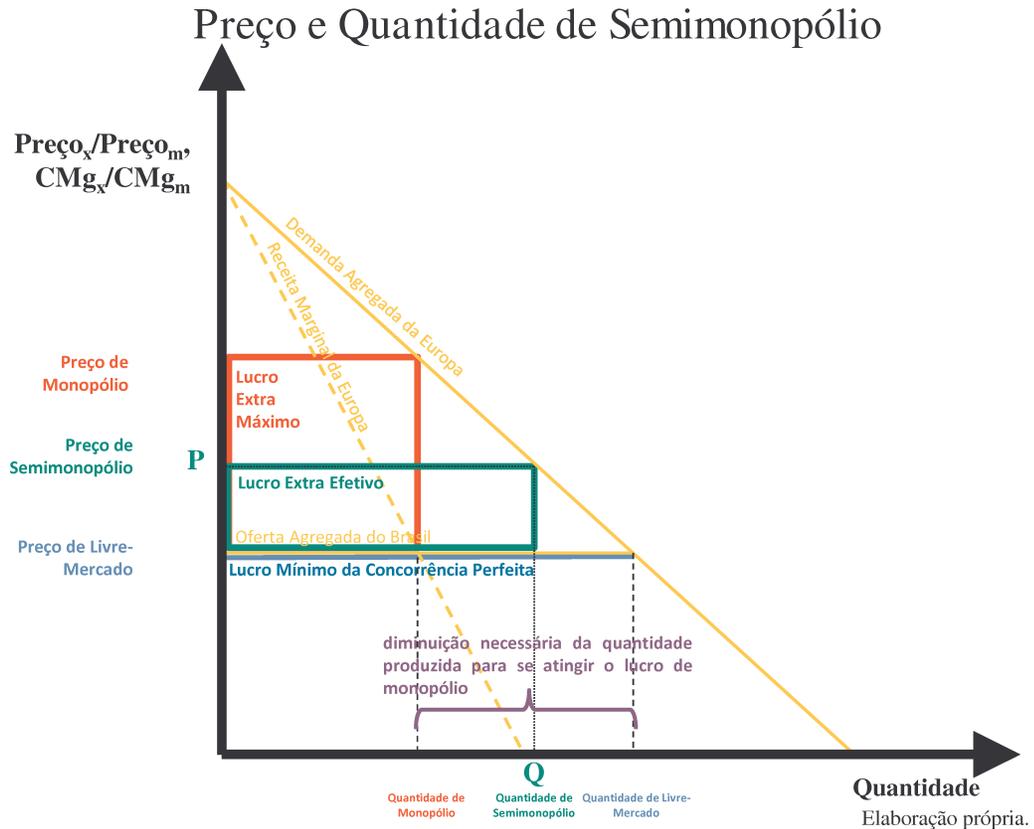
No plano cartesiano abaixo, mostramos o conhecido ponto de equilíbrio de monopólio descoberto por Robinson²⁰⁷, aquele no qual se maximiza o lucro. E contrastamos ele com o ponto de equilíbrio da concorrência perfeita, no qual o lucro é apenas aquele dado pela remuneração a valores de mercado do fator capital e já embutido no custo de produção.

²⁰⁵ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 267.

²⁰⁶ CEPAL. Economic survey of Latin America: agricultural development in Brazil. Santiago do Chile: ONU, 1949, p. 38.

²⁰⁷ Joan ROBINSON. The economics of imperfect competition. cit., p. 55.

Café



A política do café deve ter conseguido manejar a quantidade desse produto ofertada no mercado externo a um ponto intermediário entre aquele que levaria o preço ao seu patamar de lucro mínimo e ao outro que faria com que o preço atingisse a cifra suficiente para o lucro máximo.

Dessa forma, sendo CMg o custo marginal em dada quantidade, p o preço de mercado do café e $\varepsilon(q)$ a elasticidade-preço da demanda no ponto de equilíbrio do monopólio, o preço atingido no semimonopólio se manifestava da seguinte forma:

$$CMg \leq p \leq \frac{\varepsilon(q)}{1 + \varepsilon(q)} CMg^{208},$$

Trata-se, como se sabe, de um preço entre o preço de equilíbrio na concorrência perfeita e o de equilíbrio no monopólio.

²⁰⁸ Nota-se, que a concorrência perfeita é um caso limite do monopólio, caracterizado por uma elasticidade-preço da demanda infinita em relação a cada firma individual, mesmo que assim não o seja em relação ao produto em si oferecido por essas firmas como um todo no mercado. Nessa situação, a receita total é igual ao custo total, restando ao empresário uma curva de custo marginal constante na qual o lucro existe apenas enquanto margem pela remuneração do fator capital.

Agora, o que é interessante dessa expressão é ver o quanto a inelasticidade-preço da demanda por café como um todo incentiva esse controle de quantidade pelos lucros bem maiores que ela permite.

Para entendermos isso, precisamos tratar um pouco da função da elasticidade-preço.

A elasticidade-preço da demanda quando o lucro é máximo (RMg=CMg) – ou seja, no ponto de equilíbrio do monopólio – assumirá, como é possível provar²⁰⁹, necessariamente um módulo maior que 1.

Isso não quer dizer que a demanda como um todo seja elástica. A elasticidade varia ao longo da demanda e o fato de a função elasticidade-preço sempre dar um valor em módulo maior que 1 quando o lucro é máximo é apenas uma condição matemática e nada diz sobre a inclinação da curva da demanda.

Vamos entender isso com um exemplo algébrico. Suponhamos as seguintes funções:

$$\text{Receita Total} = RT(q) = aq^2 + bq$$

$$\text{Receita Média} = \text{Demanda} = RMe(q) = p(q) = aq + b$$

$$\text{Receita Marginal} = RMg(q) = 2aq + b$$

$$\text{Custo Marginal} = CMg = c$$

Sabemos que o ponto de equilíbrio do monopólio se dá quando a quantidade produzida atinge um valor de forma que

$$CMg = RMg$$

Fazendo-se as devidas substituições, chegamos a

$$c = 2aq + b$$

$$q = \frac{c - b}{2a}$$

A partir da função da demanda, temos também que

$$q(p) = \frac{1}{a}p - \frac{b}{a}$$

$$q'(p) = \frac{1}{a}$$

A função elasticidade-preço é dada por

$$\text{Elasticidade} = \varepsilon(q) = q'(p) \frac{p}{q}$$

²⁰⁹ Joan ROBINSON. The economics of imperfect competition. cit., p. 34-6 e 51-5. Nessa última página, prova-se ainda que o preço do monopólio será igual ao custo marginal no ponto de equilíbrio mais metade da diferença entre o intercepto da demanda no eixo y e o custo marginal.

Então teremos que a elasticidade no ponto de equilíbrio do monopólio será dada por

$$\varepsilon(q) = \frac{1}{a} \frac{a \frac{c-b}{2a} + b}{\frac{c-b}{2a}} = \frac{c+b}{c-b}$$

A partir da álgebra que desenvolvemos podemos já chegar a uma conclusão.

Só fará sentido a existência desse mercado se o coeficiente linear da curva da demanda for maior que a constante assumida pela curva de custo marginal. Portanto, há aqui uma condição de existência econômica que é

$$\varepsilon(q) < -1 \text{ ou } |\varepsilon(q)| > 1$$

Mas nossas deduções não param por aqui. Façamos com que toda a curva da demanda fique cada vez mais inelástica²¹⁰. Isso quer dizer graficamente que ela tenderá a uma reta horizontal e economicamente que mesmo variações grandes de preço implicaram pouca diminuição na quantidade demandada.

É a essa inelasticidade da demanda internacional por café que Furtado se refere quando diz o seguinte:

“Durante os anos de depressão, os preços pagos pelo consumidor chegaram a baixar cerca de quarenta por cento, sem que o consumo apresentasse qualquer modificação significativa”²¹¹.

A inelasticidade da demanda por café também se observa a partir de dados do volume e do valor unitário do café importado da América Latina pelos Estados Unidos reunidos pela CEPAL²¹².

Apurando-se a correlação entre esses dois dados de 1899 a 1939 chega-se ao valor de apenas -0,113, ou seja, o volume pouco varia com a queda de preço.

Com base em outros dados desse estudo²¹³, pode-se também comparar a dispersão do preço médio do café pago no varejo dos Estados Unidos com a dispersão do volume de importação líquida per capita desse produto entre 1926 e 1939.

²¹⁰ Empiricamente, uma elasticidade que pode ser atribuída à curva da demanda como um todo é obtida modelando-se os dados da relação preço/quantidade por meio de uma função isoelástica, que é dada por $p(q)=kq^e$, onde k é uma constante. Uma aproximação a isso se obtém por uma função log-log de primeiro grau ou, simplesmente, por um índice de correlação.

²¹¹ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 268. Cf., no mesmo sentido, CEPAL. Economic survey of Latin America: agricultural development in Brazil. Santiago: ONU, 1949, p. 37.

²¹² CEPAL. Capacidad de los Estados Unidos para absorber los productos latinoamericanos. Cidade do México: ONU, 1951, p. 42.

Nesse caso, teremos um coeficiente de variação de 30,68% para o preço para outro de apenas 8,47% para a quantidade durante o mesmo período.

Como vimos, o limite máximo a que o crescimento da inelasticidade da demanda pode chegar no ponto de maximização do lucro é algo antes de -1. Em nossas equações, isso é atingido levando-se o intercepto da reta no eixo y ao infinito, como pode-se observar a seguir:

$$\lim_{b \rightarrow \infty} \varepsilon(q) = \lim_{b \rightarrow \infty} \frac{c + b}{c - b} = -1$$

Isso significa que se se eleva o coeficiente linear da curva da demanda, tornando cada vez mais íngreme sua inclinação, a elasticidade do ponto de equilíbrio no monopólio tende a -1.

Nesse caso, o índice de Lerner, usado para apurar o poder de mercado de uma firma, tenderia, como esperado, a seu valor máximo.

Estudando-se a curva de elasticidade é possível verificar que a tendência caminha para esse valor unitário a partir de números mais negativos, ou seja, a partir de $\varepsilon(q) < -1$.

Vejamos, agora, como essa tendência afeta o preço no monopólio (p_m). Considerando-se a situação em que o lucro é maximizado, chega-se a conclusão de que, nesse caso, o preço é dado por

$$p_m = \frac{\varepsilon(q)}{1 + \varepsilon(q)} CMg$$

Calculando-se o limite do preço no monopólio ao tender a demanda à inelasticidade chegamos por fim, a que

$$\lim_{\varepsilon(q) \rightarrow -1^-} p_m = \infty$$

Assim, no limite da inelasticidade da curva da demanda como um todo, temos $\varepsilon(q)$ no ponto de equilíbrio do monopólio sendo dado por $\varepsilon(q) < -1$ e $\varepsilon(q) \rightarrow -1^-$, o que faz com que o preço do monopólio tenda ao infinito.

E isso, obviamente, eleva de forma significativa o incentivo para afastar do mercado a quantia que seria absorvível a preço de concorrência perfeita.

No caso de uma demanda linear, há de se retirar metade da produção do mercado para se atingir o preço de monopólio. O esforço econômico é grande, mas conseguimos demonstrar a existência de também grande incentivo para que se adotasse uma política tendesse a isso.

²¹³ CEPAL. Capacidad de los Estados Unidos para absorber los productos latinoamericanos. cit., p. 44.

A restrição na quantidade prometia altíssimos lucros, o que significava macroeconomicamente uma grande absorção, via produtividade econômica, da produtividade física gerada na Europa.

De fato, é provável que nunca se tenha conseguido atingir os quantitativos que permitissem que a classe cafeicultura auferisse um lucro máximo. Por outro lado, o café também não foi ofertado em uma quantidade que, embora fosse plenamente absorvível pelos mercados americanos e europeus, o fosse a preço de livre-concorrência.

As quantias eram efetivamente represadas para garantir lucros elevados, como destaca Furtado afirmando o seguinte:

“A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores (...)”²¹⁴.

Isso não é de surpreender. Como dito, somente os lucros extraordinários que se obtém a esse preço de semimonopólio seriam capazes de tornar economicamente viável os custos da estocagem de parte da produção e, depois, de queima desta.

Essa política deve ter sido a grande responsável pelo aumento da renda nacional durante o ciclo do café.

Como vimos, havia em todo ciclo primário-exportador uma tendência imanente à queda do preço. E isso pode ser evitado na economia do café justamente pela política de controle de quantidade custeada com a receita de semimonopólio aferida por meio desta.

Mas essa política também fez com que a capacidade produtiva de café se ampliasse muito mais do que o mercado poderia absorver.

A tendência à expansão das plantações no Brasil e em outros países, contraponto do represamento da tendência à queda do preço, era um problema sério que essa política criava.

E, embora ela fosse também usada para conter as flutuações de preços nos ciclos conjunturais do centro importador, a crise de 1929 será forte e prolongada demais para a economia cafeeira.

Isso deve explicar em parte o grande crescimento per capita que Furtado calcula para a economia brasileira durante o ciclo do café, superior na segunda metade do século XIX inclusive ao crescimento dos Estados Unidos²¹⁵.

²¹⁴ Celso FURTADO. A crise da economia cafeeira. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 256.

E essa fonte de receita em elevada certamente incentivou a expansão do cultivo desse produto, estendendo-se sobre vasta região que antes vegetava na economia de subsistência.

No entanto, como sabemos, será essa exatamente expansão incentivada pelos lucros elevados de semimonopólio que tornará inviável a sustentação da política de restrição da oferta quando uma queda grande nos preços vier com a crise de 1929.

O ingresso de novos produtores que essa política provocava fazia ruir as próprias bases que a suportavam.

Mas deixemos o fim da economia do café para depois.

O crescimento da renda absoluta da mão-de-obra

Destaquemos, por enquanto, apenas uma consequência relevantíssima do crescimento extensivo do setor cafeeiro que conformará a segunda característica singular dessa economia: com ele crescia também a parcela relativa da população que se tornava assalariada.

A abolição da escravidão, na original interpretação de Furtado, provocou uma distribuição de renda na região Sudeste em favor da população que se tornaria a classe assalariada.

Lembremos a explicação apresentada pelo autor:

“A abolição da escravatura, à semelhança de uma ‘reforma agrária’, não constitui per se nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. A aparente complexidade desse problema deriva de que a propriedade da força de trabalho, ao passar do senhor de escravos para o indivíduo, deixa de ser um ativo que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade.

(...) Com efeito, somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados.

(...) Na região nordestina as terras de utilização agrícola mais fácil já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade à época da abolição. (...) Não foi difícil, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo. Se bem não existam estudos específicos sobre a matéria, seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos antigos escravos se hajam modificado sensivelmente após a abolição, sendo pouco provável que esta última haja provocado uma redistribuição de renda de real significação.

(...) Na região cafeeira, as consequências da abolição foram diversas. (...) A situação favorável, do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados. Com efeito, tudo

²¹⁵ Celso FURTADO. Nível de renda e ritmo de crescimento na segunda metade do século XIX. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 215.

indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição da renda em favor da mão-de-obra”²¹⁶.

Mesmo onde o assalariamento não implicou em um aumento da distribuição da renda, ele ao menos permitiu uma monetarização desta, o que já faz com que sua demanda de subsistência, por produtos têxteis, por exemplo, se integre ao fluxo econômico.

É verdade que o ainda excedente estoque de mão-de-obra disponível não permitia que a participação na renda dos assalariados aumentasse com o aumento do preço das exportações. De qualquer forma, a renda monetária per capita aferida pela classe assalariada, mesmo que permanecesse constante, ainda era superior ao nível de subsistência.

Como afirma Furtado,

“o setor cafeeiro pôde, na verdade, manter seu salário real praticamente estável durante a longa etapa de sua expansão. Bastou que esse salário fosse, em termos absolutos, mais elevado que aqueles pagos nos demais setores da economia, e que a produção se expandisse, para que a força de trabalho se deslocasse.

(...) A estabilidade do salário real médio no setor exportador não significava, entretanto, que o mesmo ocorresse no conjunto da economia. Com a absorção de mão-de-obra pelo setor exportador, a importância relativa desse centro da economia ia crescendo. (...) Destarte, o fato de que o crescimento do setor exportador fosse extensivo não impedia que o salário médio do conjunto da economia se elevasse”²¹⁷.

Por isso, enquanto o aumento de produtividade econômica era exclusivamente retido pelo o cafeicultor, a elevação da produtividade extensiva era capturada por ambas as classes.

Isso significa que, embora não se aumentasse em relação aos lucros do empresário, a renda da classe assalariada elevava-se em termos absolutos com a expansão da agricultura cafeeira sobre as regiões de subsistência. Ainda que a um nível salarial constante, isso permitia que a renda monetária aferida pela mão-de-obra adquirisse importância na economia.

Essa classe tem, em razão de sua baixa renda, uma propensão menor a importar e uma maior a consumir²¹⁸. E isso fez com que, em paralelo ao avanço da lavoura cafeeira, adviesse uma pequena economia de mercado interno, desimportante do ponto de vista relativo, mas relevante como capital inicial de uma futura industrialização.

²¹⁶ Celso FURTADO. O problema da mão-de-obra. IV. Eliminação do trabalho escravo. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 199, 201-3.

²¹⁷ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 220-1.

²¹⁸ Celso FURTADO. O fluxo de renda na economia de trabalho assalariado. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 219.

A renda dos assalariados fluía na forma de demanda por bens nacionais e uma classe urbana cuidava de instalar uma incipiente capacidade produtiva para atendê-la. Isso é evidente no caso do setor têxtil e Furtado chega inclusive a chamar esse acontecimento de primeira industrialização, a induzida pela expansão de exportações de produtos primários.

Cito as passagens em que isso ocorre:

“A análise do desenvolvimento industrial nessa primeira fase é elucidativa das causas do ritmo extremamente lento do crescimento econômico do país até a grande depressão. Essa análise pode ser realizada com facilidade através da evolução da indústria têxtil, primeiro grupo a desenvolver-se e que tem ocupado maior número de operários. (...)”

Esse grupo industrial foi, de todos modos, a primeira atividade econômica de grande vulto desenvolvida no Brasil em função do mercado interno²¹⁹.

“Observando de uma perspectiva histórica o processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, constata-se que ela se realizou, inicialmente, induzida pelo crescimento e diversificação da procura global, isto é, como subproduto de um desenvolvimento provocado pelo crescimento de exportações primárias. (...)”

A industrialização induzida pelo crescimento da procura global não resulta diretamente do aumento das exportações. É necessário que o fluxo de renda gerado por esse aumento permaneça no país e dê origem a certo tipo de procura de bens manufaturados. (...)”

Para os países da América Latina de maiores dimensões, essa primeira fase de industrialização encerrou-se com o decênio dos vinte deste século. (...)”

Na Argentina, onde se reuniam condições muito favoráveis – elevado grau de urbanização, população relativamente grande, mais alto nível de renda per capita, riqueza de recursos naturais, mão-de-obra qualificada emigrada da Europa – a industrialização induzida pela expansão de exportações de produtos primários atingiu importância considerável. Nesse país o coeficiente de importações alcançou, em 1929, 17,8 por cento, enquanto no México foi de 14,2 e no Brasil de 11,3 por cento. Assim, dos três países onde se conjugavam as maiores vantagens de dimensão de mercado e abundância de recursos naturais observa-se mais intenso desenvolvimento industrial ali onde fora maior o crescimento das exportações²²⁰.

Em todo o caso, a indústria instalada nessa primeira fase é de significância macroeconômica mínima. Não deixava, contudo, de ser um estoque de capital e de conhecimento técnico que poderia ser chamado a se expandir no futuro.

Do ponto de vista do fluxo da renda, o que se destaca com crescimento dessa classe assalariada é o aumento do valor do multiplicador. Os parâmetros distintos de importação e de consumo desse setor de menor renda faziam com que o efeito multiplicador se apresentasse na economia de forma mais intensa.

²¹⁹ Celso FURTADO. Características gerais da economia brasileira. cit. p. 14-5.

²²⁰ Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 248-50.

Criava-se, desse modo, um fluxo interno da renda monetária.

A tendência ao desequilíbrio externo

A existência do efeito multiplicador será a chave para ele explicar a tendência ao desequilíbrio externo que a economia do café vivenciava. E esta é a terceira característica desse ciclo primário-exportador que merece atenção.

Leiamos as seguintes passagens:

“O mais importante a considerar, entretanto, é o seguinte: no momento em que deflagrava uma crise nos centros industriais, os preços dos produtos primários caíram bruscamente, reduzindo-se de imediato a entrada de dívidas no país de economia dependente. Enquanto isso, o efeito dos aumentos anteriores do valor e do volume das exportações continuava a propagar-se lentamente. Existia portanto uma etapa intermediária em que a procura de importações continuava crescendo, se bem que a oferta de divisas já se houvesse reduzido drasticamente.

(...) O ciclo na economia industrializada está ligado às flutuações no volume das inversões. A crise se caracteriza por uma contração brusca dessas inversões, contração essa que reduz automaticamente a procura global e desencadeia uma série de reações que têm por efeito ir reduzindo cada vez mais essa procura (...).”

“A crise econômica, do ponto de vista de um centro industrial, apresentava-se como uma parada mais ou menos regular numa marcha firme para frente

(...) Na economia dependente, exportadora de produtos primários, a crise se apresentava como um cataclismo, imposto de fora para dentro”.

“Nas economias dependentes, a crise se apresentava de forma totalmente distinta, tendo início com uma queda no valor das exportações, em razão de uma redução seja no valor unitário dos produtos exportados, seja nesse valor e no volume total das exportações. É necessário que passe algum tempo para que a contração do valor das exportações exerça seu pleno efeito sobre a procura de importações, sendo portanto de esperar que se crie um desequilíbrio inicial na balança de pagamentos. Por outro lado, a queda dos preços das mercadorias importadas (produtos manufaturados) se faz mais lentamente e com menor intensidade que a dos produtos primários exportados, isto é, tem início uma piora na relação de preços de intercâmbio”²²¹.

A explicação de Furtado para o desequilíbrio entre a entrada e a saída de divisas com uma crise externa é engenhosa e merece uma análise detida.

Primeiramente, ele observa que as crises nos países primário-exportadores são diferentes das vivenciadas à época pela economia europeia.

Nessas a crise simplesmente significava uma redução brusca do investimento, provocando uma parada de toda a economia. Isso gerava maiores desequilíbrios externos, porque tanto a

²²¹ Celso FURTADO. A tendência ao desequilíbrio externo. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 226-9 e 239.

exportação entre os países europeus quanto a importação desses se reduziam com a queda da inversão que era, de certa forma, simultânea em todos os setores da economia.

Na economia brasileira, a origem da crise era outra. Ela adivinha da queda de preço dos produtos exportados. Isso afetava inicialmente o setor exportador, aquele que obtém divisas e, só depois, viria a restringir as receitas dos setores cujas rendas decorriam desse.

Se setores internos como esses fossem inexistentes, como ocorreria numa economia que importasse tudo que consumisse – é dizer, que tivesse um multiplicador unitário – não haveria qualquer desequilíbrio externo. Esse problema irá surgir apenas na macroeconomia cafeeira exatamente em razão da novidade que era a existência desse multiplicador.

Como vemos,

“quando existiu em forma pura [a economia exportadora escravista], esta desconheceu por natureza qualquer forma de desequilíbrio externo. Sendo a procura monetária igual às exportações, é evidente que toda ela poderia transformar-se em importações sem que por essa razão surgisse qualquer desequilíbrio. É quando a procura monetária tende a crescer mais que as exportações que começa a surgir a possibilidade de desequilíbrio. Esse desajustamento está intimamente ligado ao regime de trabalho assalariado, como é fácil perceber”²²².

O que Furtado nos desafia a perceber é que o efeito multiplicador não ocorre de imediato. A partir de um impulso externo, a multiplicação da renda se propaga por várias trocas, feito uma onda na economia nacional.

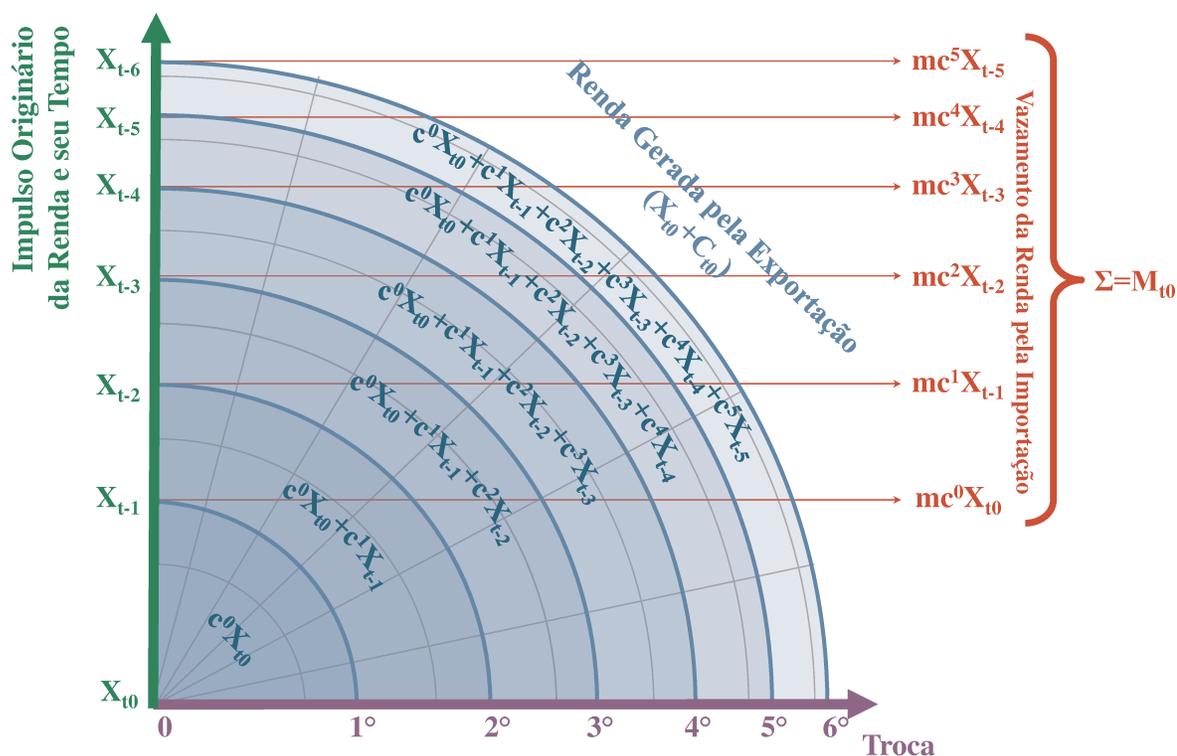
Se forem fotografadas as ondas provadas por um movimento em uma superfície d’água, ver-se-á que, em um mesmo instante, há propagações de impulsos provocados em diferentes tempos.

Algumas ondas são advindas de movimentos provocados no presente, as mais próximas do epicentro, enquanto outras tiveram sua origem agitações da água provocadas no passado, as mais distantes.

O instante é o mesmo, mas um espectro temporal entre o passado e o presente se vê manifesto. Com o fluxo da renda não é diferente. Isso é o representamos no esquema abaixo:

²²² Celso FURTADO. A tendência ao desequilíbrio externo. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 226.

Propagação da Renda Decorrente do Impulso Externo



O que se mostra com esse retrato do fluxo de propagação da renda em um suposto momento (t_0) é que sistema econômico também opera com diferentes tempos e que tanto o passado quanto o presente compõem os agregados atuais. O efeito multiplicador ocorre por meio das trocas e essas não se dão de forma instantânea.

Uma receita que está surgindo só agora para uma pessoa na cadeia de trocas pode ter advindo de um impulso originário de um passado razoavelmente distante.

Se em um mesmo momento várias grandezas de gasto autônomo convivem na economia e mesmo que a propensão marginal a importar se mantenha, elas refletem então distintas demandas por importação.

Com base nesse gráfico, podemos ver que parte da demanda por bens importados advém de uma renda originária de um t menor que t_0 , muito embora essa demanda venha a constituir o M de t_0 .

Isso implica que, quando, em uma economia primário-exportadora se manifesta a crise pela queda brusca dos preços dos bens vendidos no exterior, o fluxo de divisas que entrarão no

país será incompatível com o que setores mais distantes do exportador está demandando para realizar as suas importações.

E assim apresenta-se nessas economias um desequilíbrio externo.

8.5. A Crise de 1929 e os Mecanismos de Defesa do Sistema Econômico

A gravidade da crise de 1929 para a economia brasileira pode ser aferida pela queda do preço do café no mercado internacional.

A libra desse produto, que valia US\$ 0,2044 em 1929, despencou para US\$ 0,1307 no ano seguinte e segue em queda atingindo o preço de US\$ 0,0692 em 1939²²³.

E, sendo o agregado da exportação formado na equação macroeconômica pelo produto do câmbio vezes o preço internacional vezes a quantidade, pode-se dimensionar o impacto que essa queda de preço tem no componente originário da renda na economia primário-exportadora.

Não é por menos que Furtado, ao tratar desse assunto, muitas vezes se refere ao efeito multiplicador do desemprego²²⁴.

Como vimos, uma queda brusca das exportações não será de imediato contrabalanceada por uma queda das importações. Por um período a economia vivenciará uma situação de desequilíbrio externo caracterizada menos pela diferença entre esses agregados e mais pela oferta de divisas menor que a demanda pelas mesmas.

A forma como a economia cafeeira reagiu a essa crise e ao seu conseqüente desequilíbrio externo é o que forçará o deslocamento do centro dinâmico. Para entendermos isso, vejamos os possíveis cenários que poderiam ter se apresentado historicamente.

Furtado faz isso no capítulo 31 de seu livro²²⁵, mas vamos estruturar de outra forma o modelo que será posto em diferentes situações de reação à crise.

Com esse modelo, creio que serão mais elucidativas as distinções que ele pretende enfatizar quanto (i) ao regime cambial e (ii) à política do café.

²²³ CEPAL. Capacidad de los Estados Unidos para absorber los productos latinoamericanos. cit., p. 42.

²²⁴ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 123; Celso FURTADO. Uma economia dependente. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956, p. 53; Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 268-9.

²²⁵ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 270-2.

Em uma modelagem simples, o produto na economia primário-exportadora escravagista era, como já tratamos, inteiramente dado pelas exportações (X), cuja receita, por sua vez, era toda consumido (C) por meio de importações (M).

Assim,

$$PIB = C + X - M$$

e

$$X = C = M$$

, portanto,

$$PIB = X$$

Nessa economia, era indiferente se se operasse com câmbio fixo ou flutuante. A queda do preço dos bens exportados significaria indistintamente uma diminuição do afluxo de renda exterior para o país, reduzindo a capacidade de importação, conseqüentemente também a de consumo e, com isso, o PIB.

Não havia desequilíbrio e, portanto, motivo para variar o câmbio, já que não havia efeito multiplicador.

O produto na economia cafeeira era um pouco diferente. Conseguiremos entender essa diferença ao partirmos de uma equação que possibilite a existência desse efeito multiplicador, como a seguinte:

$$PIB = \left(\frac{1}{1 - c}\right)X - M$$

Para focarmos no fenômeno que pretendemos explicar, assumamos que no período considerado não há investimento – algo, aliás, bastante plausível tendo em vista a magnitude da crise a que nos referimos.

Tomemos o multiplicador como dado apenas pela propensão marginal a consumir. E levemos em conta que a balança comercial tenderá ao equilíbrio. Dessa forma, tem-se que

$$X = M$$

Pretendemos observar os meios para se atingir esse equilíbrio e suas conseqüências econômicas. Vejamos, então, como se comporta a renda da economia frente a uma queda de 50% no preço internacional do café.

Será estipulada uma situação hipotética inicial e serão apresentados três cenários: (i) no primeiro o câmbio é fixo e, pela escassez de reservas, se ajusta a quantidade de bens importados, (ii) no segundo o câmbio é flutuante e sua variação fará com que a sociedade diminua a

quantidade de importação e (iii) no terceiro além da variação na taxa de câmbio, ocorre a compra pelo Estado, com emissão de moeda, de parte da produção excedente.

Nos dois últimos casos, será necessário calcular a pressão inflacionária gerada pela desvalorização cambial e pela emissão de moeda, a qual, inclusive, agrava desvalorização.

É importante observar no esquema abaixo principalmente (i) os diferentes resultados a que chega o PIB em cada um desses cenários e (ii) os preços em moeda nacional que atingem os bens importados.

Situação Inicial

	Taxa de Câmbio (Fx)	Preço (moeda internacional)	Quantidade	Total (moeda nacional)
Exportação (X)	1 Cr\$/US\$	US\$ 1	100	Cr\$ 100
Importação (M)	1 Cr\$/US\$	US\$ 1	50	Cr\$ 100

Resultado

$$k = \frac{1}{1 - c} = \frac{1}{1 - 0,8} = 5$$

$$PIB = k \cdot (X) - M = 5(100) - 100 = \mathbf{Cr\$ 400}$$

$$C = c \cdot PIB = \mathbf{Cr\$ 320}$$

$$\frac{M}{PIB} = \frac{100}{400} = 0,25$$

Cenário 1

(i) queda da quantidade importada com câmbio fixo

	Taxa de Câmbio (Fx)	Preço (moeda internacional)	Quantidade	Total (moeda nacional)
Exportação (X)	1 Cr\$/US\$	US\$ 0,5	100	Cr\$ 50
Importação (M)	1 Cr\$/US\$	US\$ 1	50	Cr\$ 50

Resultado

$$k = \frac{1}{1 - c} = \frac{1}{1 - 0,8} = 5$$

$$PIB = k \cdot (X) - M = 5(50) - 50 = \mathbf{Cr\$ 200}$$

$$C = c \cdot PIB = \mathbf{Cr\$ 160}$$

$$\frac{M}{PIB} = \frac{50}{200} = 0,25$$

Cenário 2

(i) queda da quantidade importada e (ii) desvalorização cambial

	Taxa de Câmbio (Fx)	Preço (moeda internacional)	Quantidade	Total (moeda nacional)
Exportação (X)	1,75 Cr\$/US\$	US\$ 0,5	100	Cr\$ 87,5
Importação (M)	1,75 Cr\$/US\$	US\$ 1	50	Cr\$ 87,5

Inflação(π)

Causa	Fórmula	Valor	Total
Desvalorização Cambial	$\left(\frac{Fx_{t_1}}{Fx_{t_0}} - 1\right) \cdot \left(\frac{M}{C}\right)$	0,123	0,123

Resultado

$$k = \frac{1}{1 - c} = \frac{1}{1 - 0,8} = 5$$

$$PIB = \frac{k \cdot (X) - M}{1 + \pi} = \frac{5(87,5) - 87,5}{1,23} = \frac{300}{1,23} = \mathbf{Cr\$ 283,54}$$

$$C = \frac{c \cdot PIB}{1 + \pi} = \frac{280}{1,23} = \mathbf{Cr\$ 226,84}$$

$$\frac{M}{PIB} = \frac{87,5/1,23}{350/1,23} = 0,25$$

Cenário 3

(i) queda da quantidade importada, (ii) desvalorização cambial e (iii) compras estatais com emissão monetária

	Taxa de Câmbio (Fx)	Preço (moeda internacional)	Quantidade	Total (moeda nacional)
Exportação (X)	1,8725 Cr\$/US\$	US\$ 0,5	100	Cr\$ 93,625
Importação (M)	1,8725 Cr\$/US\$	US\$ 1	50	Cr\$ 93,625
Compra Estatal de Café (E)	1,8725 Cr\$/US\$	US\$ 0,5	30	Cr\$ 28,0875

Inflação(π)

Causa	Fórmula	Valor	Total
Desvalorização Cambial	$\left(\frac{Fx_{t_1}}{Fx_{t_0}} - 1\right) \cdot \left(\frac{M}{C}\right)$	0,27	0,36
Compra Estatal de Café com Emissão de Numerário	$\frac{(E + C)}{C} - 1$	0,07	

Resultado

$$k = \frac{1}{1 - c} = \frac{1}{1 - 0,8} = 5$$

$$C = \frac{c \cdot PIB}{1 + \pi} = \frac{411,95}{1,36} = Cr\$ 303,03$$

$$\frac{M}{PIB} = \frac{93,625/1,36}{514,9375/1,36} = 0,18$$

Elaboração própria.

Como situação inicial, supomos uma economia com uma renda de Cr\$ 400 e em que a unidade de bem importado custe Cr\$ 1.

Em todos os cenários, haverá a queda na quantidade de bens importados. Essa é a condição sine qua non para que a saída de dívidas se iguale à entrada.

A questão é por quais mecanismos o sistema econômico opera para se chegar a esse equilíbrio e qual é o legado que os mesmos deixam para a economia.

No primeiro cenário, vemos que o câmbio fixo não impede que a entrada e saída de divisas se reequilibrem.

O pressuposto é que existam reservas suficientes para sustentar pelo tempo necessário uma demanda interna por importados maior do que a demanda externa por exportados. Caso contrário, a paridade entre as moedas não se mantém e não estaremos mais falando de câmbio fixo.

Com o tempo, a difusão pela economia (efeito multiplicador do desemprego) da queda na renda gerada pela baixa dos preços dos bens exportados irá fazer com a quantidade de bens importados também diminua.

A partir da situação inicial dada, isso é atingido quando a renda, chegando a Cr\$ 200, mas mantendo o preço do bem importado a Cr\$ 1.

Por isso, Furtado conclui da seguinte forma:

“É óbvio, por conseguinte, que, se a economia houvesse apenas reagido passivamente aos estímulos externos, não só teria enfrentado uma depressão muito mais profunda, como não se teria recuperado durante todo o decênio”²²⁶.

O segundo cenário também obtém a mesma queda na quantia de bens importados. Mas a demanda por importação é refreada antes pelo efeito-preço do que pelo efeito-renda.

A desvalorização cambial em 75% faz com que os bens importados cheguem a custar Cr\$ 1,75. Isso demove com mais rapidez os compradores de adquiri-los. O preço sinaliza um encarecimento da divisa, promove uma restrição orçamentária e inclina a demanda para bens substitutos.

Os dados apontam, de fato, para uma desvalorização de 75,23% entre 1929 e 1939²²⁷.

O equilíbrio entre entrada e saída de divisas também se dá, como necessário, a uma quantia de 50 bens importados, mas agora, em razão da mudança na taxa cambial, os agregados de exportação e importação mantêm um valor superior em moeda nacional de Cr\$ 75.

Ao custo para a sociedade de um encarecimento dos bens importados e de uma pressão inflacionária sobre a economia, esse fenômeno compensa para os cafeicultores parte das perdas advindas da queda no preço internacional do café.

No entanto, há um benefício para economia como um todo. Como a exportação é o epicentro do fluxo da renda, sustentando-a em um patamar mais elevado, evita-se uma queda maior da renda nacional.

A inflação é um preço baixo a se pagar. Mesmo sendo ela descontada para se chegar ao PIB real, este ainda é superior ao do cenário anterior, mostrando que o regime de câmbio flutuante preservou a renda em Cr\$ 283,54.

²²⁶ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 281.

²²⁷ Cálculo realizado a partir dados da taxa de câmbio apurada no mercado do Rio de Janeiro extraídos pelo IPEADATA de anuário estatístico do IBGE.

No terceiro cenário, acrescentamos a isso a compra governamental de parte da produção excedente.

Afinal, mesmo a correlação entre preço do café e taxa de câmbio, que na segunda metade do século XIX foi de 0,74²²⁸, não era plena o suficiente para impedir toda a perda dos cafeicultores na queda do preço internacional. Outros fatores, que não o preço dos exportados, influenciavam a variação do poder aquisitivo da moeda nacional²²⁹.

Os dados mostram que, em razão de inversões anteriores na plantação de cafezais, mesmo após a crise a colheita de café continuou crescendo, atingido o pico histórico em 1933 e retornando para patamares de 1929 apenas em 1936²³⁰.

Assumiu-se aqui um excedente de 30% adquirido pelo governo²³¹.

Os dados da produção e do consumo internacional do café brasileiro mostram, aliás, que, entre 1930 e 1939 o mercado externo deixou de absorver 34,16% da produção nacional.

Essa estocagem, que veio a se dar a fundo perdido integrará, ao agregado de exportação como gasto autônomo da renda a ser potencializado pelo efeito multiplicador.

Além disso, como o mercado financeiro internacional estava fechado, não podia mais ser ela sustentada por empréstimos externos como idealizado no Convênio de Taubaté. Esses empréstimos davam uma cobertura cambial plena e evitava que esse novo agregado desequilibrasse o fluxo de divisas. A emissão monetária será a via que restará ao Estado para fazer essas aquisições.

Isso gerará uma pressão inflacionária própria sobre o preço dos bens internos, agravará na mesma medida a desvalorização cambial e se somará à inflação dos bens importados para compor a perda de poder aquisitivo total da moeda.

A resultante é interessante. Como efeito colateral, teremos não só uma diminuição da participação dos bens importados nos gastos da renda, como também uma elevação do preço destes em 87,25%, o que possibilitará a instalação da indústria substitutiva.

²²⁸ Dados do o preço do café e da taxa de câmbio no mercado do Rio de Janeiro obtidos pelo IPEADATA a partir de fontes diversas.

²²⁹ Esses fatores são de ordem econômica e também política, Cf. Celso FURTADO. A descentralização republicana e a formação de novos grupos de pressão. A crise da economia cafeeira. Os mecanismos de defesa e crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 247-8, 253 e 266.

²³⁰ CEPAL. Estudio econômico de America Latina 1949. Nova York: ONU, 1951, p. 239.

²³¹ Os dados mostram que, entre 1930 e 1939 o mercado externo absorveu apenas 67,62% da produção nacional. Cf. BNDE-CEPAL. O problema do café. cit., p. 91-92.

O PIB real, por sua vez, consegue manter grande parte de seu valor, caindo de Cr\$ 400 para apenas Cr\$ 346,88 (5,3%).

5,3%, aliás, é o percentual apurado de queda da renda real durante a crise da década de 30. De 1929 até a renda atingir seu valor mais baixo, que se deu em 1931, o PIB medido em preços constantes, caiu exatamente a essa taxa²³².

A partir de 1931 o PIB real per capita volta a aumentar, sem interrupção, até 1939, ultrapassando o valor calculado antes da crise já em 1933²³³.

Estava em marcha o deslocamento do centro dinâmico e outro setor começava a ser o responsável pela produção e pela renda do país.

Se formos observar o consumo de energia no país, ele é 31% maior na década de 30 do que na década de 20²³⁴. E a média da produção anual de aço e cimento entre 1930 e 1939 é 5,39 vezes superior em relação à média anual de 1925 a 1929²³⁵.

Ao mesmo tempo, a participação de bens importados no mercado interno vem a decrescer de 41,6% que representava na década de 20 para 28,02% na década de 30²³⁶.

Enfim, percebemos que efetivamente o pior cenário para a economia é o primeiro e o melhor é o terceiro. A razão para isso está na manutenção do gasto autônomo que a desvalorização cambial e as compras governamentais são aptas a garantir.

Na frequentemente citada passagem de Furtado, ele constata o seguinte:

“O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes²³⁷.”

Mas a causa última do funcionamento desses dois mecanismos precisa ser bem entendida. Ela reside precisamente na existência do efeito multiplicador. Sem ele, tais consequências não existiriam.

²³² Cálculo feito com base em dados do IPEADATA, que apurou o PIB a preços de 2013 com base nas Contas Nacionais de Referência.

²³³ Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada elaborados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

²³⁴ Cálculos realizados com base em dados contidos em CEPAL. Estudio económico de America Latina 1949. cit., p. 256.

²³⁵ Cálculos realizados com base em dados contidos em CEPAL. Estudio económico de America Latina 1949. cit., p. 264.

²³⁶ Cálculo feito com base em dados contidos em CEPAL. Estudio económico de America Latina 1949. cit., p. 212.

²³⁷ Celso FURTADO. Os mecanismos de defesa e a crise de 1929. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 271.

Conseguiremos alcançar essa compreensão, se concebermos um sistema econômico nos moldes de uma economia exclusivamente primário-exportadora, ou seja, nos moldes de uma em que

$$PIB = \left(\frac{1}{1 - c + m}\right)X$$

e

$$C = X = M$$

e

$$c = m = 1$$

Nesse caso, estamos diante de uma situação em que o multiplicador é unitário. Usando-se os mesmos valores adotados anteriormente, devemos aferir quais valores o PIB real atingirá em cada um dos cenários.

Partindo-se, então, de uma situação inicial em que o PIB real seria de Cr\$ 100 e calculando-se todos os três cenários sob as mesmas condições chega-se à interessante conclusão de o PIB real se reduziria para Cr\$ 50 nas quatro situações hipotética, isto é, independentemente do mecanismo de defesa adotado contra a crise.

Nota-se que, inexistindo multiplicador, os mecanismos anticíclicos do segundo e do terceiro cenários são completamente ineficazes, prevalecendo, somente assim, a verdade do monetarismo: os aumentos nos agregados são plenamente compensados pela correspondente inflação gerada.

Por que isso ocorre?

Isso se dá porque o multiplicador faz com que a manutenção de um do gasto autônomo tenha impactos muito maiores sobre a renda do que o valor monetário dispendido para elevar esse gasto.

Em outras palavras, ele impede que o conseqüente efeito inflacionário diminua mais a renda real do que ela se eleva pela multiplicação do dispêndio na economia.

Sabemos que historicamente a economia reagiu à crise de 1929 adotando mecanismos de defesa da renda dos exportadores semelhantes aos aplicados no terceiro cenário.

Vemos que era a existência do efeito multiplicador na economia cafeeira – decorrente de uma maior participação da mão-de-obra na renda com o assalariamento, da expansão deste da sociedade e da formação de um incipiente mercado interno – que, juntamente com a incoerência

do pleno emprego, permitia que esses mecanismos funcionassem eficazmente para garantir a manutenção do produto interno bruto.

Com eles, favoreciam-se, deveras, os empresários do café, mas também indiretamente favorecia-se a sociedade como um todo.

Isso deve ser ainda mais reafirmado se tivermos em vista que a falência de uma empresa não é rapidamente reversível e o desemprego decorrente da mesma tende a perdurar por um tempo²³⁸.

Na clássica teorização, socializavam-se as perdas dos exportadores com os importadores e consumidores – a grande massa da população –, mas, em compensação, praticava-se uma política anticíclica, mantendo o gasto autônomo (as exportações) em certo patamar, evitando-se falências de empresários no setor cafeeiro e, assim, garantindo-se a continuidade das demais atividades econômicas na economia.

Enfim, o custo inflacionário era um preço baixo a se pagar para que a queda do valor das exportações não fizesse com que o multiplicador do emprego atuasse como um multiplicador do desemprego.

Além disso, o curioso da adoção desses mecanismos é exatamente a natureza autocentrada da decisão da classe cafeeira e o caráter involuntário de sua consequência para a economia como um todo.

O processo, contudo, é deveras concentrador de renda. Junto com a absorção de toda a produtividade econômica nas altas cíclicas, essa socialização das perdas durante os períodos de baixa, impedia qualquer mobilidade social.

Conjecturo que o câmbio não tenha agido de forma contrária nos movimentos ascendentes do ciclo, socializando agora os ganhos, porque esses movimentos tendem a ser mais paulatinos, não gerando o inverso do desequilíbrio externo que mencionamos.

Mas foi precisamente a busca da classe cafeicultura de políticas econômicas da preservação de sua renda diante de uma queda do preço internacional de seu produto, socializando com toda a população as perdas advindas dessa queda, que resultou inconscientemente em uma política anticíclica para a economia.

²³⁸ Celso FURTADO. A defesa do nível de emprego e a concentração da renda. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 239-41.

E essa política, além de preservar a renda da sociedade, teve ainda como importante efeito colateral o aumento do preço dos bens importados. Serão esses dois fenômenos que abrirão caminho para a industrialização substitutiva de importações.

8.6. Consequências dos Mecanismos de Defesa Adotados

Como vimos neste capítulo, a dinâmica econômica primário-exportadora era marcada, na fase ascendente do ciclo, pelo aumento da renda da sociedade e pela diminuição dos preços-relativos dos bens importados.

Na fase descendente, acontecia exatamente o inverso, os bens estrangeiros se tornavam mais caros ao mesmo tempo em que a renda diminuía.

Esse é um ambiente inóspito para o início de um processo de industrialização.

Nas altas cíclicas, os produtos manufaturados no estrangeiro se tornavam mais baratos e, quando eles encareciam pelas crises externas, a demanda interna já não era grande o suficiente para criar uma oportunidade de investimento em um setor manufatureiro nacional.

Os mecanismos de defesa da economia do café acidentalmente provocaram uma situação inusitada. O sistema econômico se deparava simultaneamente com produtos estrangeiros manufaturados encarecidos e com uma sociedade que não tinha perdido significativamente seu poder de compra. O PIB real per capita, como vimos, já em 1933 retornava à dimensão anterior da crise.

Subverteu-se, assim, essa lógica anterior, surgindo oportunidades de investimento industrial.

Esse foi o contexto ideal para o início de uma industrialização substitutiva de importações. A manutenção do gasto autônomo em um patamar elevado permitia a existência de uma demanda efetiva por bens a serem substituídos e o encarecimento dos bens estrangeiros dirigia essa demanda para o setor nacional.

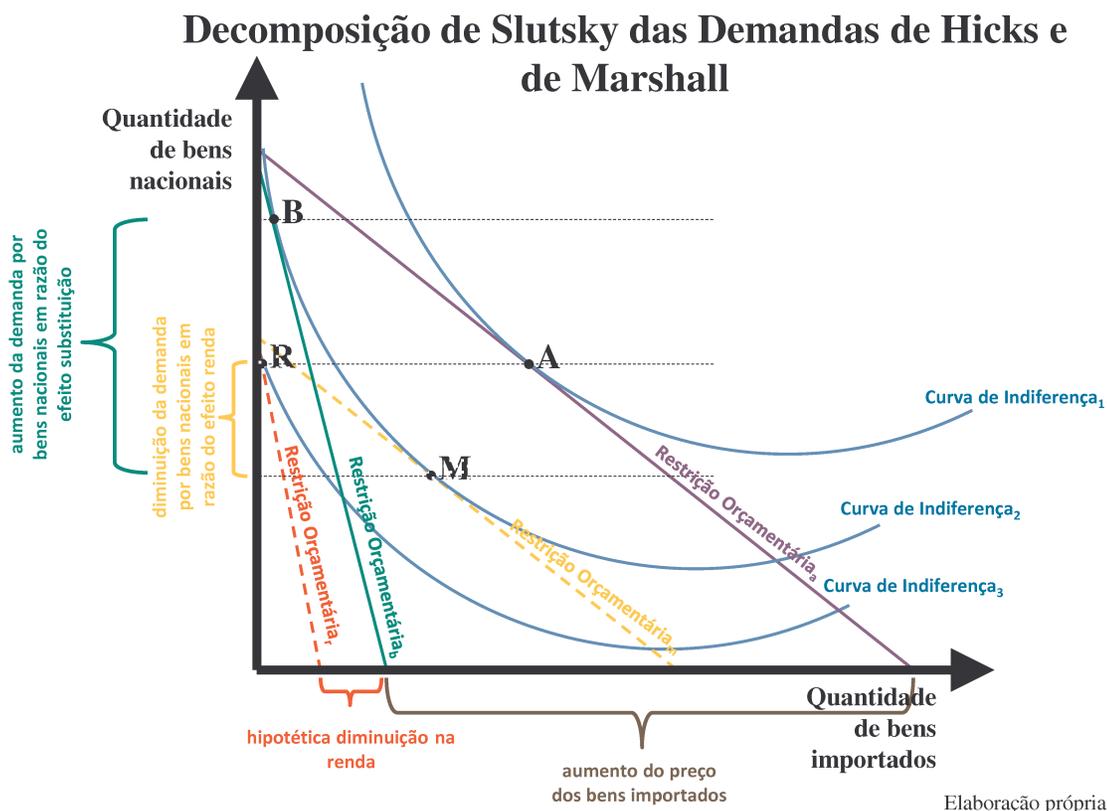
Analisemos como os mecanismos de defesa da economia cafeeira criaram a oportunidade de investimento nesse setor industrial.

Consideremos dois bens substitutos, o bem nacional e o bem estrangeiro. Pela equação de Slutsky é possível demonstrar que o aumento do preço do bem estrangeiro irá elevar a demanda pelo bem nacional.

A condição para tanto é que ambos os bens não se relacionem por uma curva de indiferença Cobb-Douglas. Nessa situação, o efeito substituição será compensado pela diminuição da renda causada pelo aumento do preço de um dos bens da cesta de compras. A consequência é que a quantidade demandada pelo outro bem permanecerá a mesma.

Essa condição está atendida na realidade da qual pretendemos tratar. A semelhança entre o bem nacional e o estrangeiro considerados tornam a indiferença por ambos muito mais próxima a uma função linear do que a uma do tipo Cobb-Douglas.

Graficamente, a decomposição de Slutsky das demandas de Hicks e Marshall se apresenta da seguinte forma:



Do ponto A para o ponto B, vemos que o aumento do preço do bem importado faz com que diminua a quantidade demandada do mesmo e eleve a quantidade demandada da indústria nacional.

Se o bem nacional tivesse a mesma qualidade que o importado, estaríamos ainda falando de substitutos perfeitos. Nesse caso, as curvas de indiferença seriam lineares – o consumidor optaria ou por um bem ou por outro com base apenas na diferença de preço – e a demanda pelo bem nacional seria máxima assim que esse fosse mais barato que o estrangeiro.

No gráfico utilizamos curvas indiferença razoavelmente côncavas para destacar a distância entre os pontos, mas sabemos que a inclinação é, na verdade, de bens substitutos quase-perfeitos.

O ponto M é hipotético. Ele é uma expressão puramente orçamentária do impacto do aumento do preço dos bens importados. Mantém-se o preço anterior e transforma-se sua elevação em diminuição de renda.

Comparando-o com o ponto B, percebemos que a diminuição da quantidade demanda do bem nacional que decorre da maior restrição orçamentária advinda do encarecimento do bem estrangeiro é plenamente compensada pelo aumento da quantidade demandada do bem nacional decorrente do efeito substituição.

Por fim, o ponto R, também hipotético, nos mostra que de nada adiantaria o efeito substituição provocado pelo aumento do preço dos bens importados se a renda nacional não tivesse sido mantida em um patamar elevado.

Vê-se que uma simultânea diminuição no poder de compra poderia fazer com que a quantidade demanda de bens nacionais permanecesse a mesma que a do ponto A, anulando-se plenamente por meio do efeito-renda negativo da queda do gasto autônomo o efeito-substituição do barateamento relativo de preço. Nesse particular, a desvalorização cambial é um instrumento melhor que o protecionismo tarifário.

Os empresários assistiam, então, a um acontecimento próximo ao deslocamento da quantidade demanda do ponto A para o ponto B.

Crescia a procura por bens nacionais sem que, contudo, houvesse uma capacidade produtiva instalada para atendê-la. E surgia, desse modo, uma lucrativa oportunidade para investimento no setor produtor de bens manufaturados, dando eficácia marginal para o capital a ser nele invertido.

Em verdade, no início não foi sequer por meio de um aumento do estoque de capital (K) que a economia atendeu essa demanda em expansão, mas sim pela ocupação da capacidade já existente (p) e depois, como já dito, pelo uso dela em três turnos consecutivos²³⁹, elevando-se momentaneamente o coeficiente produto-capital (o).

²³⁹ Celso FURTADO. O setor industrial como elemento dinâmico. In:_____. Perspectivas da economia brasileira. cit., p. 41; Celso FURTADO. Em busca de novo modelo. cit., p. 22; Celso FURTADO. Development and stagnation in Latin America. cit., p. 168.

A oferta da mão-de-obra era inelástica, o que permite fazer, por meio de investimentos adicionais reduzidos, com que a linha de produção nunca se interrompa, aproveitando-se mais intensamente a capacidade instalada ao mesmo tempo em que se aumentava a eficácia marginal do capital e, com isso, se incentivava o investimento²⁴⁰.

A falta de técnica e do capital fixo que a materializa já havia sido em empecilho no passado para o aproveitamento em menor dimensão do mercado interno que surgiu o ciclo do ouro²⁴¹.

Foi a existência de uma capacidade produtiva prévia, decorrente do crescimento da renda da mão-de-obra na economia do café, que fez com que o sistema produtivo nacional já pudesse atender de imediato essa demanda que surgia.

O fato é importante, porque é justamente o atendimento imediato dessa demanda represada que irá fazer com que, junto com o efeito substituição, se manifeste o efeito do aumento do multiplicador.

Esse aumento já existia enquanto potencialidade pela diminuição da propensão marginal a importar, mas passa a se manifestar concretamente somente quando essa procura é atendida.

Expandia-se a multiplicação da renda da sociedade exatamente numa situação em que a procura desta estava voltada para esses bens que eram produzidos no terceiro turno. Estava cumprida a condição de que “o fluxo de renda (...) permaneça no país e dê origem a certo tipo de procura de bens manufaturados”²⁴².

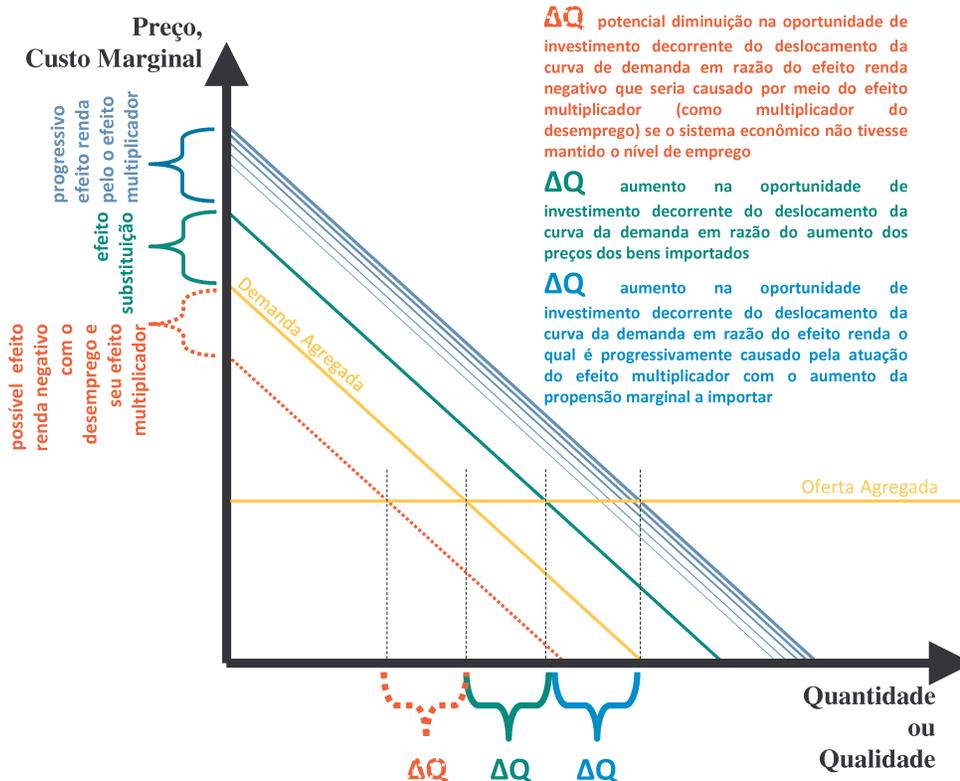
O gráfico abaixo sintetiza esses acontecimentos.

²⁴⁰ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 278-9; Celso FURTADO. Development and stagnation in Latin America. cit., p. 168; Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 251.

²⁴¹ Celso FURTADO. Fluxo da renda. Gestão da economia cafeeira. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 125-7 e 164.

²⁴² Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 248.

Deslocamento da Curva da Demanda por Bens Nacionais e Ampliação da Oportunidade de Investimento



Elaboração própria.

Tudo isso ensejará um firme crescimento da demanda efetiva por bens nacionais, ampliando a oportunidade lucrativa de inversão na indústria substitutiva.

Como conclui Furtado,

“cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital”²⁴³.

A partir de então o crescimento da economia adquire a inércia dada pelo fluxo de renda internalizado e pela dinâmica da produtividade físico-tecnológica. E o “o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida o mercado interno”²⁴⁴.

²⁴³ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 277.

²⁴⁴ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 278.

Assim que o setor industrial atingiu uma dimensão significativa na economia, tornou-se ele o epicentro macroeconômico de seus ciclos e de sua tendência. Estava, então, dado o deslocamento do centro dinâmico.

Como conclui Furtado,

“é evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e expansão de sua capacidade produtiva”²⁴⁵.

8.7. Conclusão

Ao final do deslocamento, a dinâmica nacional se aproximava da descrita para a economia europeia. A posição do Brasil em sua formação econômica, contudo, ainda era intermediária, como Furtado veio a qualificar no último capítulo de seu livro²⁴⁶.

Novos desafios se apresentavam para manter como oportuno e lucrativo o investimento no setor industrial. E o enfrentamento de alguns deles já é feito na obra.

Esse é o caso da mudança no comércio internacional depois da década recessiva, em que houve uma tendência à melhora dos preços relativos dos bens exportados com os esforços de guerra. Os termos de intercâmbio, que haviam caído 60,31% de 1929 a 1940, crescem 68,83% deste ano até 1949²⁴⁷.

É de se esperar que uma conseqüente valorização cambial fatalmente faria com que os bens importados pusessem em risco a incipiente industrialização ocorrida na década de 30.

Depois do capítulo 32²⁴⁸, Furtado narra como o sistema econômico perpassa o esse período. As intervenções da autoridade monetária durante a década de 40 para manter a taxa de câmbio em um patamar elevado e, após a Segunda Guerra, a opção por bandas cambiais restritivas de importação de produtos de consumo encareciam o bem substituto estrangeiro, elevavam os preços internos e barateavam a importação de equipamentos e matérias-primas.

²⁴⁵ Celso FURTADO. Deslocamento do centro dinâmico. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 280.

²⁴⁶ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 324-5. Cf. também Celso FURTADO. Brazil. In: Adamantios PEPELASIS; Leon MEARS; Irma ADELMAN. Economic development: analysis and case studies. Deli: Universal Book Stall, 1967, p. 260.

²⁴⁷ CEPAL. Estudio econômico de America Latina 1949. cit. p. 221-2.

²⁴⁸ Celso FURTADO. O desequilíbrio externo e sua propagação. Reajustamento do coeficiente de importações. Os dois lados do processo inflacionário. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 286-335.

Isso implica em uma maior eficácia marginal do capital dirigido ao setor industrial. Ao final, essa margem de lucro que era absorvida pelo empresário manufatureiro nada mais era do que a canalização do impulso externo, ou seja, do aumento de produtividade econômica do setor exportador – cujo ganho em parte se perdia na inflação dos bens de consumo interno e na restrição ao consumo desses bens do exterior – para o setor industrial.

A razão entre importações de bens de capital sobre importações totais sobre de 22% no quinquênio de 1940-44 para 32% no de 1945-49²⁴⁹. Fazia-se, assim, com que fluíssem as inversões para este que é o setor cuja dinâmica implica em um aumento da produtividade físico-tecnológica.

E, desse modo,

“as indústrias transferiram parte do fruto dessa melhora para o conjunto da população, através de uma baixa relativa de preços. Assim, entre 1945 e 1953 a elevação dos preços dos produtos industriais de produção interna foi de 60%, enquanto o nível geral de preços da economia aumentava mais de 130%”²⁵⁰.

A produtividade econômica absorvida pelo setor externo não mais era usada pelo sistema econômico para elevar diretamente a renda de seus produtores e indiretamente a dos outros, mas sim para aumentar a capitalização do setor que gera produtividade física para a sociedade.

Pode-se dizer, sem lugar a dúvida, que isso provocava uma concentração de renda, mas era uma concentração de natureza dinâmica e não estática. Um grupo apropriava sim da maior parte da renda, mas da que se criava e não a da já existente.

No último capítulo, Furtado conclui o seguinte:

“O desenvolvimento econômico não acarreta necessariamente redução da participação do comércio exterior no produto nacional. (...) Sem embargo, à medida que uma economia se desenvolve, o papel que nela desempenha o comércio exterior se vai modificando. (...) reduz-se progressivamente o papel do comércio exterior como fator determinante do nível da renda, mas, concomitantemente, aumenta sua importância como elemento estratégico no processo de formação de capital. (...) O sistema entra, por conseguinte, numa etapa de intensa assimilação de processos tecnológicos mais complexos, aos quais tem acesso através do intercâmbio externo. (...) Dessa forma, se uma redução brusca da procura externa já não afeta necessariamente o nível de emprego no país, seu efeito na taxa de crescimento é imediato.

A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização. Em outras palavras, as indústrias de bens de capital –

²⁴⁹ Cálculo feito a parte de dados de CEPAL. Estudio económico de America Latina 1949. cit., p. 214.

²⁵⁰ Celso FURTADO. Reajustamento do coeficiente de importações. In: _____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 305.

particularmente as de equipamentos – terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial²⁵¹.

Outros desafios da economia brasileira somente serão objeto de dissertação em escritos posteriores.

Em todo o caso, assim que o investimento na indústria nacional vai ocupando o lugar da exportação como fonte primária da renda, o certo é que se processou o deslocamento do centro dinâmico do antigo núcleo exportador para o novo núcleo industrial.

Com esse deslocamento, o fluxo de renda passa a se internalizar mediante a compra no mercado interno daquilo que era adquirido no exterior e o sistema produtivo começa a basear o crescimento da economia em ganhos de produtividade físico-tecnológica pela absorção do progresso atingido nos países centrais.

Furtado estima que em 1920 o coeficiente de importação, proxy da propensão marginal a importar, era 0,2²⁵². Com dados da CEPAL, sabe-se que entre 1929 e 1961, o coeficiente de importação vai cair de cerca de 0,113 para 0,069²⁵³.

Por outra perspectiva, tem-se que de 1901 a 1910, o quantum importado cresce 100,4% e o PIB real 32,37% (razão de 1,51 para 1). Na década seguinte, o quantum importado decresce 15,15% enquanto que o PIB real aumenta 51,46%. Na década de 20, os valores são respectivamente 6,43% e 55,42% com o produto crescendo 1,46 mais que a importação. E na de 30 o produto cresce 1,5 mais que a importação respectivamente (relação de 2,28% e 53,49%)²⁵⁴.

Sabendo-se que o coeficiente de importação era de 13,38% em 1947²⁵⁵, com base na variação do quantum de importação e do PIB real é possível estimar que o mesmo tinha os valores de 8,94% em 1940, 13,42% em 1930, 19,60% em 1920, 34,98% em 1910 e 23,11% em 1901.

²⁵¹ Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 323-4 e 327.

²⁵² Celso FURTADO. Perspectiva dos próximos decênios. In:_____. Formação econômica do Brasil. cit., p. 327.

²⁵³ CEPAL. El proceso de industrialización en América Latina. Nova York: ONU, 1965, p. 31; CEPAL. The growth and decline of import substitution in Brazil. Economic Bulletin for Latin America, vol. IX, n. 1, p. 1-59, mar. de 1964, p. 15; Celso FURTADO. Teoria e política do desenvolvimento econômico. cit., p. 250.

²⁵⁴ Cálculo feito a partir de dados do IPEADATA formados por levantamentos do IBGE e de Claudio HADDAD. Crescimento do produto real brasileiro - 1900/1947. Revista Brasileira de Economia, vol. 29, n. 1, p.3-26, jan.-mar. de 1975.

²⁵⁵ Dado do IBGE.

Houve, assim, uma internalização do fluxo de renda nesse período. E os dados até mostram que ela pode ter se adiantado às modificações pelas quais o sistema produtivo passara na década de 30 e nas seguintes.

Sobre o sistema produtivo, tem-se que entre 1940 e 1945 o quantum de importação de bens de capital sobre 46,63% enquanto o quantum de importações de bens de consumo decresce 27,56%²⁵⁶. E, de 1950 a 1960, o produto gerado por trabalhador empregado na indústria vai crescer 3,39 vezes²⁵⁷.

Enfim, essa breve incursão em dados evidencia a mudança referida nesta pesquisa tanto no fluxo de renda quanto no sistema produtivo. Mas qual é a importância histórica dessa transformação?

Em alguma medida, esse evento está para a economia nacional assim como o 7 de setembro está para a política nacional.

O sistema econômico adquire certa independência e rompe com a dinâmica própria do passado primário-exportador. A interiorização do centro dinâmico faz com que a demanda efetiva não mais vaze toda para além das fronteiras nacionais e faz também com que o aumento da produção deixe de depender de um impulso externo expresso via preço relativo.

Mas a maior marca dessa independência econômica estará no agregado que passará a ditar a macroeconomia. Só a partir do deslocamento se pode dizer que o investimento é um gasto autenticamente autônomo.

Como já mencionamos, essa libertação do investimento de ser uma simples decorrência da expansão da exportação reflete o livre-arbítrio que adquire uma sociedade para, por meio de sua decisão de inversão, escolher o destino econômico a ser seguido.

A economia, porém, está sempre a julgar essa escolha com base na inexorável lei da concorrência. E o livre-arbítrio de um país só está protegido pela soberania econômica que a competitividade de seu setor produtivo projeta.

Por um lado, no caso limite de a indústria adquirir uma competitividade tal que consiga influenciar a propensão a importar de outros países (m_0), o aumento de produtividade tecnológica viria a amparar e potencializar a internalização do fluxo de renda e vice-versa. O valor do

²⁵⁶ Dados do IPEADATA obtidos de diversas fontes.

²⁵⁷ CEPAL. The growth and decline of import substitution in Brazil. cit., p. 52.

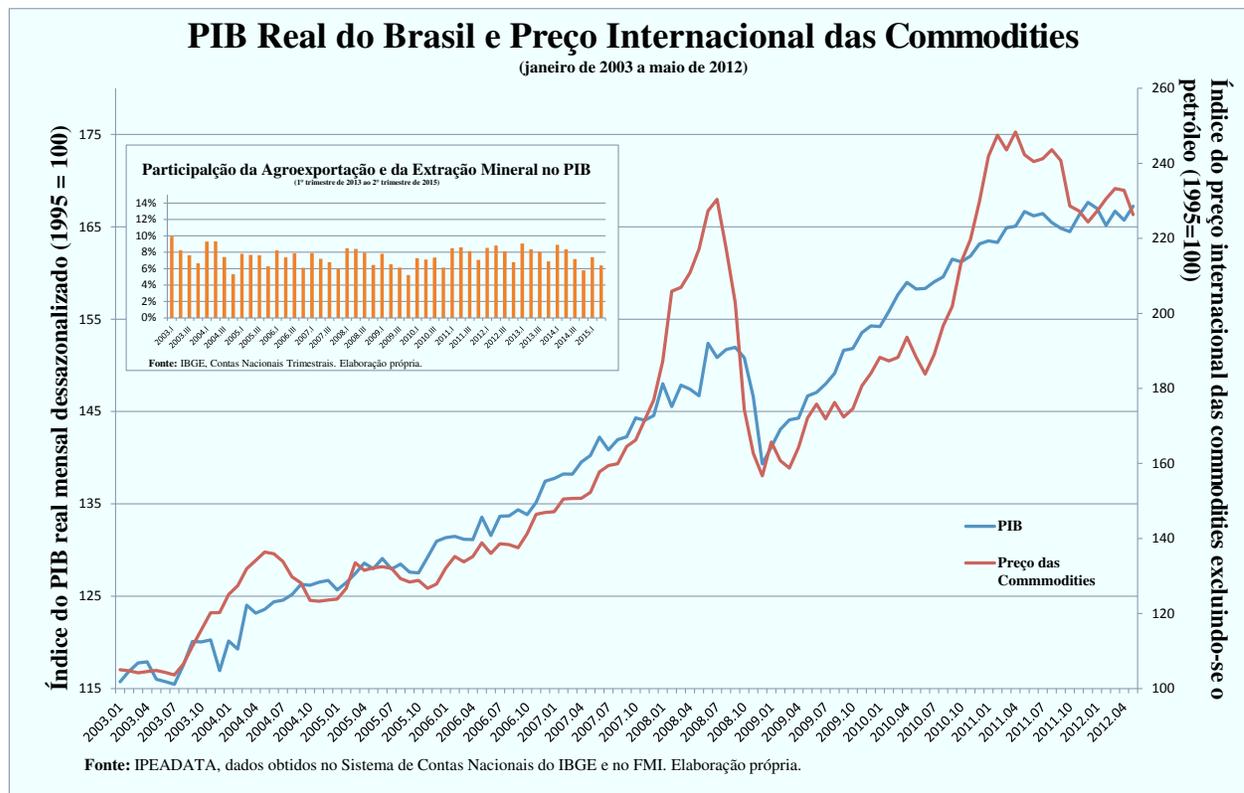
agregado exportador se tornaria, assim, uma simples variável dependente da decisão de investimento nacional.

No caso limite contrário, aconteceria exatamente o oposto e a decisão de investimento voltaria a ser uma variável dependente da exportação.

Nesse sentido, é causa para pesquisas sobre um possível retorno do centro dinâmico para o exterior o fato de que entre janeiro de 2003 e maio de 2015 a correlação entre PIB real do Brasil e o preço internacional das commodities – excluindo-se o petróleo – foi de 0,95²⁵⁸.

Esse dado é particularmente interessante se se tem em vista que a participação da agropecuária e da extração mineral na economia foi, nesse período, de apenas 7,62% do PIB e se manteve estável ao longo do tempo²⁵⁹.

Abaixo, expõem-se em gráfico os dados trabalhados.



De fato, um setor não precisa ser grande para consistir no centro de um sistema econômico, basta que ele provoque uma reação em cadeia significativa de forma que dele advenham as variações do emprego, da produtividade e do fluxo da renda na economia.

²⁵⁸ Cálculo efetuado a partir de dados do IPEADATA coletados no Sistema de Contas Nacionais do IBGE e no FMI

²⁵⁹ Cálculo realizado com base em dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

Como se vê, o deslocamento do centro dinâmico não é um evento horizonte e pode muito bem ser revertido.

9. Conclusão

Certa feita, Victor Brecheret estava esculpindo uma de suas obras e, percebendo que um amigo seu havia se impressionado ao notar que começava a surgir um semblante na rocha, lhe falou: “(...) Eu não faço quase nada. A figura já está na pedra. O que eu faço é somente soprar (...)”²⁶⁰.

Esculpindo da história geral do Brasil a sua formação econômica, o modelo de deslocamento do centro dinâmico surgia para Furtado da mesma maneira que as esculturas para Brecheret.

E foram por longos anos que “Formação econômica do Brasil” foi trabalhada. Ela é uma obra que carrega em si uma biografia a ser contada.

Furtado teve acesso a livros de história por meio da biblioteca do pai e cultivou a partir dos 14 anos uma paixão pela literatura historiográfica²⁶¹. O primeiro testemunho de seu projeto de escrever uma obra como essa data dos seus 18 anos. Em um diário pessoal, o jovem Furtado anotou as seguintes palavras:

“Quero registrar hoje, aqui, uma ideia que há tempo venho acariciando: escrever uma História da Civilização Brasileira. Seria uma obra completa sob o ponto de vista crítico-filosófico. Não seguiria o plano até hoje seguido pelos nossos historiadores. Ao lado das influências individuais observaria as influências das coletividades. Não deixaria emaranhar pelos fatos”²⁶².

Ele realizou sua formação superior na Universidade Nacional do Brasil. Ingressou pelo curso de Direito e no terceiro ano mudou para o curso de Administração²⁶³. Encerrada sua graduação, alistou-se à Força Expedicionária do Brasil e, depois da Segunda Guerra, foi fazer seu doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne, com Maurice Bryé²⁶⁴.

²⁶⁰ Goffredo da Silva TELLES Jr. Duas palavras. In: Alaôr Caffé ALVES et alii. O que é a filosofia do direito? Barueri: Manole, 2004, p. 30.

²⁶¹ Celso FURTADO. Adventures of a Brazilian economist. cit., p. 14.

²⁶² Celso FURTADO, Diário, 20 de agosto de 1938 apud Rosa Freire d’Aguiar FURTADO. Apresentação. In: Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa de 50 anos. cit., p.11-2.

²⁶³ Celso FURTADO. Adventures of a Brazilian economist. cit., p. 32.

²⁶⁴ Celso FURTADO. Adventures of a Brazilian economist. cit., p. 33.

No objeto de pesquisa escolhido, reaparece seu interesse sobre a história brasileira e manifesta-se uma nova paixão nas humanidades, a economia. Cuidava-se sim de uma tese sobre os séculos XVI e XVII do Brasil com um foco específico na economia colonial²⁶⁵.

Furtado narra que seu primeiro contato com a economia se deu em disciplinas da graduação. De uma situação de repulsa inicial pelo que considerou um jogo de palavras para pessoas sem criatividade²⁶⁶, ele iria passar na Sorbonne a enxergar nessa ciência uma ferramenta imprescindível para analisar a história de um país que foi precisamente resultante de uma empreitada mercantil²⁶⁷.

Sua tese consistirá a base para capítulos dedicados ao ciclo do açúcar em sua obra-prima.

Terminado o doutorado, Furtado irá passar quase dez anos na recém-criada CEPAL, trabalhando com dados empíricos das economias latino-americanas²⁶⁸.

Ele chega, assim, à maturidade da sua formação já possuindo uma grande familiaridade com o acervo historiográfico, principalmente com fontes de registro primárias dos fatos do passado, como o livro de Antonil²⁶⁹.

Além disso, havia ele “durante anos, manuseado dados concretos relativos a todos os aspectos da economia brasileira”, se dispondo agora a “abandonar por uns momentos esse maremagno de estatísticas e tentar ver o processo em seu conjunto”²⁷⁰.

Faltava, então, uma única coisa: “a construção de um modelo”²⁷¹ que decifrasse a história deste país.

A origem da teoria que está por trás desse modelo deita raízes em um artigo de 1950. Nesse primeiro ensaio no campo da Economia, intitulado “Características gerais da economia brasileira”²⁷², é possível ver traços de uma teorização a qual ele vai se manter fiel e buscar desenvolver ao longo de toda a sua vida.

²⁶⁵ Celso FURTADO. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. [tese de doutorado defendida em 1949] São Paulo: Hucitec, 2001.

²⁶⁶ Celso FURTADO. Adventures of a Brazilian economist. cit., p. 32.

²⁶⁷ Celso FURTADO. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. cit., p.5.

²⁶⁸ Celso FURTADO. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 53-8.

²⁶⁹ Celso FURTADO. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. cit.,p. 18-20.

²⁷⁰ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 14.

²⁷¹ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 14.

²⁷² Celso FURTADO. Características gerais da economia brasileira. cit.

Alguns anos depois ele se arrisca a escrever a tão sonhada história da civilização brasileira. É de 1954 o livro “A economia brasileira”, idealizado como um “vasto afresco”²⁷³ da história nacional, o qual, imagino eu, Furtado tinha a pretensão que fosse sua tão sonhada *magnus opus*.

É interessante notar que esse livro contém passagens que serão posteriormente reproduzidas *ipsis litteris* em “Formação econômica do Brasil”, revelando que, pelo menos em algumas partes do que viria a ser sua efetiva obra final sobre o assunto, ele já havia atingido uma redação definitiva.

As sombras de “Formação econômica do Brasil” fizeram com que “A economia brasileira” descaísse em estatura, tornando-se mero esquete.

Mas o livro é importante por três motivos. É nele que surge pela primeira vez a tese do deslocamento do centro dinâmico²⁷⁴. É ele também que contém ensaios de sua teoria que vai ser aplicada em “Formação econômica do Brasil”, sem existe nesta obra nenhum capítulo dedicado a uma explicação mais detida da mesma²⁷⁵. E, como vimos, é no prefácio dele que Furtado expressamente afirma que construirá um modelo como instrumento de análise econômica²⁷⁶.

Dois anos depois, Furtado publica “Uma economia dependente”²⁷⁷, um livro mais curto, que retraz os temas contidos nos capítulos históricos de “A economia brasileira”.

“Formação econômica do Brasil” será escrito na Universidade de Cambridge, no final de período em que ele passou por lá com uma bolsa do Instituto Rockefeller²⁷⁸.

É curioso notar que Furtado apresentou a seguinte motivação para o pedido de fomento acadêmico:

“Meu principal objetivo é trabalhar no campo da dinâmica econômica, com especial referência à teoria do subdesenvolvimento. Isto implica reconsiderar os enfoques clássico, neoclássico e keynesiano da teoria da produção, da distribuição da renda e do comércio internacional, e um esforço suplementar para observar os resultados das pesquisas recentes, particularmente as que se referem à construção de modelos dinâmicos”²⁷⁹.

²⁷³ Celso FURTADO. *A fantasia organizada*. cit., p. 205.

²⁷⁴ Celso FURTADO. *A economia brasileira*. cit., p. 113-45.

²⁷⁵ Celso FURTADO. *A economia brasileira*. cit., p. 21-47 e p. 191-246.

²⁷⁶ Celso FURTADO. *A economia brasileira*. cit., p. 14.

²⁷⁷ Celso FURTADO. *Uma economia dependente*. cit.

²⁷⁸ THE ROCKEFELLER FOUNDATION. *Annual report*. Nova York, 1957, p. 279.

²⁷⁹ Celso FURTADO. *A fantasia organizada*. cit., p. 197.

Tomou apenas quatro meses²⁸⁰ para que o livro fosse redigido à mão e enviado para seu editor no Brasil.

Os manuscritos, contudo, nunca chegaram ao seu destinatário, perdidos como foram no traslado postal²⁸¹. O prejuízo foi ressarcido com uma indenização de dez libras.

A sorte verdadeira do autor foi ter, a caminho do correio, encontrado um amigo que lhe alertou sobre o risco de extravio e sugeriu-lhe que fizesse um fac-símile antes da postagem.

Noticiado do fato, Furtado correu para a gráfica onde encontrou o alívio de saber que o filme tinha sido revelado e ficado sem falhas.

Isso fez com que ele datilografasse novamente a obra, aprimorando a redação a partir do manuscrito projetado. A versão original depois viria a ser encontrada no Brasil. A alfândega havia retido a encomenda como material suspeito, fato que, narrado anos depois por Furtado, o fez predicar o subdesenvolvimento como uma “manifestação de idiotice alastrada no organismo social”²⁸².

“Formação econômica do Brasil” foi, assim, uma obra idealizada, escrita, e reescrita por no mínimo cinco vezes. Em nenhuma delas tinha o autor por objetivo publicar em um livro uma teoria econômica sistematizada e acabada.

Redação após redação, a teoria era pensada continuamente a partir das reflexões sobre os fatos e os dados históricos, sempre à medida que do autor era exigido um instrumental para analisá-los.

Da chamada para a Economia pelo seu objeto de pesquisa de até seu aprimoramento nessa ciência, foram anos de leituras, estudos de dados e busca por formulações até ele chegar a uma elaboração teórica própria.

E, assim, entre manuscritos, datilografias e publicações, surgia um modelo econômico. Esta é uma das riquezas que ainda estava escondida na obra, como é próprio de todos os livros clássicos.

Não é por menos que, perguntados sobre qual obra deve-se considerar uma referência, Roberto Campos, Delfim Netto, Conceição Tavares, Mario Henrique Simonsen, Affonso Pastore,

²⁸⁰ Rosa Freire d’Aguiar FURTADO. Apresentação. In: Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa de 50 anos. cit., p. 20.

²⁸¹ Celso FURTADO. A fantasia organizada. cit., p. 222-3.

²⁸² Celso FURTADO. A fantasia organizada. cit., p. 223.

Edmar Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, André Lara Rezende e Paulo Nogueira Batista Jr. mencionam esse livro²⁸³.

Buscamos nesta pesquisa provar a existência de um modelo em “Formação econômica do Brasil” e apresentar a sua estrutura com a maior fidedignidade possível ao livro.

E, como o faz seu próprio autor, não deixamos de lembrar que “não basta construir um modelo abstrato e explicar como ele funciona. É indispensável, ademais, criticar em termos de realidade histórica, as variáveis estratégicas desse modelo”²⁸⁴.

Por isso, qualquer pesquisa não termina em um modelo. Como tratamos no primeiro capítulo, uma parte do trabalho científico é teórico, mas outra de igual tamanho é empírica. Não era o propósito desta monografia realizar essa segunda parte. Mas se tem consciência que ela só estará completa quando isso for feito.

Muitos dados foram usados em “Formação econômica do Brasil” e outros foram apresentados aqui. Tomou-se o cuidado para tentar descobrir as fontes que podem ter sido usadas por Furtado, completando-se a lista bibliográfica que lhe serviu de suporte. Porém, a mais de meio século da publicação da obra, muitos outros dados surgiram e estão a espera de serem contrastadas com o modelo.

Como vimos, o modelo de deslocamento do centro dinâmico explica a ocorrência de uma situação inédita na economia brasileira, economicamente manifesta na preponderância na formação de capital das empresas voltadas para o mercado interno.

Ele marca a superação da economia essencialmente agroexportadora, o fim do envio para o exterior de quase toda a demanda efetiva nacional e a reversão da quase ausente incorporação na estrutura interna do país do excedente produzido.

Até esse ponto teórico foi “Formação econômica do Brasil”.

Sobre essa obra, o autor veio a afirmar o seguinte em 1989:

“Se tivesse de reescrever o livro, nada retiraria do que lá está. Mas certamente acrescentaria alguma coisa, dando mais peso ao século XIX na definição do que veio a ser o Brasil atual”²⁸⁵.

²⁸³ Ciro BIDERMAN; Luis Felipe L. COZAC; José Marcio REGO. Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 1996.

²⁸⁴ Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 211.

²⁸⁵ Celso FURTADO. Entrevista. O Estado de São Paulo, Caderno 2, 18 de fevereiro de 1989, p. 4.

Em escritos posteriores, Furtado tentará aperfeiçoar esse modelo enfrentando outras questões²⁸⁶, como a constituição dos diferentes setores industriais²⁸⁷, a inadequação da tecnologia importada em relação aos fatores disponíveis nacionalmente²⁸⁸, a concentração de renda com mimetismo de padrões de consumo²⁸⁹, o descompasso entre a capitalização nacional e o crescimento do mercado interno²⁹⁰ e a manutenção do dualismo estrutural com oferta ilimitada de mão-de-obra²⁹¹.

Os anos de formação econômica do Brasil, afinal, não se encerram em 1959 e, por isso, a teorização precisava continuar.

²⁸⁶ Assim como em relação a vários dos problemas tratados em “Formação econômica do Brasil”, curiosamente muitas dessas questões também já haviam sido levantadas no primeiro artigo sobre economia publicado em sua vida. (Celso FURTADO. Características gerais da economia brasileira. cit.).

²⁸⁷ Celso FURTADO. Um projeto para o Brasil. cit. p. 26-30.

²⁸⁸ Algo a que ele já chama a atenção em Celso FURTADO. Fundamentos da programação econômica. cit., p. 40, n. 1, fazendo referência ao estudo CEPAL. Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. Santiago do Chile: ONU, 1952 de autoria de Raúl Prebisch. Cf. também Celso FURTADO. Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. Econômica Brasileira, vol. 4, n. 3 e 4, p. 119-25, jul.-dez., 1958, p. 124; Nicholas KALDOR. A model of economic growth. cit., p. 602; Nicholas KALDOR. The choice of technology in less developed countries. Monthly Labor Review, vol. 92, n. 8, p. 50-53, aug. de 1969, p. 52-3.

²⁸⁹ Celso FURTADO; Alfredo de SOUZA. Perfil da procura e perfil do investimento. cit. Para chegar a essa teoria, Furtado se baseia em James DUESENBERY. Income, saving and the theory of consumer behavior. Cambridge: Harvard University Press, 1949 (Cf. Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 205, n. 1).

²⁹⁰ Celso FURTADO; Andrea MANESCHI. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. cit.. Vê-se que em 1954 ele já escrevia que “numa economia de livre-empresa o processo de capitalização tem que correr paralelo com o crescimento do mercado” (Celso FURTADO. A economia brasileira. cit., p. 170).

²⁹¹ Celso FURTADO. The Brazilian “model”. cit., Celso FURTADO. Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 107.

10. Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Introdução. In: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23-40, 2009.

BARRETO, Raimundo Paes. Versão do modelo de Celso Furtado com introdução de uma variável estocástica. *Econômica Brasileira*, vol. V, n. 1 e 2, p. 61-63, jul. e dez. de 1959.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 1996.

BNDE-CEPAL. O problema do café. *Econômica Brasileira*, vol. 2, n. 2, p. 69-92, abr.-jun. de 1956.

CEPAL. Analyses and projections of economic development: the economic development of Brazil: a study prepared by the Joint Working Group of the Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Brasil) and the Economic Commission for Latin America. Nova York: ONU, 1956.

_____. Capacidad de los Estados Unidos para absorber los productos latinoamericanos. Cidade do México: ONU, 1951.

_____. Economic survey of Latin America: agricultural development in Brazil. Santiago: ONU, 1949.

_____. El proceso de industrialización en América Latina. Nova York: ONU, 1965.

_____. Estudio econômico de América Latina 1949. Nova York: ONU, 1951.

_____. Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. Santiago do Chile: ONU, 1952.

_____. The growth and decline of import substitution in Brazil. *Economic Bulletin for Latin America*, vol. IX, n. 1, p. 1-59, mar. de 1964.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. [1. ed. 1994], São Paulo: Ática, 2009.

COUTINHO, Mauricio. [Sem título]. In: Celso FURTADO. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, p. 519-44, 2009.

DOMAR, Evsey. Capital expansion, rate of growth and employment. *Econometrica*, Nova York, vol. 14, n. 2, p. 137-147, abr. 1946.

_____. The capital-output ratio in the United States: its variation and stability. In: LUTZ, Friedrich. The theory of capital: proceedings of a conference held by the International Economic Association. Macmillan: Nova York, p. 95-117, 1961.

DUESENBERY, James. Income, saving and the theory of consumer behavior. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

FURTADO, Celso. A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Adventures of a Brazilian economist. *International Social Science Journal*, Paris, vol. 25, n° 1/2, p. 28-38, 1973.

- _____. *Análise do 'modelo' brasileiro*. 2. ed. [1. ed., 1972], Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. Brazil. In: PEPELASIS, Adamantios; MEAR, Leon; ADERLMAN, Irma. *Economic development: analysis and case studies*. Deli: Universal Book Stall, 1967.
- _____. Características gerais da economia brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 7-37, 1950.
- _____. Comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan. *Econômica Brasileira*, vol. 4, n. 3 e 4, p. 119-25, jul.-dez., 1958
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 2. ed. [1. ed., 1961], Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- _____. *Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach*. Economic Growth Center, New Haven: Yale University, v.95, p. 159-175, 1965.
- _____. *Development*. *International Social Sciences Journal*, Paris, v. 26, n. 4, p. 628-65, 1977.
- _____. Diário, 20 de agosto de 1938 apud FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. *Apresentação*. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa de 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-21, 2009.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. [tese de doutorado defendida em 1949] São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2. ed. [1. ed., 2002], São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Ensaio sobre a cultura e o ministério da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- _____. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 18 de fevereiro de 1989.
- _____. *Formação de capital e desenvolvimento econômico*. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, 1952.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. [1. ed., 1959], São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Fundamentos da programação econômica*. *Econômica brasileira*, vol. IV, n. 1 e 2, p. 39-44, jan.-jun. de 1958

- _____. O Brasil pós-“*milagre*”. 2. ed. [1. ed., 1981], Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. O desenvolvimento econômico: ensaio de interpretação histórico-analítica. *Econômica Brasileira*, v. 1, n.1, p. 3-23, mar. de 1955.
- _____. O pensamento econômico latino americano: entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 41, p. 96-110, mar, 1995, p. 100
- _____. *Perspectivas da economia brasileira*. 3. ed. [1. ed., 1958], Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.
- _____. *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. Resenha de “The theory of economic growth, de W. Arthur Lewis”. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, p. 51-52, mar de 1956.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10. ed. [1. ed., 1967], São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. The Brazilian “model”. *Social and Economic Studies*, Kingston, v.22, n.1, p. 122-131, 1973.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.
- FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v.2, p. 5-33, 1968.
- FURTADO, Celso; SOUZA, Alfredo de. Perfil da procura e perfil do investimento. *Análise social*, Lisboa, vol. 7, n. 27/28, p. 487-511, 1969.
- FURTADO, Rosa Freire d’Aguiar. Apresentação. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa de 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 11-21, 2009.
- GOLDSMITH, Raymond. The growth of reproducible wealth of the United States of America from 1805 to 1950. *Review of Income and Wealth*, vol. II. p. 244- 328, 1952
- HADDAD, Claudio. Crescimento do produto real brasileiro - 1900/1947. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 29, n. 1, p.3-26, jan.-mar. de 1975.
- HARROD, Roy. An essay in dynamic theory. *The Economic Journal*, Oxford, vol. 49, n. 193, p. 14-33, mar. de 1939.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 8. ed. [1. ed., 1959], Brasiliense: Publifolha, 2000.
- KAHN, Richard. The relation of home investment to unemployemnet. *The Economic Journal*, vol. 41, n. 162, p. 173-198, jun. de 1931.
- KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. *The Economic Journal*, Oxford, vol. 67, n. 268, p. 591-624, dez. de 1957.
- _____. Alternative theories of distribution. *The Review of Economic Studies*, Estocolmo, vol. 23, n. 2, p. 83-100, 1955-1956.

_____. The choice of technology in less developed countries. *Monthly Labor Review*, vol. 92, n. 8, p. 50-53, aug. de 1969.

KALDOR, Nicholas; MIRRLEES James. A new model of economic growth. *The Review of Economic Studies*, Oxford, vol. 29, n. 3, p. 174-192, jun. de 1962.

KEYNES, John Maynard. *The general theory and after: defence and development*. 4. ed. [1. ed., 1973], Cambridge: Cambridge University Press, 2013. (The collected writings of John Maynard Keynes XIV).

_____. *The general theory of employment, interest and money*. 3. ed. [1. ed., 1973], Cambridge: Cambridge University Press, 2013, (The collected writings of John Maynard Keynes, vol. VII).

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. [1. ed., 1962], Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosacnaify, p. 299-405, 2008.

LEWIS, William. Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School*, Manchester, vol. 22, n. 2, p. 139-191 mai. de 1954.

NETTO, Antonio Delfim. Uma nota sobre a equação a diferenças finitas que descreve o modelo de Celso Furtado. *Econômica Brasileira*, vol. V, n. 1 e 2, p. 58-61, jul. e dez. de 1959.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 2 p. 4-82, 1972.

_____. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. (org.). *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Deslocamento do centro dinâmico em Celso Furtado. In: ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (org.). *50 anos de Formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 39-48, 2009.

PAULANI, Leda Maria. A utopia da nação: esperança e desalento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*, São Paulo: Ed. 34, 2001.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

ROBINSON, Joan. *The economics of imperfect competition*. 11. ed. [1. ed., 1923], Londres: Macmillan & Co. Ltd., 1959.

SCHWARZ, Roberto. Os sete fôlegos de um livro. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 46-58, 1999, p. 46 apud ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Introdução*. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 23-40, 2009.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil 1500-1820*. 4. ed. [1. ed., 1937], Brasília: Senado Federal, 2005.

TELLES Jr., Goffredo da Silva. Duas palavras. In: ALVES, Alaôr Caffé et alii. *O que é a filosofia do direito?* Barueri: Manole, 2004.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION. Annual report. Nova York, 1957.